

Aluno: 202004278703 - ESTEVÃO NGONDA MALUNGO BUNGA**Disciplina:** CCJ0213 - CIÊNCIAS SOCIAIS**Matéria:**

Carga Horária Total		Carga Horária Semanal
Teórica:	44	2
Prática:	0	0
Campo:	44	2
Atividade:	0	0
Estágio:	0	0
EAD:	0	0

Tipo Curso: 4 - GRADUAÇÃO TECNOLÓGICA**Curso(s):** 4081 - INVESTIGAÇÃO FORENSE E PERÍCIA CRIMINAL**Versão Plano de Disciplina:** 6**Vigência:** 26/09/2022 Até o momento**1.Contextualização:**

A disciplina de Ciências Sociais tem como objetivo apresentar ao aluno os conceitos sobre campo de estudo dos fenômenos sociais, permitindo a compreensão da realidade social numa perspectiva científica e favorecendo a construção de conhecimentos nas demais ciências humanas e sociais aplicadas.

O conteúdo da disciplina utiliza o discurso socioantropológico como ferramenta para análise dos processos que dão origem à criação, à manutenção, à crise, à reprodução e à inovação nos diversos fenômenos sociais e suas múltiplas relações.

A disciplina contribui para o desenvolvimento de um olhar crítico -analítico, científico, humanista e voltado para o exercício pleno da cidadania, e possibilita desenvolver, no aluno, habilidades que o capacitarão para a elaboração do discurso próprio do campo sociológico, além de ser determinante para a compreensão dialógica de todas as demais disciplinas do curso.

2.Ementa:

Discurso político. Política, sociedade e Estado. Elementos essenciais do Estado. Formas de governo. Separação das funções do poder. Sistemas de governo. Regimes de governo. Formas de Estado. Estado liberal-burguês de direito. Nação, multiculturalismo, direitos humanos, globalização e movimentos sociais.

3.Objetivos Gerais:

Definir as ciências sociais e descrever as áreas de conhecimento que as constituem: -sociologia, antropologia e ciência política, demonstrando a contribuição de cada uma delas para a compreensão da vida em sociedade.

4.Objetivos Específicos:

Compreender os elementos básicos das Ciências Sociais que permitam a análise da realidade social, refletindo sobre as questões contemporâneas da sociedade brasileira e mundial; Analisar os vários processos sociais que propiciam a criação, manutenção, reprodução, crise, revolução e/ou inovação dos

**SECRETARIA SETORIAL DE ALUNOS**

diversos fenômenos sociais; Relacionar, criticamente, as diferentes concepções de sociedade e visões de mundo, a partir do conhecimento da dinâmica das relações existentes entre as diversas formas de organização social e sua importância para a formação profissional.

5. Conteúdos:

Aula 1 - Os conceitos socioantropológicos de indivíduo e sociedade

Aula 2 - Objeto e método das ciências sociais

Aula 3 - A análise antropológica da cultura

Aula 4 - A formação do pensamento político moderno e as questões básicas da Ciência Política

Aula 5 - Contexto histórico da formação da sociologia e da antropologia

Aula 6 - Modelos clássicos da análise sociológica: a contribuição de Émile Durkheim

Aula 7 - Modelos clássicos da análise sociológica: a contribuição de Max Weber

Aula 8 - Modelos clássicos da análise sociológica: a contribuição de Karl Marx

Aula 9 - A atualidade das Ciências Sociais na compreensão da sociedade contemporânea: globalização, desigualdades e exclusão social

Aula 10 - A atualidade das Ciências Sociais na compreensão da sociedade contemporânea: novos padrões morais e culturais

6. Procedimentos de ensino

Aulas interativas, em ambiente virtual de aprendizagem, nas quais o conhecimento é exposto ao aluno de acordo com um desenho didático planejado para adequar o meio de entrega ao conhecimento particular da disciplina. Na sala de aula virtual, a metodologia de entrega de conteúdo contempla, além dos

conceitos e temáticas das aulas propriamente ditas, leitura de textos pertinentes ao assunto, hipertextos, links orientados, vídeos, estudos de caso, atividades animadas de aplicação do conhecimento, simuladores virtuais, quiz interativo, simulados, biblioteca virtual etc. A disciplina será ministrada de acordo com a metodologia de EAD adotada pela Estácio, sob supervisão de um curador.

7. Procedimentos de avaliação:

Nesta disciplina, o aluno será avaliado por seu desempenho em avaliações presenciais, bem como nos simulados on-line que realizar. Nas avaliações presenciais, o aluno agendará a realização da AV e, se necessário, posteriormente, a AVS. As avaliações, realizadas na unidade em que o aluno estuda, envolvem questões objetivas e/ou discursivas a partir do banco de questão da disciplina e consideram diferentes níveis de complexidade.

Os simulados on-line acontecem em dois momentos durante o semestre letivo. Ele é composto por questões objetivas e os resultados não são acumulativos, sendo considerada apenas a maior pontuação obtida. São oportunidades independentes e, a partir do seu resultado, o aluno pode somar até 2,0 pontos às notas obtidas nas provas de AV e AVS, desde que obtenha, pelo menos, nota 4,0 na AV e AVS.

8. Bibliografia Básica:

DEMO, Pedro. Introdução à sociologia: complexidade, interdisciplinaridade e desigualdade social.. São Paulo: Atlas

Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/books/9788522466047>



SECRETARIA SETORIAL DE ALUNOS

DIAS, Reinaldo. Introdução à sociologia. São Paulo: Pearson, 2010.
Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Leitor/Publicacao/1093>

SCHAEFER, Richard T. Fundamentos de sociologia. Porto Alegre: AMGH
Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/books/9788580555714>

9. Bibliografia Complementar:

CAMPOS, J.L. ? PONTES, S.P. Sociologia. Curitiba. Curitiba: Intersaberes
Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Leitor/Publicacao/158425>

CUNHA, Flávio Saliba. História & sociologia. Belo Horizonte: Autêntica
Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Leitor/Loader/192459/epub>

DEMO, P. Introdução à sociologia: complexidade, interdisciplinaridade e desigualdade social. São Paulo: Atlas
Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788522466047/cfi/3!/4/4@0.00:64.8>

MOURA, Solange Ferreira de (Org.). Livro didático de fundamentos das ciências sociais. Rio de Janeiro: SESES
Disponível em: <https://repositorio2.azurewebsites.net/api/objetos/efetuaDownload/6d5b08fc-e563-4edc-a2cf-8748dd66d777>

PAIXÃO, Alessandro Eziquiel da. Sociologia geral.. Curitiba: Intersaberes
Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Leitor/Publicacao/6055>



SECRETARIA SETORIAL DE ALUNOS

Aluno: 202004278703 - ESTEVÃO NGONDA MALUNGO BUNGA

Disciplina: GST0901 - CRIMINOLOGIA

Matéria:

Carga Horária Total		Carga Horária Semanal
Teórica:	44	2
Prática:	0	0
Campo:	0	0
Atividade:	0	0
Estágio:	0	0
EAD:	0	0

Tipo Curso: 4 - GRADUAÇÃO TECNOLÓGICA

Curso(s): 4081 - INVESTIGAÇÃO FORENSE E PERÍCIA CRIMINAL

Versão Plano de Disciplina: 4

Vigência: 26/09/2022 Até o momento

1.Contextualização:

A presente disciplina tem como objeto de estudo o crime, suas motivações e o próprio sistema penal , sua realidade social, histórica, econômica e jurídica.

2.Ementa:

Conceito; Evolução histórica; Teorias; Criminologia e Direito; Política criminal; Criminologia e Ciências afins; Sistema Penal; Política criminal de drogas, Sistema Carcerário; Vitimologia; Mídia e sua influência criminológica; Leis penais simbólicas.

3.Objetivos Gerais:

Estudar o indivíduo criminoso, crimes determinados e o sistema penal; Analisar a criminalidade e sua realidade social; Conhecer a natureza do crime e do papel do sistema penal. Conhecer a natureza do crime e do papel do sistema penal.

4.Objetivos Específicos:

Desenvolver uma consciência crítica quanto à moderna aplicação do direito penal e sua necessária adequação aos princípios de um Estado Democrático de Direito.

5.Conteúdos:

UNIDADE 1 Conceito de criminologia. Método empírico e objeto (crime, criminoso, criminalidade e criminalização). Ciência interdisciplinar; enfoque histórico, biológico, sociológico, psicológico, econômico e jurídico. Análise histórica. Crime: fato jurídico ou naturalístico. O nascimento do direito penal como negação da vingança. A relação entre os meios de produção e o controle social. A relação entre a igreja e o controle: inquisição. A era da ostentação dos suplícios. Iluminismo e escola clássica: o homem como limite do direito. UNIDADE 2 Escola positivista. Crítica à escola clássica. O homem delinqüente de Lombroso. Ferri: diretriz sociológica. Garófalo: aspecto jurídico. O positivismo no Brasil no séc. XIX. Escola de Chicago: teoria ecológica. Crítica ao positivismo. A cidade é uma unidade ecológica: análise da desorganização social e de áreas de delinqüência. Teoria da anomia: o crime é um fenômeno normal



SECRETARIA SETORIAL DE ALUNOS

na sociedade. UNIDADE 3 Teorias subculturais: o crime como reflexo de valores distintos dos grupos dominantes. Teorias do conflito: o crime se refere a um conflito de interesses e possui uma natureza política. Teorias do processo social: pela aprendizagem (o crime é um hábito), pelo controle (por que a maioria das pessoas não praticam crime?) e pelo etiquetamento (labelling approach) com a criação de estereótipos de delinquente; análise da cifra negra. Criminologia crítica. UNIDADE 4 O sistema penal no Estado Neoliberal. Conceito de Neoliberalismo. Movimento de lei e ordem. Política criminal de tolerância zero. Abolicionismo penal; a abolição do sistema penal. Meio termo: Garantismo penal, um retorno à escola clássica. Política criminal de drogas. História. Conceito de drogas. Discursos legitimadores para o seu controle: médico, cultural, moral e político criminal. Ideologia da defesa social X ideologia da segurança nacional. Teorias da pena: absoluta, prevenção geral e especial, teoria mista, garantismo e a conclusão de Zaffaroni e Tobias Barreto. História da pena privativa de liberdade. Suas metas informais. Análise histórica. Crime: fato jurídico ou naturalístico. O nascimento do direito penal como negação da vingança. A relação entre os meios de produção e o controle social. A relação entre a igreja e o controle: inquisição. A era da ostentação dos suplícios. Iluminismo e escola clássica: o homem como limite do direito. UNIDADE 2 Escola positivista. Crítica à escola clássica. O homem delinquente de Lombroso. Ferri: diretriz sociológica. Garófalo: aspecto jurídico. O positivismo no Brasil no séc. XIX. Escola de Chicago: teoria ecológica. Crítica ao positivismo. A cidade é uma unidade ecológica: análise da desorganização social e de áreas de delinquência. Teoria da anomia: o crime é um fenômeno normal na sociedade. UNIDADE 3 Teorias subculturais: o crime como reflexo de valores distintos dos grupos dominantes. Teorias do conflito: o crime se refere a um conflito de interesses e possui uma natureza política. Teorias do processo social: pela aprendizagem (o crime é um hábito), pelo controle (por que a maioria das pessoas não praticam crime?) e pelo etiquetamento (labelling approach) com a criação de estereótipos de delinquente; análise da cifra negra. Criminologia crítica. UNIDADE 4 O sistema penal no Estado Neoliberal. Conceito de Neoliberalismo. Movimento de lei e ordem. Política criminal de tolerância zero. Abolicionismo penal; a abolição do sistema penal. Meio termo: Garantismo penal, um retorno à escola clássica. Política criminal de drogas. História. Conceito de drogas. Discursos legitimadores para o seu controle: médico, cultural, moral e político criminal. Ideologia da defesa social X ideologia da segurança nacional. Teorias da pena: absoluta, prevenção geral e especial, teoria mista, garantismo e a conclusão de Zaffaroni e Tobias Barreto. História da pena privativa de liberdade. Suas metas informais. UNIDADE 5 Sistema social da prisão: regime totalitário e vida em massa. O papel da direção do presídio. O papel da guarda e sua relação com o preso. A vida segregada do preso: sacrifício de sua autonomia e intimidade. Sujeição à violências. Análise do fenômeno da reincidência. Vitimologia. Conceito e objeto. Estudo e pesquisa voltados para mudança da legislação e proteção da vítima (mulher, criança, indígena, condenados, excluídos, etc). Estudo do crime precipitado pela vítima: função criminógena da vítima. Mídia e crime. A informação como mercância e o interesse do homem pela violência e pelo mórbido. A mídia como propagadora dos medos e criadora de ilusões e discursos justificadores de determinadas medidas político-criminais. UNIDADE 5 Sistema social da prisão: regime totalitário e vida em massa. O papel da direção do presídio. O papel da guarda e sua relação com o preso. A vida segregada do preso: sacrifício de sua autonomia e intimidade. Sujeição à violências. Análise do fenômeno da reincidência. Vitimologia. Conceito e objeto. Estudo e pesquisa voltados para mudança da legislação e proteção da vítima (mulher, criança, indígena, condenados, excluídos, etc). Estudo do crime precipitado pela vítima: função criminógena da vítima. Mídia e crime. A informação como mercância e o interesse do homem pela violência e pelo mórbido. A mídia como propagadora dos medos e criadora de ilusões e discursos justificadores de determinadas medidas político-criminais.

6.Procedimentos de ensino

Aulas interativas, em ambiente virtual de aprendizagem, nas quais o conhecimento é exposto ao aluno de acordo com um desenho didático planejado para adequar o meio de entrega ao conhecimento particular da disciplina. Na sala de aula virtual, a metodologia de entrega de conteúdo contempla, além



SECRETARIA SETORIAL DE ALUNOS

dos conceitos e temáticas das aulas propriamente ditas, leitura de textos pertinentes ao assunto, hipertextos, links orientados, estudos de caso, atividades animadas de aplicação do conhecimento, simuladores virtuais, quiz interativo, simulados, biblioteca virtual etc.

7.Procedimentos de avaliação:

Nesta disciplina, o aluno será avaliado pelo seu desempenho nas avaliações (AV ou AVS), sendo a cada uma delas atribuído o grau de 0,0 (zero) a 10,0 (dez). O discente conta ainda com uma atividade sob a forma de simulado, que busca aprofundar seus conhecimentos acerca dos conteúdos apreendidos, realizada online, na qual é atribuído grau de 0,0 (zero) a 2,0 (dois). Esta nota poderá ser somada à nota de AV e/ou AVS, caso o aluno obtenha nestas avaliações nota mínima igual ou maior do que 4,0 (quatro). Os instrumentos para avaliação da aprendizagem constituem-se em diferentes níveis de complexidade e cognição, efetuando-se a partir de questões que compõem o banco da disciplina. O aluno realiza uma prova (AV), com todo o conteúdo estudado e discutido nos diversos materiais que compõem a disciplina. Será considerado aprovado o aluno que obtiver nota igual ou superior a 6,0 (seis). Caso o aluno não alcance o grau 6,0 na AV, ele poderá fazer uma nova avaliação (AVS), que abrangerá todo o conteúdo e cuja nota mínima necessária deverá ser 6,0 (seis). As avaliações serão realizadas de acordo com o calendário acadêmico institucional.

8.Bibliografia Básica:

BACILA, Carlos Roberto. Introdução ao Direito Penal e a Criminologia. Curitiba: InterSaberes, 2016. Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Leitor/Publicacao/42141>

GLOECKNER, R.J.; AMARAL, A.J. Criminologia e(m) crítica.. Porto alegre: EDIPUCRS, 2013. Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Leitor/Publicacao/epub/52832>

JUSTINO, P.B. Criminologia.. Rio de Janeiro: SESES, 2016
Disponível em: <https://repositorio2.azurewebsites.net/api/objetos/efetuaDownload/84f283b9-a428-464f-9ef4-e7f556b97611>

9.Bibliografia Complementar:

CASSILHA, M.L. Criminalidade e criminalização do comportamento violento. Curitiba: Contentus, 2020
Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Leitor/Loader/186039/pdf>

FONSECA, Letícia; ROSINI, Andrea. Análise Experimental do Comportamento. Rio de Janeiro: SESES, 2017
Disponível em: <https://repositorio2.azurewebsites.net/api/objetos/efetuaDownload/bb85283d-fd10-483b-b5a0-c658845316a4>

GAUER, R.M.C. (Org.). Criminologia e sistemas jurídico-penais contemporâneos. 2.ed.. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2017.
Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Leitor/Publicacao/52830/epub>

MAÍLLO, Alfonso Serrano; PRADO, Luiz Regis. Criminologia. 4. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2019
Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/books/9788530987008>

MENDES, S.R. Criminologia feminista: novos paradigmas. 2.ed.. São Paulo: Saraiva, 2017.
Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788547221706/cfi/3!4/4@0.00:53.2>



SECRETARIA SETORIAL DE ALUNOS

Aluno: 202004278703 - ESTEVÃO NGONDA MALUNGO BUNGA**Disciplina:** CCJ0087 - DIREITO AMBIENTAL**Matéria:**

Carga Horária Total		Carga Horária Semanal
Teórica:	44	2
Prática:	0	0
Campo:	0	0
Atividade:	0	0
Estágio:	0	0
EAD:	0	0

Tipo Curso: 4 - GRADUAÇÃO TECNOLÓGICA**Curso(s):** 4081 - INVESTIGAÇÃO FORENSE E PERÍCIA CRIMINAL**Versão Plano de Disciplina:** 4**Vigência:** 25/11/2022 Até o momento

1.Contextualização:

O Direito Ambiental surgiu da necessidade de ordenar e sistematizar as normas relativas a proteção do meio ambiente, objetivando qualidade de vida para as presentes e futuras gerações. Desponta como uma disciplina jurídica autônoma, com princípios, objetivos, instrumentos e fundamentos próprios e uma legislação ambiental reconhecida mundialmente, alicerçada na Constituição Federal de 1988 que consagra o meio ambiente como um direito humano fundamental de natureza difusa, além de impor uma política específica de proteção ambiental.

O conteúdo programático desenvolvido na disciplina Direito Ambiental objetiva o desenvolvimento de uma consciência ambiental ética frente à crise ambiental global e os valores que a impulsionam, de modo a possibilitar uma reflexão crítica em decorrência da realidade e da aplicabilidade da tutela jurídica do meio ambiente.

A disciplina enfoca e correlaciona a tutela constitucional do meio ambiente com o arcabouço normativo vigente. Aprofunda os estudos sobre a legislação infraconstitucional com ênfase na Política Nacional do Meio Ambiente, no Código Florestal, no Sistema Nacional de Unidades de Conservação, Política Nacional de Saneamento Básico, Política Nacional de Resíduos Sólidos, Política Nacional de Recursos Hídricos e Política Nacional de Mudanças do Clima. Também analisa o dano e as três formas de responsabilidade ambiental, quais sejam: civil, penal e administrativa e reafirma os instrumentos processuais de defesa do meio ambiente e enfatiza a relevância da norma procedimental.

Esta matéria ainda revela-se como uma contribuição estratégica e fundamental para os objetivos do curso de Direito, na medida em que possibilita ao discente desenvolver competências e habilidades, a partir dos conteúdos e atividades desenvolvidas nas aulas, além do incentivo a pesquisa e a discussão de fatos atuais que o capacite para a compreensão do fenômeno jurídico relacionado às questões ambientais, diante dos aspectos legais, doutrinários e jurisprudenciais.

2.Ementa:

Noções introdutórias do Direito Ambiental, sua importância nacional e internacional. Autonomia do



SECRETARIA SETORIAL DE ALUNOS

Direito Ambiental. Princípios ambientais. A Constituição Federal de 1988 e o meio ambiente. Política Nacional do Meio Ambiente. Impacto Ambiental. Avaliação de Impacto Ambiental. Licenciamento Ambiental. Proteção da Flora e da biodiversidade. Tutela do meio ambiente. Meio ambiente natural, cultural, do trabalho e artificial. Política Urbana. Degradação ambiental e Poluição. 9. Dano e Responsabilidade Ambiental. 10. Tutelas Processuais ambientais.

3. Objetivos Gerais:

Apresentar ao aluno a importância das normas jurídicas ambientais como instrumento jurídico e legal de proteção do bem ambiental.

Identificar mecanismos de desenvolvimento sustentável, tendo em vista o comando constitucional da garantia ao meio ambiente ecologicamente equilibrado.

Analisar os conceitos e princípios básicos ambientais, desenvolvendo o raciocínio jurídico ambiental para solução dos problemas ambientais atuais.

4. Objetivos Específicos:

Compreender a importância da proteção e preservação do bem ambiental.

Distinguir as fontes, princípios, características e hierarquia das normas ambientais.

Reconhecer a base constitucional de proteção do meio ambiente que fundamenta a legislação ambiental.

Conhecer a estrutura jurídica da Política Nacional do Meio Ambiente e sua aplicação em consonância com a legislação ambiental vigente e sua aplicação prática.

Analisar o procedimento administrativo Licenciamento Ambiental, seus órgãos competentes e licenças ambientais.

Identificar as principais normas de proteção da flora nacional e da biodiversidade.

Compreender a poluição como principal forma de degradação do meio ambiente.

Identificar as peculiaridades do dano ambiental e suas formas de responsabilidade.

Identificar as tutelas processuais de defesa do meio ambiente.

5. Conteúdos:

I. Noções Introdutórias do Direito Ambiental e Fundamentos do Direito Ambiental.

Problemas ambientais e a crise ambiental mundial.

Desenvolvimento econômico, consumismo e o meio ambiente.

Histórico do Direito Ambiental: Principais marcos da Legislação Ambiental brasileira e do Direito Internacional.

Influência do Direito Ambiental Internacional na Formação do Direito Ambiental Brasileiro.

Conceito de Meio Ambiente.

Conceito de Direito Ambiental.

Autonomia do Direito Ambiental.

II. Princípios norteadores do Direito Ambiental.

Importância dos princípios para o Direito Ambiental.

Princípios do Direito Ambiental.

Princípios ambientais constitucionais.

III. Tutela Constitucional do Meio Ambiente.

A proteção do meio ambiente na Constituição Federal de 1988.



SECRETARIA SETORIAL DE ALUNOS

Regras Constitucionais Diretas e Indiretas sobre Meio Ambiente.
O artigo 225 e seus parágrafos da CRFB.
Competência Constitucional em matéria ambiental.
IV. Política Nacional do Meio Ambiente (Lei 6.938/81).
Gestão ambiental: Conceito.
Sistema Nacional do Meio Ambiente (SISNAMA).
Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA).
Instrumentos da Política Nacional do Meio Ambiente.
Poder de Polícia Ambiental.
V. Impacto Ambiental. Avaliação de Impacto Ambiental. Licenciamento Ambiental (Resolução CONAMA n. 01/1986, Resolução CONAMA n. 237/1997, Lei Complementar n. 140/2011 e Política Nacional de Meio ambiente, Lei 6.938/81).
Procedimento Administrativo: Licenciamento Ambiental.
Ato administrativo: Licenças Ambientais.
Impacto Ambiental.
Avaliação de Impacto Ambiental (AIA).
Instrumentos legais de Implementação da Avaliação de Impacto Ambiental.
Estudo de Impacto Ambiental (EIA).
Relatório de Impacto Ambiental (RIMA).
Audiência Pública.
VI. Proteção da Flora e da Biodiversidade.
Código Florestal (Lei 12.651/2012).
Sistema Nacional de Unidades de Conservação (Lei 9.605/1998 ? SNUC).
Convenção sobre Diversidade Biológica.
Política Nacional de Biodiversidade.
Patrimônio Genético.
VII- Tutelas Específicas do Meio Ambiente.
Meio ambiente natural, do trabalho, cultural e artificial.
A Proteção do Meio Ambiente Urbano e do Meio Ambiente Cultural.
Política Urbana (artigo 182 e 183 da Constituição Federal de 1988).
Estatuto da Cidade (Lei n. 10. 257/2001).
VIII. Degradação ambiental e poluição.
Degradação Ambiental.

Poluição: Formas de poluição. Consequências da poluição. Mecanismos de controle.
Política Nacional de Saneamento Básico (Lei n. 11.445/2007).
Política Nacional de Resíduos Sólidos (Lei n. 12.305/2010).
Política Nacional de Recursos Hídricos (Lei n. 9.433/1997).
Política Nacional de Mudanças do Clima (Lei n. 12. 187/2009).
IX. Dano e Responsabilidade Ambiental. Responsabilidade Civil, Responsabilidade Administrativa e Responsabilidade Criminal.
Dano. Conceito.
Dano Ambiental: Peculiaridades.
Diferenças entre o dano ambiental e o dano comum.
Responsabilidade Ambiental.
Responsabilidade Civil, Responsabilidade Administrativa e Responsabilidade Penal: Cabimento, conceito, características e legislações.
X. Tutela Processual do Meio Ambiente.
Fase pré-processual: Inquérito Civil.



SECRETARIA SETORIAL DE ALUNOS

Principais Instrumentos Processuais de Proteção Ambiental: Ação Civil Pública e Ação Popular.
Formas alternativas de solução de conflitos ambientais: Termo de Ajustamento de Conduta e Termo de Compromisso.

6.Procedimentos de ensino

Aulas interativas, em ambiente virtual de aprendizagem, nas quais o conhecimento é exposto ao aluno de acordo com um desenho didático planejado para adequar o meio de entrega ao conhecimento particular da disciplina. Na sala de aula virtual, a metodologia de entrega de conteúdo contempla, além dos conceitos e temáticas das aulas propriamente ditas, leitura de textos pertinentes ao assunto, hipertextos, links orientados, estudos de caso, atividades animadas de aplicação do conhecimento, simuladores virtuais, quiz interativo, simulados, biblioteca virtual etc.

7.Procedimentos de avaliação:

A avaliação da disciplina segue as normas regimentais da Instituição. Nesta disciplina o aluno será avaliado por seu desempenho nas avaliações presenciais, bem como nos simulados que realizar. No que se refere às avaliações presenciais, o aluno agendará a realização da AV e, se necessário - e posteriormente - a AVS. As referidas avaliações, realizadas no polo de apoio EAD, envolvem questões objetivas e/ou discursivas a partir do banco de questão da disciplina e consideram diferentes níveis de complexidade e diferentes níveis cognitivos. Os simulados ? tomam como base o conteúdo de toda a disciplina e permitem a obtenção de até 2,0 pontos na nota final, desde que o aluno obtenha, pelo menos, nota 4,0 na AV e na AVS.

8.Bibliografia Básica:

ANTUNES, Paulo Bessa. Direito Ambiental. 20. São Paulo: Atlas, 2019. único.

FIORILLO, Celso Antonio Pacheco Fiorillo. Curso de Direito Ambiental Brasileiro. 18. São Paulo: Saraiva, 2018. único.

Silva, Tatiana Fernandes Dias da. Direito Ambiental. 1ª. Rio de Janeiro: SESES, 2016. único.

9.Bibliografia Complementar:

FIORILLO, Celso Antonio Pacheco; MARI MORITA, Dione. Licenciamento Ambiental. 3ª. São Paulo: Saraiva, 2019. único.

MILARÉ, Édis. Direito do Ambiente. 11. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2018. único.

RODRIGUES, Marcelo Abelha. Direito Ambiental Esquematizado. 5. São Paulo: Saraiva, 2018. único.

SIRVINKAS, Luis Paulo. Manual De Direito Ambiental. 17ª. São Paulo: Saraiva, 2018. único.

THOMÉ, Romeu. Manual De Direito Ambiental. 9ª. Bahia: Juspopdium, 2019. único.



SECRETARIA SETORIAL DE ALUNOS

Aluno: 202004278703 - ESTEVÃO NGONDA MALUNGO BUNGA**Disciplina:** CCJ0163 - DIREITO CONSTITUCIONAL APLICADO I**Matéria:**

Carga Horária Total		Carga Horária Semanal
Teórica:	44	2
Prática:	0	0
Campo:	0	0
Atividade:	0	0
Estágio:	0	0
EAD:	0	0

Tipo Curso: 4 - GRADUAÇÃO TECNOLÓGICA**Curso(s):** 4081 - INVESTIGAÇÃO FORENSE E PERÍCIA CRIMINAL**Versão Plano de Disciplina:** 3**Vigência:** 26/09/2022 Até o momento

1.Contextualização:

A disciplina Direito Constitucional Aplicado I para o curso de Investigação Forense e Perícia Criminal, ascende como uma disciplina de formação geral, para que o aluno conheça os limites dos direitos fundamentais e os limites de atuação do Estado brasileiro. Se já não fosse fundamental, para todos os ramos do conhecimento Humano, o Direito Constitucional, de toda sorte, seria para formação acadêmica aqui pretendida, visto que, sem limites, a investigação pode se transformar em invasão. Há uma tênue linha separando a investigação lícita e invasão ilegal. E os fundamentos para que esta linha seja respeitada residem no Direito Constitucional.

2.Ementa:

Teoria da Constituição. Direitos fundamentais. Direitos sociais. Direitos políticos. Organização do Estado. Poder Executivo. Poder Legislativo. Poder Judiciário. Defesa do Estado e das instituições democráticas.

3.Objetivos Gerais:

Compreender a estrutura constitucional, os limites de atuação do estado e as suas estruturas de funcionamento.

4.Objetivos Específicos:

Compreender a história e os fundamentos do existências de nossa Constituição.
Reconhecer o direitos fundamentais, sociais e políticos.
Identificar as estruturas do Estado Brasileiro e seu funcionamento.
Conhecer os poderes da República Federativa do Brasil e saber o seu papel.
Conhecer os instrumentos de defesa da estruturas democráticas existentes no Brasil.



SECRETARIA SETORIAL DE ALUNOS

5. Conteúdos:

UNIDADE 1-TEORIA DA CONSTITUIÇÃO

1.1-Constitucionalismo

1.1.1- Conceitos

1.1.2-Elementos

1.1.3-Classificações

1.2-Poder Constituinte

1.2.1-Poder constituinte originário

1.2.2-Poder constituinte reformador

1.2.3-Poder constituinte derivado

UNIDADE 2-TEORA DAS NORMAS CONSTITUCIONAIS

2.1-Classificação das normas constitucionais.

2.1.1-As teorias clássicas

2.1.2-As teoria de José Afonso da Silva

2.2-Direitos fundamentais

2.2.1-Interpretação

2.2.2-Aplicação

2.2.3-Espécies

2.3-Direitos sociais

2.3.1-Interpretação

2.3.2-Aplicação

2.3.3-Espécies

UNIDADE 3- NACIONALIDADE, DIREITOS POLÍTICOS, E ORGANIZAÇÃO DO ESTADO

3.1-Nacionalidade

3.1.1-Modo de aquisição

3.1.2-Condição jurídica dos brasileiros (natos e naturalizados)

3.1.2-Perda da nacionalidade

3.2- Os direitos políticos positivos

3.2.1-Aquisição e perda

3.2.2-O exercício através do sufrágio universal

3.2.3-Organização eleitoral

3.2.4-Privação dos direitos políticos

3.3-Organização do Estado

3.3.1-Elementos constitutivos do Estado

3.3.2-A forma federativa e a autonomia dos entes federativos

3.3.3-A vedação a secessão e a tríplice capacidade.

UNIDADE 4- ORGANIZAÇÃO DOS PODERES

4.1- Poder executivo

4.1.1-Modo de investidura e posse

4.1.2-Mandato e reeleição

4.1.3-Perda do mandato e substituição presidencial

4.2-Poder legislativo

4.2.1-Câmara dos Deputados e Senado Federal

4.2.2-Representação popular e dos estados.

4.2.3-Modo de investidura e posse

4.2.4-Mandato e reeleição

4.2.5-Perda do mandato



SECRETARIA SETORIAL DE ALUNOS

4.3-Poder Judiciário

4.3.1-Órgãos do poder Judiciário

4.3.2-O duplo grau de jurisdição

4.3.3-O papel dos tribunais superiores

4.3.4-O papel do STF

UNIDADE 5- DEFESA DO ESTADO E DAS INSTITUIÇÕES DEMOCRATICAS

5.1-Estado de defesa

5.1.1-Modalidades

5.1.2-Requisitos

5.1.3-Prazo de duração

5.1.4-Restrições

5.2-Estado de sítio

5.2.1-Modalidades

5.2.2-Requisitos

5.2.3-Prazo de duração

5.2.4-Restrições

6.Procedimentos de ensino

Aulas interativas, em ambiente virtual de aprendizagem, nas quais o conhecimento é exposto ao aluno de acordo com um desenho didático planejado para adequar o meio de entrega ao conhecimento particular da disciplina. Na sala de aula virtual, a metodologia de entrega de conteúdo contempla, além dos conceitos e temáticas das aulas propriamente ditas, leitura de textos pertinentes ao assunto, hipertextos, links orientados, estudos de caso, atividades animadas de aplicação do conhecimento, simuladores virtuais, quiz interativo, simulados, biblioteca virtual etc.

7.Procedimentos de avaliação:

A avaliação da disciplina segue as normas regimentais da Instituição. Nesta disciplina o aluno será avaliado por seu desempenho nas avaliações presenciais, bem como nos simulados que realizar. No que se refere às avaliações presenciais, o aluno agendará a realização da AV e, se necessário – e posteriormente – a AVS. As referidas avaliações, realizadas no polo de apoio EAD, envolvem questões objetivas e/ou discursivas a partir do banco de questão da disciplina e consideram diferentes níveis de complexidade e diferentes níveis cognitivos. Os simulados – tomam como base o conteúdo de toda a disciplina e permitem a obtenção de até 2,0 pontos na nota final, desde que o aluno obtenha, pelo menos, nota 4,0 na AV e na AVS.

8.Bibliografia Básica:

BARROSO, Luís Roberto. Curso de Direito Constitucional Contemporâneo: conceitos fundamentais e a construção do novo modelo. Rio de Janeiro: Saraiva, 2015.

MENDES, Gilmar Ferreira. GONET, Paulo Gustavo. Curso de direito constitucional. Rio de Janeiro: Saraiva, 2013.

SILVA, José Afonso da. Curso de Direito constitucional Positivo. São Paulo: Malheiros, 2014.

9.Bibliografia Complementar:



SECRETARIA SETORIAL DE ALUNOS

SOUZA NETO, Cláudio Pereira de. SARMENTO, Daniel. Direito constitucional: teoria, história e métodos de trabalho. Belo Horizonte: Forum, 2012.



SECRETARIA SETORIAL DE ALUNOS

Aluno: 202004278703 - ESTEVÃO NGONDA MALUNGO BUNGA**Disciplina:** CCJ0176 - DIREITO FINANCEIRO APLICADO**Matéria:**

Carga Horária Total		Carga Horária Semanal
Teórica:	44	2
Prática:	0	0
Campo:	44	2
Atividade:	0	0
Estágio:	0	0
EAD:	0	0

Tipo Curso: 4 - GRADUAÇÃO TECNOLÓGICA**Curso(s):** 4081 - INVESTIGAÇÃO FORENSE E PERÍCIA CRIMINAL**Versão Plano de Disciplina:** 3**Vigência:** 26/09/2022 Até o momento**1.Contextualização:**

É primordial delimitar que a ciência das finanças está direcionada ao caráter político, econômico e técnico da atividade financeira do Estado. A presente disciplina visa possibilitar ao corpo discente a compreensão de importantes institutos de Direito Financeiro, o que proporcionará a reflexão acerca da atuação do Estado na busca de recursos para poder atingir seus objetivos fundamentais, consistentes na construção de uma sociedade livre, justa e solidária, no desenvolvimento nacional, na erradicação da pobreza e marginalização, na redução das desigualdades sociais e regionais, bem como na promoção do bem estar da coletividade.

2.Ementa:

Constituição Federal quanto ao Direito Financeiro e a Atividade Financeira do Estado. Rotina das Receitas e Despesas Públicas. Fiscalização e Controle do Orçamento Público.

3.Objetivos Gerais:

O Direito Financeiro Aplicado é a disciplina jurídica que estuda o conjunto de regras e princípios que regulamenta a obtenção de receita pública, a contabilização e o gerenciamento desses valores, assim como, os limites para realização de despesas públicas. Tudo isso com objetivo de garantir que o Estado atenderá as necessidades públicas da sociedade. Assim, num primeiro passo será dada ênfase ao Direito Financeiro na Constituição Federal para em seguida, serem examinadas as normas gerais da Lei 4.320/64 e Lei Complementar 101/2000, de modo a fazer com que os institutos sejam conhecidos tal como positivados no ordenamento vigente. A luz do plano geral, a disciplina procura levar aos alunos não só as noções básicas de Direito Financeiro, mas também discorrer sobre os principais temas ligados a esta disciplina, visando a aplicação prática na resolução de problemas concretos.

4.Objetivos Específicos:

O Direito Financeiro Aplicado objetiva realizar o estudo, em caráter geral, dos principais conceitos do Direito Financeiro; possibilitar a compreensão do fenômeno da atividade financeira do Estado; despertar um juízo crítico sobre as leis que regulamentam a atividade financeira do Estado, tornando possível a



SECRETARIA SETORIAL DE ALUNOS

aplicação de conceitos teóricos à prática cotidiana dos entes públicos. Serão apresentadas noções da atividade financeira do Estado, cuja característica principal é a instrumentalidade, importante ressaltar, a obtenção de recursos (receitas) e a realização de gastos (despesas) com intuito de atingir certos objetivos de cunho político, econômico ou administrativo. Será analisado também o regime constitucional do orçamento enfatizando os princípios e instrumentos orçamentários (Plano Plurianual, Lei de Diretrizes Orçamentárias e Lei Orçamentária Anual), o ciclo orçamentário (fase administrativa e fase legislativa), a fiscalização e controle e os impactos da Lei de Responsabilidade Fiscal nas finanças públicas. Visando o aspecto prático, os temas serão desenvolvidos examinando-se os dispositivos constitucionais correlacionados com as finanças e orçamentos públicos, bem como com a fiscalização financeira e orçamentária.

5. Conteúdos:

Unidade 1- Introdução ao Direito público e Direito Financeiro 1.1 Conceito de Direito público e Financeiro 1.2 Evolução do Direito Financeiro 1.3 Fontes do Direito Financeiro 1.4 Princípios norteadores do Direito Financeiro 1.5 Autonomia do Direito Financeiro e introdução a Atividade Financeira do Estado Unidade 2- Atividade Financeira do Estado 2.1 Histórico e conceito de Estado 2.2 Funções do Estado 2.3 Objeto da Atividade Financeira do Estado 2.4 Necessidades Públicas 2.5 Federalismo Fiscal e Introdução as Receitas e Dívidas Públicas Unidade 3- Dívida e Receitas Públicas 3.1 Conceito e Etapas da Receita Pública 3.2 Classificação e características da Receita Pública 3.3 Panorama da Dívida Pública no Brasil 3.4 Aspectos da Dívida Pública 3.5 Características da Dívida Pública Unidade 4- Despesas Públicas 4.1 Conceito e requisitos para Despesa Pública 4.2 Classificação da Despesa Pública 4.3 Condições jurídicas para realização das Despesas Públicas 4.4 Norma regulamentadora da Despesa Pública 4.5 Formas especiais de pagamento Unidade 5- Orçamento Público 5.1 Conceito e origem de Orçamento Público 5.2 Regime jurídico do Orçamento Público 5.3 Princípios orçamentários 5.4 Aspectos político-econômico do Orçamento Público 5.5 Direito Formal e Direito Material Unidade 6- Leis Orçamentárias 6.1 Importância das Leis Orçamentárias 6.2 Lei Orçamentária Anual-LOA 6.3 Lei de Diretrizes Orçamentárias-LDO 6.4 Plano Plurianual-PPA 6.5 Controle de Constitucionalidade Orçamentária Unidade 7- Crédito Público 7.1 Conceito e noções fundamentais 7.2 Natureza Jurídica do Crédito Público 7.3 Empréstimo Público e destinação 7.4 Classificação do empréstimo público 7.5 Norma regulamentadora do Crédito e Empréstimo Público Unidade 8- Lei de Responsabilidade Fiscal 8.1 Evolução e aplicação da LRF 8.2 Fundamentação na Constituição Federal da LRF 8.3 Responsabilidade na Atividade Financeira do Estado 8.4 Processo Fiscal e suas etapas 8.5 Ética, transparência e Eficiência da LRF Unidade 9- Finanças Públicas 9.1 Conceito e funções 9.2 Compensação financeira 9.3 Desenvolvimento das políticas financeiras 9.4 Controle da dívida pública 9.5 Déficit Orçamental Unidade 10- Constituição Financeira 10.1 Normas programáticas de Direito Financeiro 10.2 Federalismo Fiscal 10.3 Sustentabilidade Financeira 10.4 Fiscalização financeira 10.5 Norma regulamentadora dos Royalties

6. Procedimentos de ensino

Aulas interativas, em ambiente virtual de aprendizagem, nas quais o conhecimento é ex-posto ao aluno de acordo com um desenho didático planejado para adequar o meio de entrega ao conhecimento particular da disciplina. Na sala de aula virtual, a metodologia de entrega de conteúdo contempla, além dos conceitos e temáticas das aulas propriamente ditas, leitura de textos pertinentes ao assunto, hipertextos, links orientados, vídeos, estudos de caso, atividades animadas de aplicação do conhecimento, simuladores virtuais, quiz interativo, simulados, biblioteca virtual etc.

7. Procedimentos de avaliação:

Nesta disciplina, o aluno será avaliado pelo seu desempenho nas avaliações (AV ou AVS), sendo a cada uma delas atribuído o grau de 0,0 (zero) a 10,0 (dez). O discente conta ainda com uma atividade sob a



SECRETARIA SETORIAL DE ALUNOS

forma de simulado, que busca aprofundar seus conhecimentos acerca dos conteúdos apreendidos, realizada online, na qual é atribuído grau de 0,0 (zero) a 2,0 (dois). Esta nota poderá ser somada à nota de AV e/ou AVS, caso o aluno obtenha nestas avaliações nota mínima igual ou maior do que 4,0 (quatro). Os instrumentos para avaliação da aprendizagem constituem-se em diferentes níveis de complexidade e cognição, efetuando-se a partir de questões que compõem o banco da disciplina. O aluno realiza uma prova (AV), com todo o conteúdo estudado e discutido nos diversos materiais que compõem a disciplina. Será considerado aprovado o aluno que obtiver nota igual ou superior a 6,0 (seis). Caso o aluno não alcance o grau 6,0 na AV, ele poderá fazer uma nova avaliação (AVS), que abrangerá todo o conteúdo e cuja nota mínima necessária deverá ser 6,0 (seis). As avaliações serão realizadas de acordo com o calendário acadêmico institucional.

8. Bibliografia Básica:

BARROCAS, Carolina Barboza Lima. Direito financeiro e tributário I. Rio de Janeiro: SESES, 2017. Disponível em: . HACK, Erico. Direito Tributário Brasileiro. Curitiba: InterSaberes, 2015. Disponível em: . SEGUNDO, H.B.M. Manual de direito tributário. 11.ed. São Paulo: Atlas, 2019. Disponível em: .

9. Bibliografia Complementar:

ABRAHAM, M. Curso de direito financeiro brasileiro. 5.ed. Rio de Janeiro: Forense, 2018. Disponível em: . HARADA, Kiyoshi. Direito financeiro e tributário. 29. ed. rev., atual. e reform. Rio de Janeiro: Atlas, 2020. Disponível em: . BALEEIRO, Aliomar. Direito tributário brasileiro. 14. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2018. Disponível em: . COELHO, Sacha Calmon Navarro. Curso de direito tributário brasileiro. 17. ed. rev., atual., reformul. Rio de Janeiro: Forense, 2019. Disponível em: . CARNEIRO, Claudio. Curso de direito tributário e financeiro. 9. ed. São Paulo: Saraiva, 2020. Disponível em: .



SECRETARIA SETORIAL DE ALUNOS

Aluno: 202004278703 - ESTEVÃO NGONDA MALUNGO BUNGA**Disciplina:** CCJ0159 - DIREITO PENAL APLICADO I**Matéria:**

Carga Horária Total		Carga Horária Semanal
Teórica:	44	2
Prática:	0	0
Campo:	0	0
Atividade:	0	0
Estágio:	0	0
EAD:	0	0

Tipo Curso: 4 - GRADUAÇÃO TECNOLÓGICA**Curso(s):** 4081 - INVESTIGAÇÃO FORENSE E PERÍCIA CRIMINAL**Versão Plano de Disciplina:** 2**Vigência:** 27/09/2021 Até o momento

1.Contextualização:

Direito Penal Aplicado I é uma disciplina que deve ser estudada pelo aluno do Curso de Investigação e Perícia Criminal, na medida em que dará um suporte técnico no desempenho de suas atividades profissionais. Dominando os conceitos de Direito Penal, o aluno terá subsídios para realizar uma perícia ou mesmo uma investigação de forma mais apropriada e consciente. Afinal, o crime e todos os conceitos a ele relacionados devem ser levados em conta por um perito ou investigador. Portanto, a sua importância está em funcionar como matéria complementar às demais de conteúdo mais técnico, propiciando uma formação educacional mais completa e profunda.

2.Ementa:

Direito Penal. Princípios de Direito Penal. Teoria da Norma Jurídico-Penal. Validade e Eficácia da Lei Penal no Tempo e no Espaço. Teoria do Delito. Fato Típico e Seus Elementos. Ilicitude. Culpabilidade. Teoria do Erro.

3.Objetivos Gerais:

Identificar o desenvolvimento do sistema penal como controle social formal, suas missões em um Estado Democrático de Direito e sua relação com as demais Ciências Sociais Aplicadas.

4.Objetivos Específicos:

Avaliar a aplicabilidade das Normas jurídico-penais no tempo e no espaço e suas limitações constitucionais.

Reconhecer a Teoria do Delito para fins de correta aplicação e interpretação dos institutos da parte geral do Código Penal aos crimes em espécie.

5.Conteúdos:



SECRETARIA SETORIAL DE ALUNOS

Unidade 1: Introdução. Conceitos e Princípios de Direito Penal.

- 1.1 - Introdução ao Direito Penal
- 1.2 - Princípios do Direito Penal
- 1.3 - Direito Penal e Constituição

Unidade 2: Teoria da Norma Penal. Lei Penal no Tempo e no espaço.

- 2.1 - Fontes
- 2.2 - Interpretação e Aplicação da Lei Penal
- 2.3 - Lei Penal no tempo e no espaço

Unidade 3: Teoria do Crime.

- 3.3 - Conceito de Crime
- 3.4 - Classificação das Infrações Penais

Unidade 4: Fato Típico

- 4.1 - Elementos do Fato Típico
- 4.2 - Conduta e suas espécies

Unidade 5: Dolo e Culpa.

- 5.1 - Dolo e Culpa
- 5.2 - Espécies

Unidade 6: Relação de Causalidade

- 6.1 - Definição
- 6.2 - Teoria da Causalidade Adequada

Unidade 7: Iter Criminis.

- 7.1 - Definição
- 7.2 - Atos preparatórios e Atos Executórios
- 7.3 - Tentativa, arrependimento eficaz, desistência voluntária, arrependimento posterior e crime impossível

Unidade 8: Ilícitude.

- 8.1 - Definição
- 8.2 - Estado de necessidade, legítima defesa, exercício regular de direito e estrito cumprimento do dever legal
- 8.3 - Causas supralegais excludentes de ilícitude

Unidade 9: Culpabilidade.



SECRETARIA SETORIAL DE ALUNOS

9.1 - Definição

9.2 - Teorias da Culpabilidade

Unidade 10: Teoria do Erro.

10.1 - Definição e Espécies

6.Procedimentos de ensino:

Aulas interativas, em ambiente virtual de aprendizagem, nas quais o conhecimento é exposto ao aluno de acordo com um desenho didático planejado para adequar o meio de entrega ao conhecimento particular da disciplina. Na sala de aula virtual, a metodologia de entrega de conteúdo contempla, além dos conceitos e temáticas das aulas propriamente ditas, leitura de textos pertinentes ao assunto, hipertextos, links orientados, estudos de caso, atividades animadas de aplicação do conhecimento, simuladores virtuais, quiz interativo, simulados, biblioteca virtual etc.

7.Procedimentos de avaliação:

A avaliação da disciplina segue as normas regimentais da Instituição. Nesta disciplina, o aluno será avaliado por sua participação cooperativa e colaborativa, bem como pelo seu desempenho nas avaliações presenciais (AV e AVS), sendo a cada uma delas atribuído o grau de 0,0 (zero) a 8,0 (oito). O docente/tutor responsável pela turma avaliará a participação do aluno nos fóruns de discussão temáticos, a qual será atribuído grau de 0,0 (zero) a 2,0 (dois), tendo por parâmetro as métricas de pertinência e interatividade da/na intervenção do aluno.

Com relação ao segundo critério, os instrumentos para avaliação da aprendizagem serão construídos a partir de itens de teste: questões objetivas e discursivas que compõem o banco de questões da disciplina, classificadas em diferentes níveis de complexidade e diferentes níveis cognitivos. Para cada disciplina do curso estudada o discente realiza uma prova (AV), com todo o conteúdo estudado e discutido nas aulas transmitidas via web, aulas online, fóruns de discussão e demais atividades e estratégias de ensino. Será considerado aprovado na disciplina o aluno que obtiver nota igual ou superior a 6,0 (seis). Este resultado será a soma de uma das provas presenciais (AV ou AVS) com a nota de participação nos fóruns temáticos de discussão do conteúdo.

As avaliações presenciais serão realizadas no polo de origem do aluno, de acordo com o calendário acadêmico institucional.

8.Bibliografia Básica:

CAPEZ, Fernando. Curso de Direito Penal. Parte Geral. v.1.14. São Paulo: Saraiva, 2010.

GRECO, Rogério. Curso de Direito Penal. Parte Geral. 17.ed.. Rio de Janeiro: Impetus, 2015.

NUCCI, Guilherme de Souza. Manual de Direito Penal. 10. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2014.

9.Bibliografia Complementar:

Bitencourt, Cezar Roberto. Tratado de Direito Penal. V.1.15. São Paulo: Saraiva, 2009.

MASSON, Cleber. Direito Penal Esquematizado: Parte Geral. vol 1. São Paulo: Gen, 2016.



SECRETARIA SETORIAL DE ALUNOS

PRADO, Luiz Regis. Curso de Direito de Direito Penal Brasileiro. 13ª ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2014.

ZAFFARONI, Eugênio Raul. Manual de Direito Penal Brasileiro. V.1. Parte Geral. 11ª edição. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2015.



SECRETARIA SETORIAL DE ALUNOS

Aluno: 202004278703 - ESTEVÃO NGONDA MALUNGO BUNGA**Disciplina:** CCJ0166 - DIREITO PENAL APLICADO II**Matéria:**

Carga Horária Total		Carga Horária Semanal
Teórica:	44	2
Prática:	0	0
Campo:	0	0
Atividade:	0	0
Estágio:	0	0
EAD:	0	0

Tipo Curso: 4 - GRADUAÇÃO TECNOLÓGICA**Curso(s):** 4081 - INVESTIGAÇÃO FORENSE E PERÍCIA CRIMINAL**Versão Plano de Disciplina:** 3**Vigência:** 26/09/2022 Até o momento

1.Contextualização:

Direito Penal Aplicado II tem por foco trabalhar os crimes da parte especial do Código Penal e os crimes previstos em legislação especial. A disciplina vem a complementar Direito Penal Aplicado I e continuar o aprofundamento do estudo visando sempre auxiliar o entendimento das demais matérias relacionadas com a perícia e investigação. Levando em consideração que a perícia e a investigação por regra geral tem sempre como objeto a prática de um crime, a presente disciplina desempenha um papel importante na formação dos alunos do Curso de Investigação e Perícia Criminal.

2.Ementa:

Lei de Drogas. Estatuto do Desarmamento. Lei das Organizações Criminosas. Crimes Contra a Fé Pública. Crimes contra o Patrimônio. Crimes Contra a Pessoa. Crimes referentes à Atividade Investigatória

3.Objetivos Gerais:

Trabalhar a parte especial do Código Penal e crimes previstos na legislação especial

4.Objetivos Específicos:

- Familiarizar o aluno com crimes que tenham relação com a atividade investigatória e pericial
- Apontar nos crimes estudados aspectos importantes para um perito ou investigador

5.Conteúdos:

Unidade 1: Lei de Drogas (Lei 11.343/06)

1.1 - Conceito de Droga

**SECRETARIA SETORIAL DE ALUNOS**

- 1.2 - Tráfico de Drogas e Violência
- 1.3 - Crimes previstos na Lei de Drogas
- Unidade 2: Estatuto do Desarmamento (Lei 10.826/06)
 - 2.1 - Conceito de Arma
 - 2.2 - Armas e Violência
 - 2.3 - Crimes previstos no Estatuto do Desarmamento
- Unidade 3: Lei das Organizações Criminosas (Lei 12.850/13)
 - 3.1 - Definição de Organização Criminosa
 - 3.2 - Meios Investigativos
 - 3.3 - Crimes previstos na Lei das Organizações Criminosas
- Unidade 4: Crimes Contra a Fé Pública (Código Penal)
 - 4.1 - Moeda Falsa
 - 4.2 - Falsidade Material e Falsidade Ideológica
 - 4.3 - Uso de Documento Falso
- Unidade 5: Crimes contra a Patrimônio 1ª Parte (Código Penal)
 - 5.1 - Crime Furto
 - 5.2 - Crime de Roubo
- Unidade 6: Crimes Patrimoniais 2ª Parte (Código Penal)
 - 6.1 - Extorsão
 - 6.2 - Dano
 - 6.3 - Apropriação Indébita
 - 6.4 - Estelionato
 - 6.5 - Receptação
- Unidade 7: Crimes Pertinentes à Atividade Investigatória
 - 7.1 - Denunciação Caluniosa
 - 7.2 - Comunicação Falsa de Crime
 - 7.3 - Auto-Acusação Falsa
 - 7.4 - Falso Testemunho ou Falsa Perícia
 - 7.5 - Corrupção Ativa de Testemunha
 - 7.6 - Fraude Processual
 - 7.7 - Exploração de Prestígio
- Unidade 8: Crimes Contra a Pessoa 1ª Parte (Código Penal)
 - 8.1 - Homicídio e suas Espécies
- Unidade 9: Crimes Contra a Pessoa 2ª Parte (Código Penal)
 - 9.1 - Infanticídio
 - 9.2 - Aborto
 - 9.3 - Lesão Corporal
- Unidade 10: Outros Crimes
 - 10.1 - Exercício Arbitrário das Próprias Razões
 - 10.2 - Falsa Identidade
 - 10.3 - Adulteração de Sinal de Identificação de Veículo automotor
 - 10.4 - Fraudes em Certames Públicos
 - 10.5 - Modificação ou alteração não autorizada de sistema de informações
 - 10.6 - Violação de Sigilo Funcional

6.Procedimentos de ensino

Aulas interativas, em ambiente virtual de aprendizagem, nas quais o conhecimento é exposto ao aluno de acordo com um desenho didático planejado para adequar o meio de entrega ao conhecimento



SECRETARIA SETORIAL DE ALUNOS

particular da disciplina. Na sala de aula virtual, a metodologia de entrega de conteúdo contempla, além dos conceitos e temáticas das aulas propriamente ditas, leitura de textos pertinentes ao assunto, hipertextos, links orientados, estudos de caso, atividades animadas de aplicação do conhecimento, simuladores virtuais, quiz interativo, simulados, biblioteca virtual etc.

Quanto à metodologia de ensino, o docente é responsável por mediar o conteúdo e sua integralização, com vistas ao aprendizado cooperativo e colaborativo, norteando-se pelo incentivo à troca constante entre os atores envolvidos e à construção coletiva do conhecimento. Para tal, cabe ao docente organizar e orientar o discente, bem como nas outras ferramentas de comunicação disponibilizadas na sala de aula virtual (chat, central de mensagem, anotações etc.).

7.Procedimentos de avaliação:

A avaliação da disciplina segue as normas regimentais da Instituição. Nesta disciplina o aluno será avaliado por seu desempenho nas avaliações presenciais, bem como nos simulados que realizar. No que se refere às avaliações presenciais, o aluno agendará a realização da AV e, se necessário – e posteriormente – a AVS. As referidas avaliações, realizadas no polo de apoio EAD, envolvem questões objetivas e/ou discursivas a partir do banco de questão da disciplina e consideram diferentes níveis de complexidade e diferentes níveis cognitivos. Os simulados – tomam como base o conteúdo de toda a disciplina e permitem a obtenção de até 2,0 pontos na nota final, desde que o aluno obtenha, pelo menos, nota 4,0 na AV e na AVS.

8.Bibliografia Básica:

BATISTA, Weber Martins. O Furto e o roubo no direito e no processo penal. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2014.

CAPEZ, Fernando. Estatuto do Desarmamento - Comentários À Lei N. 10.826, de 22-12-2003. 4ª Ed.. São Paulo: Saraiva, 2006.

GRECO FILHO,Vicente / Rassi,João Daniel. Lei de Drogas Anotada. 3. ed. São Paulo: Saraiva, 2009.

9.Bibliografia Complementar:

BOTTINI, Pierpaolo Cruz / BADARO, Gustavo Henrique Righy Ivahy. LAVAGEM DE DINHEIRO - Aspectos Penais e Processuais PenaisComentários à Lei 9.613/98, com as alterações da Lei 12.683/2012. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2013.

Greco, Rogerio. Curso de Direito Penal. Parte Especial - Volume II. Rio de Janeiro: Impetus, 2016.

GRECO, Rogerio. Curso de Direito Penal. Parte Especial - Volume III. Rio de Janeiro:: Impetus, 2016.

GRECO, Rogerio. Curso de Direito Penal. Parte Especial - Volume IV. Rio de Janeiro: Impetus, 2016.

NUCI, Guilherme de Souza. Código Penal Anotado. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2016.



SECRETARIA SETORIAL DE ALUNOS

Aluno: 202004278703 - ESTEVÃO NGONDA MALUNGO BUNGA**Disciplina:** CCJ0175 - DIREITO PROCESSUAL PENAL APLICADO**Matéria:**

Carga Horária Total		Carga Horária Semanal
Teórica:	44	2
Prática:	0	0
Campo:	0	0
Atividade:	0	0
Estágio:	0	0
EAD:	0	0

Tipo Curso: 4 - GRADUAÇÃO TECNOLÓGICA**Curso(s):** 4081 - INVESTIGAÇÃO FORENSE E PERÍCIA CRIMINAL**Versão Plano de Disciplina:** 3**Vigência:** 26/09/2022 Até o momento

1.Contextualização:

A disciplina de Direito Processual Processo Penal é relevante no universo do estudante de Direito. Nesta disciplina, o aluno vai compreender que a função do Direito Processual Pe-nal é regular a persecução penal do Estado através de seus órgãos constituídos, para que se possa aplicar a norma penal, realizando-se a pretensão punitiva no caso concreto. O Direito Processual Penal na verdade serve como instrumento para dar eficácia ao Direito Penal, pois não teria nenhuma aplicabilidade o ordenamento jurídico se não fosse disponibilizado o processo para aqueles que viram seu direito violado. O aluno entenderá, ainda, o significado da CRFB na estrutura do ordenamento jurídico, co-nhecendo-a e analisando-a a luz da democracia, tendo como consequência ideal e natural a construção e o fortalecimento do Estado Democrático de Direito.

2.Ementa:

Sistemas processuais penais: acusatório, inquisitivo e misto. Princípios Constitucionais e gerais informadores do processo penal. Inquérito policial - Persecução penal do Estado - Polícia Judiciária. Teoria Geral da Prova. Princípios aplicáveis às provas e a vedação das provas obtidas por meios ilícitos. Exceções à prova ilícita por derivação. Princípios da proporcionalidade e razoabilidade. Prova ilícita pro reo. Sistemas de valoração de provas. Das provas em Espécie. Prova Pericial. Intervenção corporal. Identificação criminal por meio de material genético - DNA. O princípio do "nemo tenetur se detegere". A prisão cautelar e a liberdade provisória no contexto da expansão do Direito Penal.

3.Objetivos Gerais:

Identificar os principais sistemas processuais penais e suas características. Reconhecer a importância da adoção de um sistema processual penal acusatório, escoimado dos vícios inquistivos, como única forma de se garantir um processo justo e garantista. Reconhecer a importância da integralização dos princípios como única forma de se garantir um processo justo e garantista. Compreender os princípios e estrutura do Direito Processual Penal em face da Constitui-ção, dando uma visão geral ao estudante do objetivo do processo a partir da ocorrência do ilícito penal; Identificar os órgãos de persecução penal do Estado; a atividade da polícia judiciária: o in-quérito policial, sua estrutura. Analisar a teoria geral da



SECRETARIA SETORIAL DE ALUNOS

prova, o ônus da prova, os meios de prova, as fontes de provas; Os princípios da prova; a prova ilícita; as espécies de prova. Abordar a prisão em flagrante e a prisão temporária no contexto da atuação da polícia judiciária. Intervenção corporal. Identificação criminal por meio de material genético ? DNA. O princípio do ?nemo tenetur se detegere?.

4. Objetivos Específicos:

O aluno deverá ser capaz de: Identificar, na presença de um fato típico, antijurídico e culpável, os procedimentos de investigação e seus personagens, aplicando os princípios concebidos pela Constituição Federal. Compreender que o sistema jurídico deve ser estudado de forma interligado, merecendo uma atenção conjunta dos direitos Constitucional, penal e processual penal. Atentar para as mudanças e analisar os casos concretos considerando o sistema garantista do processo penal Constitucional; Entender como funciona o direito de punir e o direito de perseguir a punição através dos atos de persecução criminal e da ação penal;

5. Conteúdos:

UNIDADE 1 - Sistemas processuais penais: acusatório, inquisitivo e misto. Princípios Constitucionais e gerais informadores do processo penal 1.1 Sistemas Processuais: Inquisitivo e Acusatório. 1.2 Princípios Constitucionais e Gerais informadores do processo penal. UNIDADE 2- Inquérito policial ? Persecução penal do Estado ? Polícia Judiciária 2.1 Persecução Penal: Inquérito Policial: Conceito e fundamentos. Natureza jurídica. Titularidade. Características. Formas de instauração: art. 5º, CPP. Atos de instauração: portaria e auto de flagrante. 2.2 As formas de Instauração do Inquérito policial. A instauração do inquérito policial através do auto de prisão em flagrante. As hipóteses de flagrante delito. Os procedimentos investigativos. UNIDADE 3 Teoria Geral da Prova 3.1 A terminologia, Conceitos, destinatários das provas, Fontes de prova, sujeitos da prova, objetos da prova. 3.2 Classificação das provas e o ônus da prova. 3.3 Princípios aplicáveis às provas e a vedação das provas obtidas por meios ilícitos. UNIDADE 4 Provas ilícitas por derivação. Princípios da proporcionalidade e razoabilidade. Busca e apreensão. 4.1 As exceções à prova ilícita por derivação. 4.2 Princípios da proporcionalidade e razoabilidade. Prova ilícita pro reo e pro societate. 4.3 A Busca e Apreensão domiciliar e pessoal. UNIDADE 5 Interceptações telefônicas e Sistemas de valoração de provas 5.1 Lei nº 9296/96 ? Lei de Interceptações Telefônicas. 5.2 O conceito de interceptação telefônica: distinção entre interceptação, escuta e gravação telefônica. 5.3 Quebra do sigilo de dados telefônicos e interceptação telefônica. Procedimento. 5.4 Sistema da prova legal, da certeza moral do legislador, da verdade legal, da verdade formal ou tarifado; Sistema da certeza moral do juiz ou da íntima convicção; Sistema da livre (e não íntima) convicção, da verdade real, do livre convencimento ou da persuasão racional do juiz ou livre convencimento motivado. UNIDADE 6 O interrogatório do réu e a Confissão. Delação premiada. Prova Testemunhal 6.1 Interrogatório. Natureza jurídica do interrogatório. Características do interrogatório. Direito ao silêncio. Videoconferência. Conteúdo do interrogatório 6.2 Confissão. Espécies de confissão. Delação ou chamamento de corréu. Delação premiada 6.3 A prova testemunhal. Conceito. Características. Classificação das testemunhas. Deveres das testemunhas. Capacidade para testemunhar. Testemunho de policiais. UNIDADE 7 A Prova pericial, a acareação, a prova documental e a prova indiciária. 7.1 A prova pericial. Conceito de perícia. Os conceitos de exame de corpo de delito direto e indireto. O valor probatório da perícia. O assistente técnico. 7.2 A acareação realizada em juízo como meio de prova. 7.3 A prova documental. Classificação dos documentos. 7.4 A prova indiciária. Valor da prova indiciária. O valor probatório das provas produzidas em juízo. UNIDADE 8 A Prisão em flagrante e a prisão temporária. Intervenção corporal, identificação criminal por meio de material genético ? DNA e o princípio do ?nemo tenetur se detegere?. 8.1 Prisão em flagrante. Hipóteses de prisão em flagrante. Lavratura do auto de prisão em flagrante. 8.2 Prisão temporária: Lei nº 7.960/89. Hipóteses de cabimento. Procedimento. Prazos. 8.3 A identificação criminal. O exame de DNA como meio de prova. Intervenção corporal e a extração do material genético do acusado. 8.4 O papel do



SECRETARIA SETORIAL DE ALUNOS

indiciado na investigação criminal. O princípio do *nemo tenetur se detegere* e sua conformidade com a prova produzida por meio de DNA.

6.Procedimentos de ensino

Aulas interativas, em ambiente virtual de aprendizagem, nas quais o conhecimento é ex-posto ao aluno de acordo com um desenho didático planejado para adequar o meio de entrega ao conhecimento particular da disciplina. Na sala de aula virtual, a metodologia de entrega de conteúdo contempla, além dos conceitos e temáticas das aulas propriamente ditas, leitura de textos pertinentes ao assunto, hipertextos, links orientados, vídeos, estudos de caso, atividades animadas de aplicação do conhecimento, simuladores virtuais, quiz interativo, simulados, biblioteca virtual etc.

7.Procedimentos de avaliação:

Nesta disciplina, o aluno será avaliado pelo seu desempenho nas avaliações (AV ou AVS), sendo a cada uma delas atribuído o grau de 0,0 (zero) a 10,0 (dez). O discente conta ainda com uma atividade sob a forma de simulado, que busca aprofundar seus conhecimentos acerca dos conteúdos apreendidos, realizada online, na qual é atribuído grau de 0,0 (zero) a 2,0 (dois). Esta nota poderá ser somada à nota de AV e/ou AVS, caso o aluno obtenha nestas avaliações nota mínima igual ou maior do que 4,0 (quatro). Os instrumentos para avaliação da aprendizagem constituem-se em diferentes níveis de complexidade e cognição, efetuando-se a partir de questões que compõem o banco da disciplina. O aluno realiza uma prova (AV), com todo o conteúdo estudado e discutido nos diversos materiais que compõem a disciplina. Será considerado aprovado o aluno que obtiver nota igual ou superior a 6,0 (seis). Caso o aluno não alcance o grau 6,0 na AV, ele poderá fazer uma nova avaliação (AVS), que abrangerá todo o conteúdo e cuja nota mínima necessária deverá ser 6,0 (seis). As avaliações serão realizadas de acordo com o calendário acadêmico institucional.

8.Bibliografia Básica:

CUNHA, I.D. Direito processual penal I. Rio de Janeiro: SESES, 2017. Disponível em: . GARCIA, Flávio Cardinelle Oliveira. Noções de Direito Processual Penal à luz de alguns de seus princípios. Curitiba: InterSaberes, 2016. Disponível em: . MOSSIN, Heráclito Antônio. Compêndio de processo penal: curso completo. São Paulo: Manole, 2010. Disponível em: .

9.Bibliografia Complementar:

RAMIDOFF, Mário Luiz. Elementos de Processo Penal. Curitiba: InterSaberes, 2017. Disponível em: . EDITORIA JURÍDICA DA EDITORA MANOLE. Código de Processo Penal. 3. ed. São Paulo: Manole, 2018. Disponível em: . CAPEZ, Fernando. Curso de processo penal. 27. ed. São Paulo: Saraiva, 2020. Disponível em: . MOUGENOT, Edilson. Curso de processo penal. 13. ed. São Paulo: Saraiva, 2018. Disponível em: . NUCCI, Guilherme de Souza. Curso de direito processual penal. 17. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2020. Disponível em: .



SECRETARIA SETORIAL DE ALUNOS

Aluno: 202004278703 - ESTEVÃO NGONDA MALUNGO BUNGA**Disciplina:** CCJ0182 - DIREITOS HUMANOS**Matéria:** DIREITO

Carga Horária Total		Carga Horária Semanal
Teórica:	66	3
Prática:	0	0
Campo:	0	0
Atividade:	0	0
Estágio:	0	0
EAD:	0	0

Tipo Curso: 4 - GRADUAÇÃO TECNOLÓGICA**Curso(s):** 4081 - INVESTIGAÇÃO FORENSE E PERÍCIA CRIMINAL**Versão Plano de Disciplina:** 3**Vigência:** 26/09/2022 Até o momento**1.Contextualização:**

A disciplina abarca diversos ramos do conhecimento das ciências sociais e humanas a partir do exame da efetividade ou eficácia social dos direitos fundamentais dentro do atual Estado Democrático de Direito, desde a formação do paradigma liberal até os dias de hoje, o que é fundamental para o operador do Direito do século XXI. Com efeito, a redemocratização do Brasil deslocou os direitos humanos para o epicentro constitucional do País, gerando a criação de um novo paradigma de interpretação do direito, cuja dinâmica é calcada na tão propalada força normativa da Constituição. Portanto, é o estudo da temática dos direitos humanos que possibilita ao aluno entender de forma crítica este papel da Constituição e, em especial, a relevância do princípio da dignidade da pessoa humana na construção de uma nova realidade social do País.

2.Ementa:

A evolução dos direitos humanos; As gerações de direitos; Aplicabilidade das normas constitucionais; A eficácia social dos direitos fundamentais e seus óbices; As garantias constitucionais e os direitos fundamentais; O sistema constitucional de emergência e os direitos fundamentais; A colisão de direitos fundamentais; A proteção internacional dos direitos humanos.

3.Objetivos Gerais:

- Identificar as normas de proteção aos direitos humanos no plano interno e internacional; - Analisar o papel do Estado na proteção dos direitos humanos. **Objetivos Específicos** - Conhecer a questão terminológica dos direitos humanos. - Identificar as características dos direitos fundamentais. - Compreender as três fases de evolução dos direitos humanos. - Analisar o sistema brasileiro dos direitos fundamentais. - Compreender a cláusula de abertura dos direitos fundamentais (artigo 5º § 2º da Constituição Federal). - Analisar a hierarquia dos tratados internacionais sobre direitos humanos no ordenamento jurídico brasileiro. - Compreender a teoria dimensional dos direitos fundamentais. - Analisar a aplicabilidade das normas constitucionais. - Conhecer a doutrina brasileira da efetividade e o mínimo existencial - Compreender as teorias do núcleo essencial dos direitos fundamentais. - Conhecer as figuras jurídicas constitucionais garantidoras dos direitos fundamentais. - Conhecer as limitações aos



SECRETARIA SETORIAL DE ALUNOS

direitos fundamentais decorrentes do Estado de excepcionalidade legal. - Compreender a colisão dos direitos fundamentais e a aplicação dos princípios da concordância prática e da proporcionalidade. - Conhecer a evolução da proteção internacional dos direitos humanos.

4. Objetivos Específicos:

- Conhecer a questão terminológica dos direitos humanos. - Identificar as características dos direitos fundamentais. - Compreender as três fases de evolução dos direitos humanos. - Analisar o sistema brasileiro dos direitos fundamentais. - Compreender a cláusula de abertura dos direitos fundamentais (artigo 5º § 2º da Constituição Federal). - Analisar a hierarquia dos tratados internacionais sobre direitos humanos no ordenamento jurídico brasileiro. - Compreender a teoria dimensional dos direitos fundamentais. - Analisar a aplicabilidade das normas constitucionais. - Conhecer a doutrina brasileira da efetividade e o mínimo existencial. - Compreender as teorias do núcleo essencial dos direitos fundamentais. - Conhecer as figuras jurídicas constitucionais garantidoras dos direitos fundamentais. - Conhecer as limitações aos direitos fundamentais decorrentes do Estado de excepcionalidade legal. - Compreender a colisão dos direitos fundamentais e a aplicação dos princ

5. Conteúdos:

Unidade I - Conceito, características e evolução dos direitos fundamentais. 1.1. A questão terminológica. 1.2. As características dos direitos fundamentais na atualidade. 1.3. As fases de evolução dos direitos humanos: da pré-história à fase de constitucionalização. Unidade II - A concepção constitucional dos direitos fundamentais e os tratados internacionais sobre os direitos humanos. 2.1. O sistema brasileiro dos direitos fundamentais. 2.2. A cláusula de abertura dos direitos fundamentais (artigo 5º § 2º da Constituição Federal).do Brasil de 1988 2.3. A hierarquia dos tratados internacionais sobre direitos humanos no ordenamento jurídico brasileiro. Unidade III - As dimensões dos direitos fundamentais 3.1. Os direitos fundamentais de primeira dimensão (direitos civis e políticos). 3.2. Os direitos fundamentais de segunda dimensão (direitos sociais e econômicos). 3.3. Os direitos fundamentais de terceira dimensão (direitos coletivos e difusos). Unidade IV - A aplicabilidade das normas constitucionais. 4.1. A classificação tradicional das normas constitucionais: normas de eficácia plena, contida e limitada. 4.2. A doutrina brasileira da efetividade. Unidade V - A eficácia dos direitos sociais e a reserva do possível. 5.1. O conceito de reserva do possível. 5.2. O conceito de dificuldade contramajoritária do poder judiciário. Unidade VI - O conceito de mínimo existencial. 6.1. O conteúdo material ligado ao mínimo existencial. Unidade VII - Os direitos fundamentais e suas garantias constitucionais. 7.1. As figuras jurídicas constitucionais garantidoras dos direitos fundamentais. Unidade VIII - O sistema constitucional de emergência e a restrição dos direitos fundamentais. 8.1. Estado de excepcionalidade legal; 8.2.. Estado de Sítio e Estado de Defesa. Unidade IX - A colisão de direitos fundamentais. 9.1. Aplicação do princípio da concordância prática. 9.2. Aplicação do princípio da proporcionalidade. Unidade X - A proteção internacional dos direitos humanos. 10.1. Os direitos humanos e as organizações intergovernamentais. 10.2. Documentos internacionais de defesa dos direitos humanos. 10.3. Declaração Universal dos Direitos do Homem. 10.4. Pacto internacional dos direitos civis e políticos (ONU). 10.5. Pacto internacional dos direitos econômicos, sociais e culturais (ONU).

6. Procedimentos de ensino

Aulas interativas, em ambiente virtual de aprendizagem, nas quais o conhecimento é ex-posto ao aluno de acordo com um desenho didático planejado para adequar o meio de en-trega ao conhecimento particular da disciplina. Na sala de aula virtual, a metodologia de entrega de conteúdo contempla, além dos conceitos e temáticas das aulas propriamente ditas, leitura de textos pertinentes ao assunto, hipertextos, links orientados, vídeos, estudos de caso, atividades animadas de aplicação do conhecimento, simuladores virtuais, quiz interativo, simulados, biblioteca virtual etc.



SECRETARIA SETORIAL DE ALUNOS

7.Procedimentos de avaliação:

Nesta disciplina, o aluno será avaliado pelo seu desempenho nas avaliações (AV ou AVS), sendo a cada uma delas atribuído o grau de 0,0 (zero) a 10,0 (dez). O discente conta ainda com uma atividade sob a forma de simulado, que busca aprofundar seus conhecimentos acerca dos conteúdos apreendidos, realizada online, na qual é atribuído grau de 0,0 (zero) a 2,0 (dois). Esta nota poderá ser somada à nota de AV e/ou AVS, caso o aluno obtenha nestas avaliações nota mínima igual ou maior do que 4,0 (quatro). Os instrumentos para avaliação da aprendizagem constituem-se em diferentes níveis de complexidade e cognição, efetuando-se a partir de questões que compõem o banco da disciplina. O aluno realiza uma prova (AV), com todo o conteúdo estudado e discutido nos diversos materiais que compõem a disciplina. Será considerado aprovado o aluno que obtiver nota igual ou superior a 6,0 (seis). Caso o aluno não alcance o grau 6,0 na AV, ele poderá fazer uma nova avaliação (AVS), que abrangerá todo o conteúdo e cuja nota mínima necessária deverá ser 6,0 (seis). As avaliações serão realizadas de acordo com o calendário acadêmico institucional.

8.Bibliografia Básica:

SILVA, F.D.L.L.; IORIO FILHO, R.M.; SILVA, R.L. Direitos humanos. Rio de Janeiro: SESES, 2016. Disponível em: . MAZZUOLI, V.O. Curso de direitos humanos. 7.ed. São Paulo: Método, 2020. Disponível em: . GUERRA, Sidney. Curso de direitos humanos. 6. ed. rev., atual. São Paulo: Saraiva, 2020. Disponível em: .

9.Bibliografia Complementar:

COMPARATO, Fábio Konder. A afirmação histórica dos direitos humanos. 12. ed. São Paulo: Saraiva, 2018. Disponível em: . CASTILHO, Ricardo. Direitos humanos. 7. ed. São Paulo: Saraiva, 2018. Disponível em: . PIOVESAN, F. Temas de direitos humanos.11.ed. São Paulo: Saraiva, 2018. Disponível em: . RAMOS, A.C. Curso de direitos humanos. 7.ed. São Paulo: Saraiva, 2020. Disponível em: . LEITE, C.H.B. Manual de direitos humanos. 3.ed. São Paulo: Atlas, 2014. Disponível em: .



SECRETARIA SETORIAL DE ALUNOS

Aluno: 202004278703 - ESTEVÃO NGONDA MALUNGO BUNGA**Disciplina:** CCJ0160 - DOCTRINA DA INTELIGÊNCIA I**Matéria:**

Carga Horária Total		Carga Horária Semanal
Teórica:	44	2
Prática:	0	0
Campo:	0	0
Atividade:	0	0
Estágio:	0	0
EAD:	0	0

Tipo Curso: 4 - GRADUAÇÃO TECNOLÓGICA**Curso(s):** 4081 - INVESTIGAÇÃO FORENSE E PERÍCIA CRIMINAL**Versão Plano de Disciplina:** 3**Vigência:** 26/09/2022 Até o momento**1.Contextualização:**

A Doutrina da Inteligência é disciplina de extrema importância no contexto da investigação, pois ela traz elementos básicos para que o investigador possa tirar conclusões a partir de dados e informações. A matéria se apresenta como uma eficiente ferramenta para a produção de conhecimento e é, possivelmente, uma das mais importantes habilidades que investigadores e profissionais do ramo devem dominar.

2.Ementa:

Doutrina da Inteligência. História. Sistema Brasileiro de Inteligência. Documentos. Contrainteligência. Estruturação do Setor de Inteligência.

3.Objetivos Gerais:

Identificar exatamente os princípios, conceito e finalidade da atividade de inteligência.

4.Objetivos Específicos:

Compreender as nuances que regem à atividade de inteligência, percebendo o seu alcance e a aplicação. Conhecer a estrutura da atividade de inteligência, desde sua doutrina até as instalações físicas de uma agência de inteligência.

Compreender a importância da atividade de inteligência, sendo capaz de identificar e aplicar as técnicas operacionais e ações de inteligência, visando a produção e proteção do conhecimento produzido a partir dos dados reunidos.

5.Conteúdos:

SECRETARIA SETORIAL DE ALUNOS

Unidade 1: Introdução à Doutrina de Inteligência

1.1 - Conceito de Inteligência

1.2 - Termos e Expressões comuns

Unidade 2: Histórico da Inteligência

2.1 - Evolução histórica da atividade de inteligência no Brasil e no mundo

2.2 - Sistema Brasileiro de Inteligência - SISBIN

Unidade 3: Tipos de Inteligência

3.1 - Tipos de Inteligência

3.2 - Hipóteses e suas aplicações

Unidade 4: Conceitos, princípios e noções fundamentais

4.1 - Conceitos básicos e Princípios

4.2 - Noções sobre os tipos de conhecimento produzidos por profissionais de inteligência

Unidade 5: Ciclo de Produção do Conhecimento - CPC

5.1 - Definição do Ciclo de Produção do Conhecimento

5.2 - Processo, fases e instrumentos do CPC

Unidade 6: Setores de Inteligência ? Análise

6.1 - Tipos de Setores

6.2 - Análises realizadas em cada setor

Unidade 7: Documentos de Inteligência

7.1 - Tipos de Documentos

7.2 - Meios de difusão do conhecimento de inteligência

7.3 - Apresentação de modelos

Unidade 8: Setores de Inteligência ? Operações

8.1 - Conceito de Setor de Operações

8.2 - Técnicas operacionais

8.3 - Ações de obtenção e proteção do conhecimento

Unidade 9: Contrainteligência

9.1 - Definição

9.2 - Segmentos

9.3 - Medidas de proteção do conhecimento

Unidade 10: Organização das atividades de Inteligência

10.1 - Estrutura física de uma agência de inteligência

10.2 - Recursos necessários

10.3 - Operacionalização

6.Procedimentos de ensino

Aulas interativas, em ambiente virtual de aprendizagem, nas quais o conhecimento é exposto ao aluno de acordo com um desenho didático planejado para adequar o meio de entrega ao conhecimento particular da disciplina. Na sala de aula virtual, a metodologia de entrega de conteúdo contempla, além dos conceitos e temáticas das aulas propriamente ditas, leitura de textos pertinentes ao assunto, hipertextos, links orientados, estudos de caso, atividades animadas de aplicação do conhecimento, simuladores virtuais, quiz interativo, simulados, biblioteca virtual etc.

Quanto à metodologia de ensino, o docente é responsável por mediar o conteúdo e sua integralização, com vistas ao aprendizado cooperativo e colaborativo, norteados pelo incentivo à troca constante entre os atores envolvidos e à construção coletiva do conhecimento. Para tal, cabe ao docente organizar e orientar o discente, bem como nas outras ferramentas de comunicação disponibilizadas na sala de aula virtual (chat, central de mensagem, anotações etc.).



SECRETARIA SETORIAL DE ALUNOS

7.Procedimentos de avaliação:

Nesta disciplina, o aluno será avaliado pelo seu desempenho nas avaliações (AV ou AVS), sendo a cada uma delas atribuído o grau de 0,0 (zero) a 10,0 (dez). O discente conta ainda com uma atividade sob a forma de simulado, que busca aprofundar seus conhecimentos acerca dos conteúdos apreendidos, realizada online, na qual é atribuído grau de 0,0 (zero) a 2,0 (dois). Esta nota poderá ser somada à nota de AV e/ou AVS, caso o aluno obtenha nestas avaliações nota mínima igual ou maior do que 4,0 (quatro). Os instrumentos para avaliação da aprendizagem constituem-se em diferentes níveis de complexidade e cognição, efetuando-se a partir de questões que compõem o banco da disciplina. O aluno realiza uma prova (AV), com todo o conteúdo estudado e discutido nos diversos materiais que compõem a disciplina. Será considerado aprovado o aluno que obtiver nota igual ou superior a 6,0 (seis). Caso o aluno não alcance o grau 6,0 na AV, ele poderá fazer uma nova avaliação (AVS), que abrangerá todo o conteúdo e cuja nota mínima necessária deverá ser 6,0 (seis). As avaliações serão realizadas de acordo com o calendário acadêmico institucional.

8.Bibliografia Básica:

GONÇALVES, Joanisval Brito. Atividade de Inteligência e legislação correlata. Rio de Janeiro: Impetus, 2016.

HIND, Allison. História da espionagem. Rio de Janeiro: Bloch Editores, 1963.

KENT, Sherman. Informações estratégicas. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora,, 1967.

9.Bibliografia Complementar:

AGEE, Philip. Dentro da Companhia – diário da CIA. São Paulo: Círculo do Livro, 1976.

BARRAL, Jean; LANGELAAN, Gorge. Espionagem industrial. Rio de Janeiro: Editora Expressão e Cultura, 1970.

BARRETO, Alessandro Gonçalves; WENDT, Emerson. Inteligência Digital. Rio de Janeiro: Brasport, 2013.

BERGIER, Jacques. A atual guerra secreta. Rio de Janeiro: Editora Expressão e Cultura, 1969.

BROWN, Robert. Espionagem eletrônica. Rio de Janeiro: Agente Editores Ltda, 1977.



SECRETARIA SETORIAL DE ALUNOS

Aluno: 202004278703 - ESTEVÃO NGONDA MALUNGO BUNGA**Disciplina:** CCJ0168 - DOCTRINA DA INTELIGÊNCIA II**Matéria:**

Carga Horária Total		Carga Horária Semanal
Teórica:	44	2
Prática:	0	0
Campo:	0	0
Atividade:	0	0
Estágio:	0	0
EAD:	0	0

Tipo Curso: 4 - GRADUAÇÃO TECNOLÓGICA**Curso(s):** 4081 - INVESTIGAÇÃO FORENSE E PERÍCIA CRIMINAL**Versão Plano de Disciplina:** 3**Vigência:** 26/09/2022 Até o momento

1.Contextualização:

A importância da disciplina de Doutrina da Inteligência II consiste na grade do curso de INVESTIGAÇÃO FORENSE E PERÍCIA CRIMINAL na apresentação crítica e reflexiva acerca dos fundamentos legais da atividade de inteligência no Brasil presentes na Constituição Federal e na legislação infraconstitucional. A partir desse enfoque buscar apresentar os principais aspectos ligados a segurança orgânica, como a elaboração de um plano de segurança institucional, e a atribuição de responsabilidades dos agentes ligados a um órgão de inteligência.

As ações de contrainteligência necessárias para o conhecimento das novas ameaças ao Estado moderno, principalmente relacionadas à atuação de organizações criminosas exige a ordenação dos estudos aplicados à contraespionagem e contrassabotagem como campos de atuação da contrainteligência. Para tal é fundamental descrever as operações de inteligência, e discutir seus limites de atuação dentro das normas legais e suas capacidades nas buscas dos dados negados.

A Doutrina da Inteligência II é disciplina de extrema importância no contexto da investigação, pois ela traz elementos básicos para que o investigador possa tirar conclusões a partir de dados e informações. A matéria se apresenta como uma eficiente ferramenta para a produção de conhecimento e é, possivelmente, uma das mais importantes habilidades que investigadores e profissionais do ramo devem dominar.

2.Ementa:

Os Fundamentos Legais da Atividade de Inteligência no Brasil presentes na Constituição Federal e na legislação infraconstitucional. A lei de acesso à informação. Os principais métodos aplicados nas Ciências Sociais e a importância de estudos interdisciplinares na formação e elaboração de estudos na área de Inteligência. Os estudos no campo da produção de conhecimento com a produção de relatórios de inteligência para a elaboração de cenários futuros, como a apreciação e a estimativa. A Contrainteligência e os principais aspectos ligados a segurança orgânica, como a elaboração de um



SECRETARIA SETORIAL DE ALUNOS

plano de segurança institucional, e a atribuição de responsabilidades dos agentes ligados a um órgão de inteligência. As ações de contrainteligência necessárias para o conhecimento das novas ameaças ao Estado moderno, principalmente relacionadas à atuação de organizações criminosas. Os estudos aplicados à contraespionagem e contrassabotagem como campos de atuação da contrainteligência. Os campos ligados às ações de contraterrorismo com a análise dos seus conceitos. As principais observações que cabe ao analista de inteligência, neste tipo de ação. O campo de atuação da contrapropaganda como elemento de fundamental de destaque no mundo moderno, devido ao volume de informações disponíveis e a capacidade da notícia de influenciar as pessoas. A Análise crítica da atividade de Inteligência no Brasil e os principais aspectos para a produção de conhecimentos aplicados à Atividade de Inteligência. As operações de inteligência. Os limites de atuação dentro das normas legais e suas capacidades nas buscas dos dados negados.

3. Objetivos Gerais:

Reconhecer os fundamentos legais da atividade de inteligência no Brasil presentes na Constituição Federal e na legislação infraconstitucional.

Apresentar os principais aspectos ligados a segurança orgânica, como a elaboração de um plano de segurança institucional, e a atribuição de responsabilidades dos agentes ligados a um órgão de inteligência. Examinar a legislação de apoio ao tema.

Definir as ações de contrainteligência necessárias para o conhecimento das novas ameaças ao Estado moderno, principalmente relacionadas à atuação de organizações criminosas

Ordenar os estudos aplicados à contraespionagem e contrassabotagem como campos de atuação da contrainteligência.

Descrever as operações de inteligência. Discutir seus limites de atuação dentro das normas legais e suas capacidades nas buscas dos dados negados

4. Objetivos Específicos:

.Conhecer a lei de acesso à informação

.Examinar os principais métodos aplicados nas Ciências Sociais e a importância de estudos interdisciplinares na formação e elaboração de estudos na área de Inteligência.

.Relacionar os estudos no campo da produção de conhecimento com a produção de relatórios de inteligência para a elaboração de cenários futuros, como a apreciação e a estimativa.

.Apresentar a necessidade de conhecimento técnico e de seus aspectos fundamentais para a proteção ao conhecimento.

.Apontar os campos ligados às ações de contraterrorismo com a análise dos seus conceitos. Listar as principais observações que cabe ao analista de inteligência, neste tipo de ação.

.Discutir o campo de atuação da contrapropaganda como elemento de fundamental de destaque no mundo moderno, devido ao volume de informações disponíveis e a capacidade da notícia de influenciar as pessoas.



SECRETARIA SETORIAL DE ALUNOS

.Relembrar, de forma sintética, todo o percurso de estudos da disciplina de Doutrina de Inteligência I, analisando os principais aspectos para a produção de conhecimentos aplicados à Atividade de Inteligência.

.Descrever as operações de inteligência. Discutir seus limites de atuação dentro das normas legais e suas capacidades nas buscas dos dados negados.

5.Conteúdos:

Unidade 01: Os Fundamentos Legais da Atividade de Inteligência no Brasil

1.1 Os fundamentos legais da atividade de inteligência no Brasil presentes na Constituição Federal e na legislação infraconstitucional.

1.2 A lei de acesso à informação

1.3 Os principais métodos aplicados nas Ciências Sociais e a importância de estudos interdisciplinares na formação e elaboração de estudos na área de Inteligência.

1.4 Os estudos no campo da produção de conhecimento com a produção de relatórios de inteligência para a elaboração de cenários futuros, como a apreciação e a estimativa.

Unidade 02: A Contrainteligência:

2.1 Os principais aspectos ligados a segurança orgânica, como a elaboração de um plano de segurança institucional, e a atribuição de responsabilidades dos agentes ligados a um órgão de inteligência.

Examinar a legislação de apoio ao tema.

2.2 As ações de contrainteligência necessárias para o conhecimento das novas ameaças ao Estado moderno, principalmente relacionadas à atuação de organizações criminosas.

2.3 Os estudos aplicados à contraespionagem e contrassabotagem como campos de atuação da contrainteligência.

2.4 A necessidade de conhecimento técnico e de seus aspectos fundamentais para a proteção ao conhecimento.

2.5 Os campos ligados às ações de contraterrorismo com a análise dos seus conceitos. As principais observações que cabe ao analista de inteligência, neste tipo de ação.

2.6 O campo de atuação da contrapropaganda como elemento de fundamental destaque no mundo moderno, devido ao volume de informações disponíveis e a capacidade da notícia de influenciar as pessoas.

Unidade 03: A Análise crítica da atividade de Inteligência no Brasil

3.1 Os principais aspectos para a produção de conhecimentos aplicados à Atividade de Inteligência.

3.2 As operações de inteligência, seus limites de atuação dentro das normas legais e suas capacidades nas buscas dos dados negados.

6.Procedimentos de ensino

Aulas interativas, em ambiente virtual de aprendizagem, nas quais o conhecimento é exposto ao aluno de acordo com um desenho didático planejado para adequar o meio de entrega ao conhecimento particular da disciplina. Na sala de aula virtual, a metodologia de entrega de conteúdo contempla, além dos conceitos e temáticas das aulas propriamente ditas, leitura de textos pertinentes ao assunto, hipertextos, links orientados, vídeos, estudos de caso, atividades animadas de aplicação do conhecimento, simuladores virtuais, quiz interativo, simulados, biblioteca virtual etc.

Quanto à metodologia de ensino, o docente é responsável por mediar o conteúdo e sua integralização, com vistas ao aprendizado cooperativo e colaborativo, norteando-se pelo incentivo à troca constante entre os atores envolvidos e à construção coletiva do conhecimento. Para tal, cabe ao docente organizar



SECRETARIA SETORIAL DE ALUNOS

e orientar o discente, bem como nas outras ferramentas de comunicação disponibilizadas na sala de aula virtual (chat, central de mensagem, anotações etc.).

7.Procedimentos de avaliação:

Nesta disciplina, o aluno será avaliado pelo seu desempenho nas avaliações (AV ou AVS), sendo a cada uma delas atribuído o grau de 0,0 (zero) a 10,0 (dez). O discente conta ainda com uma atividade sob a forma de simulado, que busca aprofundar seus conhecimentos acerca dos conteúdos apreendidos, realizada online, na qual é atribuído grau de 0,0 (zero) a 2,0 (dois). Esta nota poderá ser somada à nota de AV e/ou AVS, caso o aluno obtenha nestas avaliações nota mínima igual ou maior do que 4,0 (quatro). Os instrumentos para avaliação da aprendizagem constituem-se em diferentes níveis de complexidade e cognição, efetuando-se a partir de questões que compõem o banco da disciplina. O aluno realiza uma prova (AV), com todo o conteúdo estudado e discutido nos diversos materiais que compõem a disciplina. Será considerado aprovado o aluno que obtiver nota igual ou superior a 6,0 (seis). Caso o aluno não alcance o grau 6,0 na AV, ele poderá fazer uma nova avaliação (AVS), que abrangerá todo o conteúdo e cuja nota mínima necessária deverá ser 6,0 (seis). As avaliações serão realizadas de acordo com o calendário acadêmico institucional.

8.Bibliografia Básica:

BARRETO, Alessandro Gonçalves; WENDT, Emerson. Inteligência Digital. Rio de Janeiro: Brasport, 2013.

GONÇALVES, Joanisval Brito. Atividade de Inteligência e legislação correlata. terceira edição. Rio de Janeiro: Impetus, 2016.

GONÇALVES, Joanisval Brito; REIS, Marcus Vinicius. Terrorismo: Conhecimento e Combate. primeira edição. Rio de Janeiro: Rio de Janeiro, 2017.

9.Bibliografia Complementar:

ANTUNES, Priscila C. B. SNI & ABIN: Entre a teoria e a prática. Uma leitura da atuação dos Serviços Secretos brasileiros ao longo do século XX. Rio de Janeiro: FGV, 2002.

CEPIK, Marco A. C. Espionagem e Democracia: agilidade e transparência como dilemas na institucionalização de serviços de inteligência. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003.

FERRO JUNIOR, Celso M. A Inteligência e a Gestão da Informação Policial. Brasília: Fortium, 2008.

GONÇALVES, Joanisval Brito. Políticos e Espiões: O Controle da Atividade da Inteligência. primeira edição. Rio de Janeiro: Impetus, 2010.

WENDT, Emerson; HIGOR, Vinicius Nogueira Jorge. Crimes cibernéticos: Ameaças e procedimentos de investigação. 2ª Edição. Rio de Janeiro: eBook Kindle, 2017.



SECRETARIA SETORIAL DE ALUNOS

Aluno: 202004278703 - ESTEVÃO NGONDA MALUNGO BUNGA**Disciplina:** CCJ0156 - ECONOMIA POLÍTICA**Matéria:**

Carga Horária Total		Carga Horária Semanal
Teórica:	44	2
Prática:	0	0
Campo:	0	0
Atividade:	0	0
Estágio:	0	0
EAD:	0	0

Tipo Curso: 4 - GRADUAÇÃO TECNOLÓGICA**Curso(s):** 4081 - INVESTIGAÇÃO FORENSE E PERÍCIA CRIMINAL**Versão Plano de Disciplina:** 3**Vigência:** 26/09/2022 Até o momento**1.Contextualização:**

A disciplina Economia Política permite aos alunos das diversas áreas do conhecimento ter ciência dos principais aspectos que norteiam as questões políticas e econômicas de nosso dia a dia. No mundo globalizado, é fundamental que os estudantes conheçam os aspectos de economia que venham a afetar suas vidas

personais e profissionais. As notícias em sites de internet ou do noticiário do telejornal; transportam o indivíduo diariamente as questões de natureza econômica, políticas e sociais, contudo não são suficientes para preparar um profissional para sua atuação no mercado de trabalho.

Nesse sentido, a disciplina almeja fomentar e desenvolver o conhecimento básico acerca de temas tão importantes para a atuação de um profissional do mercado de trabalho. Afinal, compreender os aspectos diretos ou indiretos relacionados à economia é essencial para compreender a atuação das organizações e os reflexos nos mais diversos segmentos.

2.Ementa:

INTRODUÇÃO À ECONOMIA POLÍTICA; POLÍTICA REDISTRIBUTIVA; DISCRIMINAÇÃO E AÇÃO AFIRMATIVA; MODELOS DE AGÊNCIA, INFORMAÇÃO E MÍDIA NA POLÍTICA; CONFLITOS, CRIME ORGANIZADO E VIOLÊNCIA POLÍTICA.

3.Objetivos Gerais:

Tornar o aluno apto a compreender as questões e cenários econômicos e políticos, a política redistributiva, realizar análise crítica das ações de discriminação e ações afirmativas propostas, assim como conhecer a legislação específica para funcionamento do mercado e suas imperfeições, tendo por base aspectos sociológicos. Analisar a atuação dos governos nos âmbitos econômicos, sociais e ambientais.

**SECRETARIA SETORIAL DE ALUNOS**

4. Objetivos Específicos:

- Analisar questões jurídicas e econômicas nas áreas específicas de direito de propriedade, contratos, responsabilidade civil, processo judicial, constitucionalidade, criminalidade e penas, utilizando as teorias macro e microeconômica juntamente com as normas jurídicas existentes para o seu processo de tomada de decisão ou aconselhamento de seus clientes.
- Elaborar soluções justas e eficientes para questões jurídicas diversas, utilizando meios a partir das leis em vigor no país e a teoria econômica, para que seja possível fazer justiça e criar incentivos à eficiência produtiva.
- Estimar custos de transação eficientes, aplicando a teoria da escolha racional da decisão à análise das questões jurídicas, para produzir acordos judiciais e/ou soluções de processos mais justos de seu interesse ou de seus clientes.
- Analisar leis e políticas públicas geradoras de falhas ou imperfeições de mercado, utilizando o método sociológico, apontando uma explicação lógica econômica da situação para determinar os meios compensatórios na medida do dano causado e a precedência de direitos.
- Examinar a atuação do Estado na economia doméstica e internacional, na tutela do consumidor, do meio ambiente e da concorrência, utilizando as normas jurídicas existentes e os limites impostos pelo o mercado, para relatar e dimensionar os impactos nos demais agentes econômicos e mercados.

5. Conteúdos:

1. INTRODUÇÃO À ECONOMIA POLÍTICA

1.1 ESCOLHA COLETIVA E MODELOS DE COMPETIÇÃO ELEITORAL

1.2 PARTICIPAÇÃO ELEITORAL

2. POLÍTICA REDISTRIBUTIVA

2.1 DEMANDA POR REDISTRIBUIÇÃO

2.2 POLÍTICA REDISTRIBUTIVA E GRUPOS DE INTERESSE

3. DISCRIMINAÇÃO E AÇÃO AFIRMATIVA

3.1 RECONHECER OS CONCEITOS DE DISCRIMINAÇÃO ESTATÍSTICA

3.2 IDENTIFICAR COMO A DISCRIMINAÇÃO SE APRESENTA NO MERCADO DE TRABALHO

3.3 ANALISAR POLÍTICAS DE AÇÃO AFIRMATIVA E SEUS RESULTADOS

4. MODELOS DE AGÊNCIA, INFORMAÇÃO E MÍDIA NA POLÍTICA

4.1 MODELOS DE AGÊNCIA

4.2 MÍDIAS TRADICIONAIS E INFORMAÇÃO

4.3 INFORMAÇÃO E MÍDIAS SOCIAIS

5. CONFLITOS, CRIME ORGANIZADO E VIOLÊNCIA POLÍTICA

5.1 UM MODELO DE VIOLÊNCIA POLÍTICA



SECRETARIA SETORIAL DE ALUNOS

5.2 CONFLITOS ARMADOS, RENDA E POLÍTICA

5.3 O CRIME ORGANIZADO E A POLÍTICA

6.Procedimentos de ensino

Aulas interativas em ambiente virtual de aprendizagem, didaticamente planejadas para o desenvolvimento de competências, tornando o processo de aprendizado mais significativo para os alunos. Na sala de aula virtual, a metodologia de ensino contempla diversas estratégias capazes de alcançar os objetivos da disciplina. Os temas das aulas são discutidos e apresentados em diversos formatos como leitura de textos, vídeos, hipertextos, links orientados para pesquisa, estudos de caso, podcasts, atividades animadas de aplicação do conhecimento, simuladores virtuais, quiz interativo, simulados, biblioteca virtual e Explore + para que o aluno possa explorar conteúdos complementares e aprofundar seu conhecimento sobre as temáticas propostas.

7.Procedimentos de avaliação:

A avaliação da disciplina segue as normas regimentais da Instituição. Nesta disciplina o aluno será avaliado por seu desempenho nas avaliações presenciais, bem como nos simulados que realizar. No que se refere às avaliações presenciais, o aluno agendará a realização da AV e, se necessário ? e posteriormente ? a AVS. As referidas avaliações, realizadas no polo de apoio EAD, envolvem questões objetivas e/ou discursivas a partir do banco de questão da disciplina e consideram diferentes níveis de complexidade e diferentes níveis cognitivos. Os simulados tomam como base o conteúdo de toda a disciplina e permitem a obtenção de até 2,0 pontos na média, desde que o aluno obtenha, pelo menos, nota 4,0 na AV e na AVS.

8.Bibliografia Básica:

MANKIW, N.G. Macroeconomia.. 8.ed.. Rio de Janeiro: LTC, 2018.

Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#!/books/978-85-216-2749-4/cfi/6/10/4/34/2@0:31.5>

SILVA, F.C. Economia política.. Curitiba: Contentus, 2020.

Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Leitor/Loader/183534/pdf>

SILVA, Filipe Prado Macedo da; DALCIN, Aline Krüger; STEFANI, Rafael. Economia política.. Porto Alegre: SAGAH, 2018.

Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/books/9788595028968>

9.Bibliografia Complementar:

CARREGOSA, J.M. Economia política: mercado sustentável.. Rio de Janeiro: SESES, 2016.

Disponível em: <https://repositorio2.azurewebsites.net/api/objetos/efetuaDownload/ea0d0343-bf0e-4704-b5ae-0de1b5a11c7a>

MATIAS-PEREIRA, J. Curso de economia política: foco na política macroeconômica e nas estruturas de governança.. São Paulo: Atlas, 2015.

Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#!/books/9788522498802/cfi/4/1/4/4@0:00:27.1>

OLIVEIRA, Roberson Campos de; GENNARI, Adilson Marques. História do pensamento econômico.. 2.



SECRETARIA SETORIAL DE ALUNOS

ed.. São Paulo: Saraiva, 2019.

Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/books/9788571440166>

PINHO, Diva Benevides; VASCONCELLOS, Marco Antônio Sandoval de; TONETO JÚNIOR, Rudinei (Orgs.). Manual de economia.. 7. ed.. São Paulo: Saraiva, 2017.

Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788547220303/cfi/4!/4/4@0.00:0.00>

ROUSSEAU, Jean-Jacques. Discurso sobre a economia política.. Petrópolis: Vozes, 2017.

Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Leitor/Publicacao/160253/epub>



SECRETARIA SETORIAL DE ALUNOS

Aluno: 202004278703 - ESTEVÃO NGONDA MALUNGO BUNGA**Disciplina:** CCJ0183 - ESTATUTO DA CRIANÇA E ADOLESCENTE - E.C.A**Matéria:**

Carga Horária Total		Carga Horária Semanal
Teórica:	44	2
Prática:	0	0
Campo:	0	0
Atividade:	0	0
Estágio:	0	0
EAD:	0	0

Tipo Curso: 4 - GRADUAÇÃO TECNOLÓGICA**Curso(s):** 4081 - INVESTIGAÇÃO FORENSE E PERÍCIA CRIMINAL**Versão Plano de Disciplina:** 3**Vigência:** 26/09/2022 Até o momento**1.Contextualização:**

O DIREITO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE SEGUE A DOUTRINA LEGAL DA PRO-TEÇÃO INTEGRAL A TODA E QUALQUER CRIANÇA E OU ADOLESCENTE RESIDENTE, DOMICILIADO OU DE PASSAGEM PELO TERRITÓRIO BRASILEIRO, OS QUAIS SÃO DESTINATÁRIOS NATURAIS DA LEI 8.069/90. VÁRIOS DISPOSITIVOS DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988 ESTÃO IMPREGNADOS NO ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE, INSTITUÍDO MENOS DE DOIS APÓS O ADVENTO DA ENTRADA EM VIGOR DA LEI MAIOR. ESTA OPÇÃO CONSTITUCIONAL SE DEU EM DECORRÊNCIA DA DOUTRINA QUE DESENVOLVEU-SE COMO RESULTADO DE VÁRIOS ACORDOS E TRATADOS INTERNACIONAIS E PRINCIPALMENTE A CONVENÇÃO DE DIREITOS DA CRIANÇA, FIRMADA PELA ONU. ENTRE OS SIGNATÁRIOS ENCONTRA-SE O BRASIL, FACE A GRANDE MOVIMENTAÇÃO POPULAR EM ROMPER COM VETUSTAS PRÁTICAS DA DOUTRINA DA SITUAÇÃO IRREGULAR QUE VIGIA E SÓ ERA DESTINADA À MENORES CARENTES E/OU INFRATORES?. OS PAÍSES SIGNATÁRIOS COMPROMETERAM-SE A DISPENSAR UM TRATAMENTO HUMANO E COM GARANTIA DE DIREITOS IGUAIS AOS ADULTOS, NA MEDIDA EM QUE CRIANÇA E ADOLESCENTES ERAM OBJETOS DE INTERVENÇÃO DA FAMÍLIA E DO ESTADO. DENTRO DESSA NOVA CONCEPÇÃO A CONSTITUIÇÃO FEDERAL, EM SEU ART. 227, ESTENDEU A ESSE SEGMENTO SOCIAL TODOS OS DIREITOS FUNDAMENTAIS INERENTES À PESSOA HUMANA POR SEREM DESTINATÁRIOS DA NORMA CONSTITUCIONAL. POSTERIORMENTE É EDITADA A LEI 8069/90 ? ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE (ECA). VALE LEMBRAR QUE SOMENTE A SOMÁLIA E OS ESTADOS UNIDOS NÃO RATIFICARAM A CONVENÇÃO DO DIREITO DA CRIANÇA , MARCO DA CIVILIZAÇÃO MUNDIAL. ASSIM, COM BASE NESSSES PRINCÍPIOS NORTEADORES É QUE A DISCIPLINA DEVERÁ SER MINISTRADA, CONTEXTUALIZANDO OS MOMENTOS HISTÓRICOS COM A REALIDADE COTIDIANA DO BRASIL NA ATUALIDADE. É A PARTIR DESSE NOVO PARADIGMA É QUE SE DESENVOLVERÁ A CONSTRUÇÃO DE UMA SOCIEDADE MAIS JUSTA E SOLIDÁRIA.

2.Ementa:

Aspectos primordiais do direito da criança e do adolescente; princípios Constitucionais que regem o



SECRETARIA SETORIAL DE ALUNOS

tema; direitos fundamentais da criança e do Adolescente: à vida, à saúde, à liberdade, ao respeito, à dignidade, à educação, à cultura ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à convivência familiar e comunitária, poder familiar, direitos e deveres, alienação parental, guarda, tutela, adoção nacional e internacional; o sistema de garantia de direitos frente à prevenção, ao conselho tutelar e suas medidas; à descentralização e à política de atendimento; o sistema de garantia de direitos e os procedimentos na justiça da infância e da juventude, a competência, o ato infracional e as medidas socioeducativas; infrações administrativas e crimes em espécie.

3. Objetivos Gerais:

COMPREENDER O DESENVOLVIMENTO SISTÊMICO DO ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE COMO FORMA DA MELHORIA DA QUALIDADE DE VIDA PELA CONSCIENTIZAÇÃO DA RESPONSABILIDADE DA FAMÍLIA DO ESTADO E DA SOCIEDADE QUANTO ÀS CRIANÇAS E AOS ADOLESCENTES; - DESENVOLVER O RACIOCÍNIO CRÍTICO-JURÍDICO INDISPENSÁVEL PARA FORMAR UM PROFISSIONAL CAPAZ DE ATUAR ADMINISTRATIVA E JURISDICIONALMENTE NOS INTERESSES, DIREITOS E GARANTIAS DA POPULAÇÃO INFANTE JUVENIL, DESTINATÁRIOS DA NORMA LEGAL PERANTE O CONSELHO TUTELAR, NAS ENTIDADES DE ATENDIMENTO, ÓRGÃOS; - DIFERENCIAR A ATUAÇÃO PRÁTICA ULTRAPASSADA DA ATUAÇÃO DE CONFORMIDADE COM A NORMA VIGENTE E, AINDA, UTILIZAR AS COMPETÊNCIAS E HABILIDADES INDISPENSÁVEIS À ATUAÇÃO ACADÊMICA E PROFISSIONAL; - DESENVOLVER O ESPÍRITO DE CIDADANIA E SOLIDARIEDADE HUMANA E SOCIAL COM PARTICIPAÇÃO ATIVA NA COMUNIDADE.

4. Objetivos Específicos:

COMPREENDER O SISTEMA INTEGRADO DO DIREITO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE QUE SE DERIVA DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL E DA CONVENÇÃO DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE - IDENTIFICAR OS VÁRIOS TIPOS DE INSTITUTOS JURÍDICOS E RECONHECER SUA APLICABILIDADE JUNTO AOS CASOS CONCRETOS. - DEMONSTRAR A APLICABILIDADE DOS CONCEITOS JURÍDICOS E DAS NORMAS LEGAIS APLICÁVEIS ÀS CRIANÇAS E AOS ADOLESCENTES NA REALIDADE FÁTICA PARA A GARANTIA DE DIREITOS, INTERESSES E BENS JURÍDICOS PROTEGIDOS PELAS NORMAS LEGAIS. - ARTICULAR A TEORIA E A PRÁTICA PARA A RESOLUÇÃO DE CASOS CONCRETOS, IDENTIFICANDO A COMPETÊNCIA E/OU DE ATRIBUIÇÃO E DISTINGUI-LOS. - LOCALIZAR A NORMA ADEQUADA E ACOMPANHAR A EVOLUÇÃO DA JURISPRUDÊNCIA E DA DOUTRINA SOBRE O CRIANÇAS E ADOLESCENTES - REDIGIR PEÇAS JURÍDICAS COM FUNDAMENTAÇÃO JURÍDICA E BASE LEGAL - RECONHECER E ACESSAR A DIFERENÇA ENTRE OS INSTITUTOS JURÍDICOS, INSTITUIÇÕES E ENTIDADES GOVERNAMENTAIS E NÃO H21 PARA O DESENVOLVIMENTO DE SUA ATIVIDADE INTERDISCIPLINAR, POSSIBILITANDO INTER-GRATIA SOCIAL, A PREVENÇÃO E A RESOLUÇÃO PACÍFICA DE CONFLITOS.

5. Conteúdos:

UNIDADE I 1.1. INTRODUÇÃO AO ESTUDO DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE, BREVE HISTÓRICO, DOUTRINAS REVOGADAS, NORMATIVA INTERNACIONAL 1.2. CONSTITUIÇÃO FEDERAL, ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE ? LEI 8069/90 COM AS ALTERAÇÕES DA LEI 12010/09 1.3. DOUTRINA DA PROTEÇÃO INTEGRAL, PRIORIDADE ABSOLUTA, RESPONSABILIDADE CONCORRENTE DA FAMÍLIA, DO ESTADO E DA SOCIEDADE 1.4. DIREITOS FUNDAMENTAIS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE: À VIDA, À SAÚDE, À LIBERDADE, AO RESPEITO, À DIGNIDADE, À EDUCAÇÃO, À CULTURA AO ESPORTE, AO LAZER, À PROFISSIONALIZAÇÃO, À CONVIVÊNCIA FAMILIAR E COMUNITÁRIA UNIDADE II 2. DAS RESPONSABILIDADES 2.1. DA POLÍTICA DE ATENDIMENTO, DOS CONSELHOS DE DIREITOS, DAS



SECRETARIA SETORIAL DE ALUNOS

ENTIDADES DE ATENDIMENTO 2.2.DO CONSELHO TUTELAR,DAS MEDIDAS DE PROTEÇÃO E AOS PAIS OU RESPON-SÁVEL 2.3.DAS ATRIBUIÇÕES , REPRESENTAÇÕES E FISCALIZAÇÕES UNIDADE III 3.DAS INSTITUIÇÕES 3.1. JUSTIÇA DA INFÂNCIA E DA JUVENTUDE, COMPETÊNCIA, ATRIBUIÇÃO DELEGA-DA 3.2.PROCEDIMENTO JUDICIAL E ADMINISTRATIVO, DO MINISTÉRIO PÚBLICO, PROTE-ÇÃO DOS DIREITOS INDIVIDUAIS ,DIFUSOS E COLETIVOS, ADVOGADOS,DEFENSORIA PÚBLICA UNIDADE IV 4.DOS PROCEDIMENTOS E DOS CRIMES E INFRAÇÕES 4.1. PODER FAMILIAR, SUSPENSÃO E PERDA, COLOCAÇÃO EM FAMÍLIA SUBSTITUTA 4.2.GUARDA TUTELA E ADOÇÃO E SUAS ESPECIFICIDADES, PROCEDIMENTO DE HA-BILITAÇÃO, ADOÇÃO INTERNACIONAL 4.3.DA APURAÇÃO DO ATO INFRACIONAL, MEDIDAS SOCIOEDUCATIVAS,DOS RE-CURSOS, DOS CRIMES E INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS

6.Procedimentos de ensino

Aulas interativas, em ambiente virtual de aprendizagem, nas quais o conhecimento é ex-posto ao aluno de acordo com um desenho didático planejado para adequar o meio de en-trega ao conhecimento particular da disciplina. Na sala de aula virtual, a metodologia de entrega de conteúdo contempla, além dos conceitos e temáticas das aulas propriamente ditas, leitura de textos pertinentes ao assunto, hipertextos, links orientados, vídeos, estudos de caso, atividades animadas de aplicação do conhecimento, simuladores virtuais, quiz interativo, simulados, biblioteca virtual etc.

7.Procedimentos de avaliação:

Nesta disciplina, o aluno será avaliado pelo seu desempenho nas avaliações (AV ou AVS), sendo a cada uma delas atribuído o grau de 0,0 (zero) a 10,0 (dez). O discente conta ainda com uma atividade sob a forma de simulado, que busca aprofundar seus conhecimentos acerca dos conteúdos apreendidos, realizada online, na qual é atribuído grau de 0,0 (zero) a 2,0 (dois). Esta nota poderá ser somada à nota de AV e/ou AVS, caso o aluno obtenha nestas avaliações nota mínima igual ou maior do que 4,0 (quatro). Os instrumentos para avaliação da aprendizagem constituem-se em diferentes níveis de complexidade e cognição, efetuando-se a partir de questões que compõem o banco da disciplina. O aluno realiza uma prova (AV), com todo o conteúdo estudado e discutido nos diversos materiais que compõem a disciplina. Será considerado aprovado o aluno que obtiver nota igual ou superior a 6,0 (seis). Caso o aluno não alcance o grau 6,0 na AV, ele poderá fazer uma nova avaliação (AVS), que abrangerá todo o conteúdo e cuja nota mínima necessária deverá ser 6,0 (seis). As avaliações serão realizadas de acordo com o calendário acadêmico institucional.

8.Bibliografia Básica:

TAVARES, J.F. Comentários ao estatuto da criança e do adolescente. 8.ed. Rio de Janeiro: Forense, 2013. Disponível em: . ZAPATA, Fabiana Botelho. Direitos da criança e do adolescente. São Paulo: Saraiva Educação, 2016. Disponível em: . FERRARI, D.C.A.; MIYAHARA, R.P.; SANCHES, C. (orgs.) A violação de direitos de crianças e adolescentes: perspectivas de enfrentamento. São Paulo: Summus, 2014. Disponível em: .

9.Bibliografia Complementar:

MACIEL, Kátia Regina Ferreira Lobo Andrade (coord.). Curso de direito da criança e do adolescente: aspectos teóricos e práticos. Revisão de Rosa Maria Xavier Gomes. 12. ed. São Paulo: Saraiva, 2019. Disponível em: . MACHADO, M.T. A proteção constitucional de crianças e adolescentes e os direitos huma-nos. Barueri: Manole, 2003. Disponível em: . ARAÚJO JÚNIOR, G.C. Prática no Estatuto da Criança e do Adolescente. 2.ed. São Paulo: Atlas, 2017. Disponível em: . NUCCI, G.S. Estatuto da criança e do adolescente comentado. 4.ed. Rio de Janeiro: Foren-se, 2018. Disponível em: . DI MAURO, Renata Giovinona. Procedimentos civis no Estatuto da Criança e do Adolescen-te. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2016. Disponível em: .



SECRETARIA SETORIAL DE ALUNOS

Aluno: 202004278703 - ESTEVÃO NGONDA MALUNGO BUNGA**Disciplina:** CCJ0184 - ÉTICA**Matéria:** DIREITO

Carga Horária Total		Carga Horária Semanal
Teórica:	44	2
Prática:	0	0
Campo:	0	0
Atividade:	0	0
Estágio:	0	0
EAD:	0	0

Tipo Curso: 4 - GRADUAÇÃO TECNOLÓGICA**Curso(s):** 4081 - INVESTIGAÇÃO FORENSE E PERÍCIA CRIMINAL**Versão Plano de Disciplina:** 3**Vigência:** 26/09/2022 Até o momento**1.Contextualização:**

A disciplina Filosofia, Ética e Cidadania resulta de um projeto acadêmico comprometido com a formação integral da pessoa humana para o exercício responsável da autonomia como seres racionais e livres. O olhar filosófico oportuniza um modo singular de refletir e de proceder, bem como problematizar as questões da sociedade contemporânea. O estudante encontrará um caminho que relaciona filosofia, ética e cidadania no horizonte da liberdade, que não significa fazer o que quiser, mas a possibilidade de investigar e deliberação sobre questões públicas, sobre o bem da coletividade, sobre as ideias que temos em comum a respeito do certo ou errado, dentre outras possibilidades. Uma reflexão formativa sobre o que é cidadania, que privilegia o processo de humanização e que apresenta o exercício consciente da ética como a forma de conduzir a vida em sociedade, pautada na dignidade da pessoa humana.

2.Ementa:

O que é Filosofia. O nascimento da Filosofia. A reflexão filosófica. O que é ética. A ética finalista. A ética da convicção. A ética utilitarista e as éticas contemporâneas. A cidadania e suas várias faces. Direitos Humanos e a dignidade do ser humano. Os direitos humanos como fenômeno histórico-cultural.

3.Objetivos Gerais:

Os objetivos gerais da disciplina são: Identificar a importância da Filosofia para formação do pensamento crítico; Reconhecer as relações existentes entre ética, direito humanos e cidadania; Avaliar a importância do exercício pleno da cidadania como um dos aspectos da dignidade da pessoa humana.

4.Objetivos Específicos:

- Avaliar a importância da Ética para o exercício profissional no Estado Democrático de Direito; - Compreender os fundamentos éticos e morais do Código de Ética e Disciplina da OAB; - Conhecer e aplicar os preceitos do Estatuto da Advocacia e da Ordem dos Advogados do Brasil.

5.Conteúdos:

Unidade 1 - Ética e a Advocacia 1.1. Da legislação da OAB 1.2. O Provimento 144/2011 e o Exame de



SECRETARIA SETORIAL DE ALUNOS

Ordem. 1.3. Da atividade advocatícia Unidade 2 - O exame de ordem e a advocacia 2.1. Inscrição nos Quadros da OAB. Requisitos. Advogados e Estagiários. 2.2. Licença e cancelamento da inscrição. 2.3. Atuação fora Seccional de origem: inscrição suplementar. 2.4. Advocacia Pública e o Advogado Estrangeiro. Unidade 3 - Da atividade advocatícia 3.1. A atividade da advocacia: mandato judicial e extrajudicial. 3.2. Atos privativos de advocacia e o Habeas Corpus. 3.3. Renúncia, revogação e substabelecimento. Unidade 4 - Dos deveres e prerrogativas da advocacia 5.1. Direitos e deveres do advogado. Prerrogativas e imunidades. 5.2. Sigilo profissional. 5.3. Responsabilidade civil do advogado. 5.4. Publicidade da advocacia (Provimento 94/2000). Unidade 5 - Sociedade de Advogados e Advogado Empregado 7.1. Sociedade de advogados: natureza e personalidade jurídica. 7.2. Requisitos para a sua constituição (art. 2º, do Prov. 112/2006). Unidade 6 - Honorários advocatícios, incompatibilidades e impedimentos 6.1. Honorários de Advogado: natureza jurídica e tipos. 6.2. Da incompatibilidade: Art. 28, EOAB 6.3. Do impedimento: Art. 30, EOAB 6.4. Da regra especial para os dirigentes da advocacia pública: art. 29, EOAB Unidade 7 - Infrações Ético-disciplinares e o Tribunal de Ética e Disciplina 7.1. Infrações e sanções disciplinares: Tipologia e aplicabilidade das sanções. 7.2. Lide temerária, tergiversação e patrocínio infiel 7.3. Tribunal de Ética e Disciplina: funções e competência. 7.4. Processo disciplinar: fases. 7.5. Recursos Unidade 8 - A ordem dos Advogados do Brasil 8.1. Fins da OAB e Organização. 8.2. Órgãos da OAB 8.3. Eleições e mandatos

6.Procedimentos de ensino

Aulas interativas, em ambiente virtual de aprendizagem, nas quais o conhecimento é ex-posto ao aluno de acordo com um desenho didático planejado para adequar o meio de entrega ao conhecimento particular da disciplina. Na sala de aula virtual, a metodologia de entrega de conteúdo contempla, além dos conceitos e temáticas das aulas propriamente ditas, leitura de textos pertinentes ao assunto, hipertextos, links orientados, vídeos, estudos de caso, atividades animadas de aplicação do conhecimento, simuladores virtuais, quiz interativo, simulados, biblioteca virtual etc.

7.Procedimentos de avaliação:

Nesta disciplina, o aluno será avaliado pelo seu desempenho nas avaliações (AV ou AVS), sendo a cada uma delas atribuído o grau de 0,0 (zero) a 10,0 (dez). O discente conta ainda com uma atividade sob a forma de simulado, que busca aprofundar seus conhecimentos acerca dos conteúdos apreendidos, realizada online, na qual é atribuído grau de 0,0 (zero) a 2,0 (dois). Esta nota poderá ser somada à nota de AV e/ou AVS, caso o aluno obtenha nestas avaliações nota mínima igual ou maior do que 4,0 (quatro). Os instrumentos para avaliação da aprendizagem constituem-se em diferentes níveis de complexidade e cognição, efetuando-se a partir de questões que compõem o banco da disciplina. O aluno realiza uma prova (AV), com todo o conteúdo estudado e discutido nos diversos materiais que compõem a disciplina. Será considerado aprovado o aluno que obtiver nota igual ou superior a 6,0 (seis). Caso o aluno não alcance o grau 6,0 na AV, ele poderá fazer uma nova avaliação (AVS), que abrangerá todo o conteúdo e cuja nota mínima necessária deverá ser 6,0 (seis). As avaliações serão realizadas de acordo com o calendário acadêmico institucional.

8.Bibliografia Básica:

GONZAGA, Alvaro de Azevedo. Ética profissional: sintetizado. 2. ed. rev. ampl. Rio de Janeiro: Método, 2019. Disponível em: . FURROW, D. Ética: conceitos-chave em filosofia. São Paulo: Artmed, 2007. Disponível em: . GALLO, Sílvia (Coord.). Ética e cidadania: caminhos da filosofia. Campinas: Papirus, 2015. Disponível em:.

9.Bibliografia Complementar:

RUSS, J. Filosofia: os autores, as obras. Petrópolis: Vozes, 2015. Disponível em: . BRUM, C.; MACHADO, M. Filosofia, ética e cidadania. Rio de Janeiro: SESES, 2016. Disponível em: . ANTUNES,



SECRETARIA SETORIAL DE ALUNOS

M.T.P. (Org.) Ética. São Paulo: Pearson, 2012. Disponível em:.. PAVIANI, Jayme. Ética da formação. Caxias do Sul: EDUCS, 2016. Disponível em:.. SILVA, Roseane Almeida da. Caminhos da filosofia. Curitiba: Intersaberes, 2017. Disponível em:..



SECRETARIA SETORIAL DE ALUNOS

Aluno: 202004278703 - ESTEVÃO NGONDA MALUNGO BUNGA**Disciplina:** CCJ0161 - FILOSOFIA DO DIREITO**Matéria:**

Carga Horária Total		Carga Horária Semanal
Teórica:	44	2
Prática:	0	0
Campo:	44	2
Atividade:	0	0
Estágio:	0	0
EAD:	0	0

Tipo Curso: 4 - GRADUAÇÃO TECNOLÓGICA**Curso(s):** 4081 - INVESTIGAÇÃO FORENSE E PERÍCIA CRIMINAL**Versão Plano de Disciplina:** 3**Vigência:** 26/09/2022 Até o momento**1.Contextualização:**

A formação jurídica requer o compromisso maior com ideal de uma sociedade livre, justa e solidária. Para tanto, é preciso construir as bases para que tais valores sejam conquistados efetivamente na sociabilidade. Assim, a disciplina integra um projeto acadêmico comprometido com a formação humanística para o exercício profissional no Estado Democrático de Direito. E, neste horizonte, estudar as teorias e/ou institutos jurídicos restaria incompleto sem a abordagem filosófica. O estudante encontrará, por conseguinte, um estudo propedêutico de Filosofia do Direito como o mínimo indispensável para uma leitura filosófica do fenômeno jurídico. Um conhecimento que passou a integrar nos últimos anos exames, concursos para carreiras jurídicas, e, que nos impõe, fundamentalmente, duas reflexões: o que significa Direito e qual a sua relação com a Justiça.

2.Ementa:

Filosofia do Direito. Ética e política. O nascimento da Filosofia política: Platão e Aristóteles. Os contratualistas: Hobbes, Locke e Rousseau. A crítica da razão e a fundamentação da moral: Kant. Liberalismo contemporâneo e teorias da democracia: Rawls e Habermas. A relevância dos princípios na visão pós-positivista: Dworkin. Liberdade e Justiça.

3.Objetivos Gerais:

- Identificar o conceito de Filosofia do Direito e sua história; - Reconhecer as teorias filosóficas mais importantes que integram a Filosofia do Direito; - Reconhecer que o estudo do direito resta incompleto sem o aprofundamento filosófico.

4.Objetivos Específicos:

Ao final do curso do aluno será capaz de: - Identificar o conceito de Filosofia do Direito; - Reconhecer as áreas que integram a divisão da Filosofia do Direito; - Problematicar a relação entre Direito, e Moral; - Problematicar os conceitos de Liberdade, Igualdade, Equidade e Justiça; - Reconhecer a importância da Hermenêutica Jurídica para a experiência jurídica.

**SECRETARIA SETORIAL DE ALUNOS**

5. Conteúdos:

PARTE 1 - A Filosofia do Direito 1.1. Filosofia do Direito: conceito e áreas de investigação. 1.2. O conceito de Direito. 1.3. Correntes do pensamento filosófico jurídico. PARTE 2: Direito e Moral 2.1. O que é Justiça? 2.2. A igualdade e liberdade. 2.3. A equidade PARTE 3: Hermenêutica Jurídica 3.1. O conceito de Hermenêutica 3.2. O método da lógica formal 3.3. O método da lógica do Razoável

6. Procedimentos de ensino

Aulas interativas, em ambiente virtual de aprendizagem, nas quais o conhecimento é ex-posto ao aluno de acordo com um desenho didático planejado para adequar o meio de entrega ao conhecimento particular da disciplina. Na sala de aula virtual, a metodologia de entrega de conteúdo contempla, além dos conceitos e temáticas das aulas propriamente ditas, leitura de textos pertinentes ao assunto, hipertextos, links orientados, vídeos, estudos de caso, atividades animadas de aplicação do conhecimento, simuladores virtuais, quiz interativo, simulados, biblioteca virtual etc.

7. Procedimentos de avaliação:

Nesta disciplina, o aluno será avaliado pelo seu desempenho nas avaliações (AV ou AVS), sendo a cada uma delas atribuído o grau de 0,0 (zero) a 10,0 (dez). O discente conta ainda com uma atividade sob a forma de simulado, que busca aprofundar seus conhecimentos acerca dos conteúdos apreendidos, realizada online, na qual é atribuído grau de 0,0 (zero) a 2,0 (dois). Esta nota poderá ser somada à nota de AV e/ou AVS, caso o aluno obtenha nestas avaliações nota mínima igual ou maior do que 4,0 (quatro). Os instrumentos para avaliação da aprendizagem constituem-se em diferentes níveis de complexidade e cognição, efetuando-se a partir de questões que compõem o banco da disciplina. O aluno realiza uma prova (AV), com todo o conteúdo estudado e discutido nos diversos materiais que compõem a disciplina. Será considerado aprovado o aluno que obtiver nota igual ou superior a 6,0 (seis). Caso o aluno não alcance o grau 6,0 na AV, ele poderá fazer uma nova avaliação (AVS), que abrangerá todo o conteúdo e cuja nota mínima necessária deverá ser 6,0 (seis). As avaliações serão realizadas de acordo com o calendário acadêmico institucional.

8. Bibliografia Básica:

ADEODATO, João Maurício. Filosofia do direito: uma crítica à verdade na ética e na ciência. 6. ed. São Paulo: Saraiva, 2018. Disponível em: . INGRAM, David. Filosofia do direito: conceitos-chave em filosofia. Porto Alegre: ArtMed, 2015. Disponível em: . NADER, P. Filosofia do direito. 27.ed. Rio de Janeiro: Forense, 2020. Disponível em: .

9. Bibliografia Complementar:

BITTAR, Eduardo C. B.; ALMEIDA, Guilherme Assis de. Curso de filosofia do direito. 14. ed. Rio de Janeiro: Atlas, 2018. Disponível em: . MASCARO, Alysson Leandro Barbate. Filosofia do direito. 7. ed. Rio de Janeiro: Atlas, 2019. Disponível em: . ZIPPELIUS, Reinhold. Filosofia do direito. São Paulo: Saraiva, 2012. Disponível em: . REALE, M. Filosofia do direito. 20.ed. São Paulo: Saraiva, 2002. Disponível em: . NUNES, R. Manual de filosofia do direito. 7.ed. São Paulo: Saraiva, 2018. Disponível em: .

**SECRETARIA SETORIAL DE ALUNOS**

Aluno: 202004278703 - ESTEVÃO NGONDA MALUNGO BUNGA

Disciplina: CCJ0157 - FUNDAMENTOS DE DIREITO

Matéria:

Carga Horária Total		Carga Horária Semanal
Teórica:	44	2
Prática:	0	0
Campo:	0	0
Atividade:	0	0
Estágio:	0	0
EAD:	0	0

Tipo Curso: 4 - GRADUAÇÃO TECNOLÓGICA

Curso(s): 4081 - INVESTIGAÇÃO FORENSE E PERÍCIA CRIMINAL

Versão Plano de Disciplina: 3

Vigência: 26/09/2022 Até o momento

1.Contextualização:

Contextualizar fundamentos do direito empresarial no dia-a-dia das empresas. Apresentar ao estudante de administração e contábeis uma visão sistemática e prática dos institutos de Direito Empresarial. Oferecer ferramentas jurídicas do contexto do direito empresarial para a atuação do profissional no mercado.

2.Ementa:

Conceito de Direito. Direito Constitucional. Direito Civil. Direito do Trabalho. Direito Administrativo. Direito da Empresa. Direito do Consumidor. Direito Tributário. Objetivos Gerais A disciplina tem por objetivo dar ao aluno uma visão geral do direito Empresarial, nas suas principais ramificações, que são: a Teoria do Direito Empresarial, como uma introdução; o Direito Societário, fazendo uma análise dos tipos de empresas e sociedades; Relação de Consumo, Direito Cambiário e Contratual e, por último, o Direito Falimentar, Recuperação Judicial e Extrajudicial, visando capacitar o profissional de administração de empresas, contábeis e marketing com conhecimento jurídico e habilidades abrangentes, capazes de tomarem decisões e atuarem como agentes de mudança das organizações no contexto empresarial.

3.Objetivos Gerais:

A disciplina tem por objetivo dar ao aluno uma visão geral do direito Empresarial, nas suas principais ramificações, que são: a Teoria do Direito Empresarial, como uma introdução; o Direito Societário, fazendo uma análise dos tipos de empresas e sociedades; Relação de Consumo, Direito Cambiário e Contratual e, por último, o Direito Falimentar, Recuperação Judicial e Extrajudicial, visando capacitar o profissional de administração de empresas, contábeis e marketing com conhecimento jurídico e habilidades abrangentes, capazes de tomarem decisões e atuarem como agentes de mudança das organizações no contexto empresarial.

4.Objetivos Específicos:



SECRETARIA SETORIAL DE ALUNOS

5. Conteúdos:

UNIDADE 1: Conceito de Direito. 1.1. O direito e a moral. 1.2. Direito objetivo e direito subjetivo. 1.3. Ramos do direito público e do direito privado. 1.4. Fontes do direito e os meios de integração da norma jurídica. UNIDADE 2: Direito Constitucional 2.1. Constituição Brasileira. 2.2. Noções gerais do direito constitucional. 2.3. C F de 1988 - A organização do Estado 2.4. C F de 1988 - Os direitos e garantias fundamentais. 2. UNIDADE 3: Direito Civil. 3.1. O conceito de direito civil. 3.2. A relação jurídica, invalidade e os defeitos do negócio jurídico. 3.3. O ato ilícito e suas repercussões. 3.4. A responsabilidade civil, a prescrição e a decadência. com seus efeitos jurídicos no ordenamento jurídico pátrio. UNIDADE 4: Direito do Trabalho. 4.1. O conceito de direito do trabalho. 4.2. O contrato de trabalho e a relação de emprego. 4.3. A jornada de trabalho, o descanso semanal remunerado, férias, remuneração. 4.4. Alterações do contrato de trabalho e a extinção do contrato de trabalho. 5. C F de 1988 ? A ordem econômica, financeira e social. UNIDADE 5: Direito Administrativo. 5.1. Os princípios fundamentais do direito administrativo. 5.2. Os órgãos da administração pública brasileira. 5.3. As classificações e as espécies de atos administrativos. 5.4. A licitação no ordenamento jurídico brasileiro. UNIDADE 6: Direito da Empresa. 6.1. O empresário. 6.2. Distinções entre a sociedade de pessoas e as sociedades por ações. 6.3. Recuperação judicial, recuperação especial, recuperação extrajudicial e a falência. UNIDADE 7: Direito do Consumidor. 7.1. O conceito de consumidor e fornecedor. 7.2. Enumerados os direitos básicos do consumidor. 7.3. Práticas comerciais noções de processo relativo a relação de consumo. UNIDADE 8: Direito Tributário. 8.1. Noções gerais do Sistema Tributário Nacional. 8.2. Análise dos princípios fundamentais do Direito Tributário. 8.3. Os tributos de competência da União, dos Estados, Distrito Federal e dos Municípios.

6. Procedimentos de ensino

Aulas interativas, em ambiente virtual de aprendizagem, nas quais o conhecimento é ex-posto ao aluno de acordo com um desenho didático planejado para adequar o meio de entrega ao conhecimento particular da disciplina. Na sala de aula virtual, a metodologia de entrega de conteúdo contempla, além dos conceitos e temáticas das aulas propriamente ditas, leitura de textos pertinentes ao assunto, hipertextos, links orientados, vídeos, estudos de caso, atividades animadas de aplicação do conhecimento, simuladores virtuais, quiz interativo, simulados, biblioteca virtual etc.

7. Procedimentos de avaliação:

A avaliação da disciplina segue as normas regimentais da Instituição. Nesta disciplina o aluno será avaliado por seu desempenho nas avaliações presenciais, bem como nos simulados que realizar. No que se refere às avaliações presenciais, o aluno agendará a realização da AV e, se necessário - e posteriormente - a AVS. As referidas avaliações, realizadas no polo de apoio EAD, envolvem questões objetivas e/ou discursivas a partir do banco de questão da disciplina e consideram diferentes níveis de complexidade e diferentes níveis cognitivos. Os simulados - tomam como base o conteúdo de toda a disciplina e permitem a obtenção de até 2,0 pontos na média, desde que o aluno obtenha, pelo menos, nota 4,0 na AV e na AVS.

8. Bibliografia Básica:

REALE, Miguel. Lições preliminares de direito. 27. ed. São Paulo: Saraiva. Disponível em: .
FUTTERLEIB, L.L. Fundamentos do direito constitucional. Curitiba: Intersaberes, 2012. Disponível em: .
DOWER, N.G.B. et.al. Instituições de direito público e privado. 15.ed. São Paulo: Saraiva, 2017. Disponível em: .

9. Bibliografia Complementar:

DUTRA, L. Direito constitucional essencial. 3.ed. Rio de Janeiro: Forense, 2017. Disponível em: . HACK, E. Direito constitucional: conceitos, fundamentos e princípios básicos. Curitiba: Intersaberes, 2012.



SECRETARIA SETORIAL DE ALUNOS

Disponível em: . MENDES, G.F.; BRANCO, P.G.G. Curso de direito constitucional. 15.ed. São Paulo: Saraiva, 2020. Disponível em: . NADER, Paulo. Introdução ao estudo do direito. 42. ed. rev., atual. Rio de Janeiro: Forense, 2019. Disponível em: . VENOSA, Sílvio de Salvo. Introdução ao estudo do direito. 6. ed. rev. atual. Rio de Janeiro: Atlas, 2018. Disponível em: .

**SECRETARIA SETORIAL DE ALUNOS**

Aluno: 202004278703 - ESTEVÃO NGONDA MALUNGO BUNGA**Disciplina:** CCJ0174 - INV.- CRIMES CIBERNÉTICOS E COMPUTAÇÃO FORENSE**Matéria:**

Carga Horária Total		Carga Horária Semanal
Teórica:	44	2
Prática:	0	0
Campo:	44	2
Atividade:	0	0
Estágio:	0	0
EAD:	0	0

Tipo Curso: 4 - GRADUAÇÃO TECNOLÓGICA**Curso(s):** 4081 - INVESTIGAÇÃO FORENSE E PERÍCIA CRIMINAL**Versão Plano de Disciplina:** 4**Vigência:** 26/09/2022 Até o momento**1.Contextualização:**

A disciplina de Crimes Cibernéticos e Computação Forense estuda um Universo de informações digitais e ações que para algumas pessoas podem ser simples e inofensivas porém, ao olhar técnico são muito perigosas. Com a Sociedade cada vez mais interativa e conectada fazendo uso dos recursos da INTERNET os crimes cibernéticos estão crescendo e acontecendo em maior frequência. A Computação Forense trabalha com estratégias que vão guiar a proposta de toda pesquisa e solução de situações através de técnicas específicas justamente para investigar através de uma trilha de auditoria os processos ocorridos. O mercado tem recebido de forma muito atraente profissionais que conhecem as teorias que caracterizam os crimes cibernéticos e que desenvolvem a prática através da computação forense para "desvendar" um determinado evento. Não deixando de citar que este conteúdo perpassa por questões referentes a segurança da informação bem como a atuação do Perito Forense.

2.Ementa:

Estudo dos crimes de informática, principalmente os conceitos utilizados na perícia computacional forense, os exames periciais e suas respectivas aplicações. Introdução à arquitetura dos computadores. Dispositivos de armazenamento. Levantamento de dados Forense Computacional na rede mundial de computadores.

3.Objetivos Gerais:

? Estudar conceitos que definem e classificam crimes cibernéticos ? Estudar os conceitos da computação forense ? Conhecer a prática do Perito Forense

4.Objetivos Específicos:

- Conhecer e entender a taxonomia do crime cibernético - Estudar a computação forense para trabalhar de forma estratégica para atuar nos eventos de crimes digitais - Conhecer a ética Hacker; - Saber aplicar recursos para a prática profissional do perito forense em um cenário de crimes cibernéticos - Estudar os conceitos da auditoria e segurança da informação para construir a trilha de auditoria como suporte na atividade do perito forense com base nos dados coletados.

**SECRETARIA SETORIAL DE ALUNOS**

5.Conteúdos:

1- Fundamentos e Conceitos de Coleta de Dados 2- Crimes cibernéticos 2.1 - Conceituação 2.2- Classificação dos crimes cibernéticos 2.3 - Legislação 2.4- Direito Eletrônico 3- Computação forense 3.1- Conceituação 3.2 - Auditoria de Sistemas 3.3 - Segurança da Informação 4- Perícia Forense 4.1 - Conceituação 4.2 - Perícia Forense para Obtenção de Evidências 4.3- Padronização do Processo de Investigação 4.4- Perito Forense 5-Introdução ao Teste de Invasão e Ética Hacker 6-Tópicos avançados em perícia computacional

6.Procedimentos de ensino

Aulas interativas, em ambiente virtual de aprendizagem, nas quais o conhecimento é ex-posto ao aluno de acordo com um desenho didático planejado para adequar o meio de entrega ao conhecimento particular da disciplina. Na sala de aula virtual, a metodologia de entrega de conteúdo contempla, além dos conceitos e temáticas das aulas propriamente ditas, leitura de textos pertinentes ao assunto, hipertextos, links orientados, vídeos, estudos de caso, atividades animadas de aplicação do conhecimento, simuladores virtuais, quiz interativo, simulados, biblioteca virtual etc.

7.Procedimentos de avaliação:

Nesta disciplina, o aluno será avaliado pelo seu desempenho nas avaliações (AV ou AVS), sendo a cada uma delas atribuído o grau de 0,0 (zero) a 10,0 (dez). O discente conta ainda com uma atividade sob a forma de simulado, que busca aprofundar seus conhecimentos acerca dos conteúdos apreendidos, realizada online, na qual é atribuído grau de 0,0 (zero) a 2,0 (dois). Esta nota poderá ser somada à nota de AV e/ou AVS, caso o aluno obtenha nestas avaliações nota mínima igual ou maior do que 4,0 (quatro). Os instrumentos para avaliação da aprendizagem constituem-se em diferentes níveis de complexidade e cognição, efetuando-se a partir de questões que compõem o banco da disciplina. O aluno realiza uma prova (AV), com todo o conteúdo estudado e discutido nos diversos materiais que compõem a disciplina. Será considerado aprovado o aluno que obtiver nota igual ou superior a 6,0 (seis). Caso o aluno não alcance o grau 6,0 na AV, ele poderá fazer uma nova avaliação (AVS), que abrangerá todo o conteúdo e cuja nota mínima necessária deverá ser 6,0 (seis). As avaliações serão realizadas de acordo com o calendário acadêmico institucional.

8.Bibliografia Básica:

JORGE, H.V.N. Investigação criminal tecnológica. v.1: contém modelos de representações e requisições, além de procedimentos para investigação em fontes abertas. Rio de Janeiro: Brasport, 2018. Disponível em: . BOMFATI, Cláudio Adriano; KOLBE JUNIOR, Armando. Crimes cibernéticos. Curitiba: Intersaberes, 2020. Disponível em: . BARRETO, A.G.; BRASIL, B.S. Manual de investigação cibernética: à luz do marco civil da Internet. Rio de Janeiro: Brasport, 2016. Disponível em: .

9.Bibliografia Complementar:

BARRETO, A.G.; WENDT, E.; CASELI, G. Investigação digital em fontes abertas. Rio de Janeiro: Brasport, 2017. Disponível em: . PINHEIRO, P. P. Direito digital. 6. ed. São Paulo: Saraiva Educação, 2016. Disponível em: . PECK, Patricia. Direito digital. 6. ed. São Paulo: Saraiva Educação, 2016. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/books/9788502635647>. BERTHOLDI, J. Crimes cibernéticos. Curitiba: Contentus, 2020. Disponível em: . MCCLURE, S.; SCAMBRAY, J.; KURTZ, G. Hackers expostos: segredos e soluções pa-ra a segurança de redes. 7.ed. Porto Alegre: Bookman, 2014. Disponível em: .



SECRETARIA SETORIAL DE ALUNOS

Aluno: 202004278703 - ESTEVÃO NGONDA MALUNGO BUNGA**Disciplina:** CCJ0172 - INVESTIGAÇÃO - COMPLIANCE E LEI ANTICORRUPÇÃO**Matéria:**

Carga Horária Total		Carga Horária Semanal
Teórica:	44	2
Prática:	0	0
Campo:	44	2
Atividade:	0	0
Estágio:	0	0
EAD:	0	0

Tipo Curso: 4 - GRADUAÇÃO TECNOLÓGICA**Curso(s):** 4081 - INVESTIGAÇÃO FORENSE E PERÍCIA CRIMINAL**Versão Plano de Disciplina:** 4**Vigência:** 26/09/2022 Até o momento**1.Contextualização:**

Compliance e a Lei Anticorrupção são assuntos que têm aberto um leque de oportunidades profissionais para aqueles que atuam ou estudam áreas ligadas à segurança, investigação e combate à corrupção. Há um vácuo no mercado nesta área, daí a importância do seu estudo. A Lei Anticorrupção veio como um marco legal estimulando uma série de procedimentos a serem adotados por empresas privadas para se evitar condutas corruptivas e ilegais. O objetivo foi responsabilizar as empresas por atos ilícitos, tais como corrupção e fraude, no exercício de suas atividades. Assim, a partir da Lei Anticorrupção, não só o funcionário é responsabilizado por um ato de fraude, por exemplo, mas também a empresa como um todo, pois esta tem o dever de adotar padrões internos para evitar que tais condutas sejam praticadas por seus funcionários. Diante deste cenário, várias empresas têm instituído setores de integridade ou compliance com o objetivo de estabelecer rotinas e padrões que garantam a ética e evitem tais condutas ilegais. Tendo isto em mente, a disciplina Investigação - Compliance e Lei anticorrupção tem o objetivo de preparar o aluno para desenvolver um raciocínio crítico e técnico para atender as demandas deste mercado. Desta forma, a presente disciplina irá capacitar os alunos com habilidades e conhecimentos mínimos para poderem atuar em um setor de integridade ou compliance.

2.Ementa:

Compliance. Corrupção. Lei Anticorrupção. Responsabilidade objetiva da pessoa jurídica. Sanções administrativas. Breves notas sobre a corrupção. Lei nº 12.846/2013 e a responsabilidade objetiva da pessoa jurídica. Sanções administrativas previstas na Lei Anticorrupção.

3.Objetivos Gerais:

Preparar o aluno para entender o objeto da Lei 12.846, de 01º de agosto de 2013 e atuar na área de compliance de empresas públicas e privadas, prevenindo condutas fraudulentas e atos de corrupção que possam lesar a administração pública. Conhecer instrumentos e procedimentos necessários para atuar no setor de compliance.

4.Objetivos Específicos:

SECRETARIA SETORIAL DE ALUNOS

Estudar a Lei Anticorrupção. Entender a importância de se criar um Setor de Integridade ou Compliance. Demonstrar como a Atividade de Inteligência pode ser utilizada em apoio ao setor de integridade ou compliance. Correlacionar ações típicas da Atividade de Inteligência com a prática de Gestão de Riscos.

5. Conteúdos:

Unidade 1 - Investigação, Compliance e Lei Anticorrupção 1.1 - O que é Compliance 1.2 - Importância Prática 1.3 - Lei Anticorrupção Unidade 2 - Lei Anticorrupção - Parte I 2.1 - Por que estudar a Lei Anticorrupção 2.2 - Responsabilidade Objetiva das Empresas 2.3 - O Setor de Compliance e suas Vantagens Unidade 3 - Lei Anticorrupção - Parte II 3.1 - Acordo de Leniência 3.2 - Proteção ao Whistleblower 3.3 - Processo Administrativo de Responsabilização - PAR Unidade 4 - Estudo Comparado: Compliance no Sistema Americano 4.1 - Por que um estudo comparado 4.2 - US Sentencing Guidelines Unidade 5 - Programa de Integridade e Compliance 5.1 - Inteligência e Compliance Unidade 6 - Criação e atuação do Departamento de Compliance 6.1 - Acompanhamento de processo de contratação e de desligamento de funcionário pelo Compliance 6.2 - Monitoramento de e-mails corporativos utilizados por funcionários da empresa 6.3 - Análise de Riscos 6.4 - Gestão de Pessoas e Compliance Unidade 7 - Implementação do Programa de Integridade - Parte I 7.1 - Elementos Básicos de um Programa de Integridade 7.1.1 - Código de Ética e de Conduta 7.1.2 - Regras, Políticas e Procedimentos de Redução de Riscos 7.1.3 - Due Diligence de Compliance Unidade 8 - Implementação do Programa de Integridade - Parte II 8.1 - Elementos Básicos de um Programa de Integridade 8.1.1 - Comunicação 8.1.2 - Treinamento Unidade 9 - Implementação do Programa de Integridade - Parte III 9.1 - Elementos Básicos de um Programa de Integridade 9.1.1 - Canal de Denúncias 9.1.2 - Medidas Disciplinares 9.1.3 - Ações de Remediação Unidade 10 - Crimes Envolvendo a Atividade do Setor de Compliance/Integridade 10.1 - Crimes previstos no Código Penal 10.2 - Crimes Previstos na Legislação Especial

6. Procedimentos de ensino

Aulas interativas, em ambiente virtual de aprendizagem, nas quais o conhecimento é ex-posto ao aluno de acordo com um desenho didático planejado para adequar o meio de entrega ao conhecimento particular da disciplina. Na sala de aula virtual, a metodologia de entrega de conteúdo contempla, além dos conceitos e temáticas das aulas propriamente ditas, leitura de textos pertinentes ao assunto, hipertextos, links orientados, vídeos, estudos de caso, atividades animadas de aplicação do conhecimento, simuladores virtuais, quiz interativo, simulados, biblioteca virtual etc.

7. Procedimentos de avaliação:

Nesta disciplina, o aluno será avaliado pelo seu desempenho nas avaliações (AV ou AVS), sendo a cada uma delas atribuído o grau de 0,0 (zero) a 10,0 (dez). O discente conta ainda com uma atividade sob a forma de simulado, que busca aprofundar seus conhecimentos acerca dos conteúdos apreendidos, realizada online, na qual é atribuído grau de 0,0 (zero) a 2,0 (dois). Esta nota poderá ser somada à nota de AV e/ou AVS, caso o aluno obtenha nestas avaliações nota mínima igual ou maior do que 4,0 (quatro). Os instrumentos para avaliação da aprendizagem constituem-se em diferentes níveis de complexidade e cognição, efetuando-se a partir de questões que compõem o banco da disciplina. O aluno realiza uma prova (AV), com todo o conteúdo estudado e discutido nos diversos materiais que compõem a disciplina. Será considerado aprovado o aluno que obtiver nota igual ou superior a 6,0 (seis). Caso o aluno não alcance o grau 6,0 na AV, ele poderá fazer uma nova avaliação (AVS), que abrangerá todo o conteúdo e cuja nota mínima necessária deverá ser 6,0 (seis). As avaliações serão realizadas de acordo com o calendário acadêmico institucional.

8. Bibliografia Básica:

MOREIRA, Gabriela Maffei; PALAZZO, Tatiana. Tópicos em libras: surdez e inclusão. Rio de Janeiro:



SECRETARIA SETORIAL DE ALUNOS

SESES, 2014. Disponível em: . PEREIRA, Maria Cristina da Cunha (org.). Libras: conhecimento além dos sinais. São Paulo: Pearson, 2011. Disponível em: . SILVA, Rafael Dias (Org.). Língua brasileira de sinais: libras. São Paulo: Pearson, 2015. Disponível em: .

9. Bibliografia Complementar:

BAGGIO, Maria Auxiliadora; CASA NOVA, Maria da Graça. Libras. Curitiba: Intersaberes, 2017. Disponível em: . FERNANDES, Sueli. Educação de surdos. Curitiba: Intersaberes, 2012. Disponível em: . LOPES, Maura Corcini. Surdez & educação. São Paulo: Autêntica, 2007. Disponível em: . LUCHESI, Maria Regina C. Educação de pessoas surdas: experiências vividas, histórias narradas. 4 ed. Campinas: Papyrus, 2012. Disponível em: . VALENTINI, Cala Beatriz; BISOL, Cláudia Alquati. Inclusão no ensino superior: especificidades da prática docente com estudantes surdos. Caxias do Sul: Educs, 2012. Disponível em: .



SECRETARIA SETORIAL DE ALUNOS

Aluno: 202004278703 - ESTEVÃO NGONDA MALUNGO BUNGA**Disciplina:** CCJ0181 - INVESTIGAÇÃO - COOP. INVESTIGATIVA INTERNACIONAL**Matéria:**

Carga Horária Total		Carga Horária Semanal
Teórica:	44	2
Prática:	0	0
Campo:	44	2
Atividade:	0	0
Estágio:	0	0
EAD:	0	0

Tipo Curso: 4 - GRADUAÇÃO TECNOLÓGICA**Curso(s):** 4081 - INVESTIGAÇÃO FORENSE E PERÍCIA CRIMINAL**Versão Plano de Disciplina:** 4**Vigência:** 26/09/2022 Até o momento**1.Contextualização:**

A disciplina Investigação - Cooperação Investigativa Internacional para o curso de Investiga-ção Forense e Perícia Criminal, ascende como uma disciplina de formação específica, para que o aluno conheça os limites e as possibilidades de serem realizadas investigações de âmbito internacional, bem como conhecer as formas legais de participação do Estado Brasileiro. A disciplina, então, busca o abrir de horizontes investigativos, algo muito neces-sário em tempos de globalização e principalmente diante dos cada vez mais frequentes, crimes transnacionais.

2.Ementa:

Investigação. Órgãos com função investigativa: Polícia Judiciária. Órgãos com Função in-vestigativa: Ministério Público. O papel do poder judiciário na cooperação investiga-tiva brasileira. Soberania Estatal. Crimes transnacionais e cooperação. Tratados internacionais envolvendo a cooperação investigativa internacional. Agentes Internacionais: Tribunal Pe-nal Internacional. Agentes Internacionais: Interpol. Exemplos Práticos.

3.Objetivos Gerais:

Compreender a estrutura da investigação internacional, compreendendo os limites de par-ticipação do Estado brasileiro.

4.Objetivos Específicos:

Compreender os mecanismos de investigação. Conhecer os entes públicos com competência investigativa. Reconhecer os limites que devem ser respeitados dentro de uma investigação internacio-nal. Conhecer os tratados internacionais. Conhecer os órgão de cooperação investigativa internacional.

5.Conteúdos:

UNIDADE 1- A INVESTIGAÇÃO: CONCEITO E POLÍCIAS JUDICIÁRIAS 1.1-Investigação em âmbito nacional. 1.1.1- Conceitos 1.1.2-Elementos 1.1.3- Estrutura investigativa brasileira. 1.2-Polícias judiciárias. 1.2.1-A policia civil 1.2.2-A polícia federal 1.2.3-Regras gerais de competência UNIDADE 2-A



SECRETARIA SETORIAL DE ALUNOS

INVESTIGAÇÃO: O MINISTÉRIO PÚBLICO E PODER JUDICIÁRIO 2.1-O ministério público. 2.1.1-O MP e sua composição 2.1.2-O papel do MP na investigação brasileira 2.1.3-O MP no exercício do controle externo da atividade das polícias judiciárias 2.2-O poder judiciário 2.2.1-O papel do Judiciário na investigação 2.2.2-A cooperação do judiciário na investigação cooperativa internacional 2.2.3-O poder judiciário como meio para atendimento de requerimentos investigati-vos internacionais UNIDADE 3- A SOBERANIA NACIONAL E OS CRIMES TRANSNACIONAIS 3.1-A soberania nacional 3.1.1- Conceito 3.1.2-Elemento constitutivo e essencial ao Estado brasileiro 3.1.2-A necessidade de manutenção da soberania nacional 3.2- Os crimes transnacionais 3.2.1-Conceito 3.2.2-Especieis 3.2.3-A necessidade da cooperação internacional na investigação de tais crimes UNIDADE 4- TRATADOS INTERNACIONAIS E O TRIBUNAL PENAL INTERNACIONAL 4.1- Os tratados internacionais 4.1.1- Conceito 4.1.2-Tratados de investigação que o Brasil é signatário 4.1.3-O valor jurídico dos tratados internacionais 4.2-O tribunal penal internacional 4.2.1-Estrutura do TPI 4.2.2-Atuação do TPI no processo de investigação de crimes transnacionais UNIDADE 5- A INTERPOL E EXEMPLOS PRÁTICOS DE INVESTIGAÇÃO INTERNACIONAL 5.1-A Interpol 5.1.1-Definição 5.1.2-Evolução histórica 5.1.3-Representação do Estados participantes 5.1.4-Atuação da Interpol 5.2-Exemplos de investigação cooperativa internacional 5.2.1-A cooperação entre os MPs do Brasil e da Suíça no âmbito da operação lava jato 5.2.2-A cooperação investigativa Estados Unidos, França e Brasil no caso de corrupção dentro COI 5.2.3-A atuação da Interpol na captura de foragidos da justiça brasileira.

6.Procedimentos de ensino

Aulas interativas, em ambiente virtual de aprendizagem, nas quais o conhecimento é ex-posto ao aluno de acordo com um desenho didático planejado para adequar o meio de entrega ao conhecimento particular da disciplina. Na sala de aula virtual, a metodologia de entrega de conteúdo contempla, além dos conceitos e temáticas das aulas propriamente ditas, leitura de textos pertinentes ao assunto, hipertextos, links orientados, vídeos, estudos de caso, atividades animadas de aplicação do conhecimento, simuladores virtuais, quiz interativo, simulados, biblioteca virtual etc.

7.Procedimentos de avaliação:

Nesta disciplina, o aluno será avaliado pelo seu desempenho nas avaliações (AV ou AVS), sendo a cada uma delas atribuído o grau de 0,0 (zero) a 10,0 (dez). O discente conta ainda com uma atividade sob a forma de simulado, que busca aprofundar seus conhecimentos acerca dos conteúdos apreendidos, realizada online, na qual é atribuído grau de 0,0 (zero) a 2,0 (dois). Esta nota poderá ser somada à nota de AV e/ou AVS, caso o aluno obtenha nestas avaliações nota mínima igual ou maior do que 4,0 (quatro). Os instrumentos para avaliação da aprendizagem constituem-se em diferentes níveis de complexidade e cognição, efetuando-se a partir de questões que compõem o banco da disciplina. O aluno realiza uma prova (AV), com todo o conteúdo estudado e discutido nos diversos materiais que compõem a disciplina. Será considerado aprovado o aluno que obtiver nota igual ou superior a 6,0 (seis). Caso o aluno não alcance o grau 6,0 na AV, ele poderá fazer uma nova avaliação (AVS), que abrangerá todo o conteúdo e cuja nota mínima necessária deverá ser 6,0 (seis). As avaliações serão realizadas de acordo com o calendário acadêmico institucional.

8.Bibliografia Básica:

REZECK, Francisco. Direito internacional público: curso elementar. 17. ed. São Paulo: Sa-raiva, 2018. Disponível em: . PERRONE-MOISÉS, Cláudia. Direito internacional penal: imunidades e anistias. São Paulo: Manole, 2012. Disponível em: . FRIEDE, Antônio Carlos Reis. Aspectos jurídico-operacionais do agente infiltrado. Rio de Janeiro: Freitas Bastos, 2014. Disponível em: .

9.Bibliografia Complementar:

SOUZA, Ana Luiza da Gama e. Direito Internacional. Rio de Janeiro: SESES, 2017. Disponível em: .



SECRETARIA SETORIAL DE ALUNOS

GAILLARD, Emmanuel. Teoria jurídica da arbitragem internacional. São Paulo: Atlas, 2014. Disponível em: . PAGLIARINI, A.C.; CLETO, V.H. (Orgs.) Direito e jurisdições: Interna e internacional. Curitiba: Intersaberes, 2018. Disponível em: . GOMES, Eduardo Biacchi. Introdução aos estudos de direito internacional. Curitiba: Inter-saberes, 2016. Disponível em: . NUCCI, Guilherme de Souza. Manual de processo penal. Rio de Janeiro: Forense, 2020. Disponível em: .

**SECRETARIA SETORIAL DE ALUNOS**

Aluno: 202004278703 - ESTEVÃO NGONDA MALUNGO BUNGA**Disciplina:** CCJ0188 - INVESTIGAÇÃO - CRIMES AMBIENTAIS**Matéria:**

Carga Horária Total		Carga Horária Semanal
Teórica:	44	2
Prática:	0	0
Campo:	44	2
Atividade:	0	0
Estágio:	0	0
EAD:	0	0

Tipo Curso: 4 - GRADUAÇÃO TECNOLÓGICA**Curso(s):** 4081 - INVESTIGAÇÃO FORENSE E PERÍCIA CRIMINAL**Versão Plano de Disciplina:** 4**Vigência:** 26/09/2022 Até o momento**1.Contextualização:**

O Direito Ambiental é uma disciplina complexa, pois envolve as áreas técnicas, humanas e sociológicas do saber. O Direito Ambiental é observado pela ótica preventiva (administrativa), reparatória (civil) e repressiva (penal). O meio ambiente ecologicamente equilibrado é um direito fundamental de terceira geração, tendo o STF já se manifestado nesse sentido (RE 134.297). O art. 225, § 3º, da Constituição Federal dispõe que "As condutas e atividades consideradas lesivas ao meio ambiente sujeitarão os infratores, pessoas físicas ou jurídicas, a sanções penais e administrativas, independentemente da obrigação de reparar os danos causados." O mandamento constitucional da tutela penal do meio ambiente é disciplinado pela lei 9.605/98

2.Ementa:

Bem jurídico tutelado, o sujeito ativo do crime ambiental e a responsabilização penal da pessoa jurídica. Sistema punitivo dos crimes ambientais. Ação penal nos crimes ambientais e as medidas despenalizadoras. Crimes contra a fauna. Crimes contra a flora. Crimes contra o ordenamento urbano e o patrimônio cultural. Crimes contra a administração ambiental.

3.Objetivos Gerais:

Conhecer o sistema punitivo sobre os crimes ambientais.

4.Objetivos Específicos:

Identificar o responsável pelo delito ambiental. Reconhecer a justiça competente e verificar a possibilidade de medidas despenalizadoras. Conhecer os delitos ambientais.

5.Conteúdos:

AULA 1 - Bem jurídico tutelado, sujeito ativo do crime ambiental e responsabilização penal da pessoa jurídica
1.1 - Bem jurídico tutelado nos crimes ambientais
1.2 - Princípio da insignificância nos crimes ambientais
1.3 - Sujeitos do delito
1.3.1 - pessoa física
1.3.2 - pessoa jurídica
1.4 - Jurisprudência comentada
AULA 2 - Sistema punitivo dos crimes ambientais, a forma de aplicação das penal para as



SECRETARIA SETORIAL DE ALUNOS

peças jurídicas e o rol das penas restritivas de direitos. 2.1 - Forma de aplicação da pena nos crimes ambientais 2.2 - Penas restritivas de direitos para pessoa física 2.3 - Agravantes e atenuantes 2.4 - Penas restritivas de direitos para pessoa jurídica 2.5 - Jurisprudência comentada AULA 3 - Ação penal nos crimes ambientais e as medidas despenalizadoras. 3.1 - Ação penal 3.2 - Legitimado para a propositura da ação penal 3.3 - Crime ambiental de menor potencial ofensivo 3.4 - Institutos despenalizadores 3.5 - Jurisprudência comentada AULA 4 - Justiça competente para processo e julgamento dos crimes ambientais 4.1 - Justiça especial e justiça comum 4.2 - Justiça Comum Federal 4.3 - Justiça Comum Estadual 4.4 - Juizado Especial Criminal 4.5 - Foro por prerrogativa de função 4.6 - Jurisprudência comentada AULA 5 - Crimes contra a fauna (arts. 29 a 37, Lei 9.605/98). 5.1 - Sujeitos do delito 5.2 - Objeto material 5.3 - Consumação e tentativa 5.4 - Jurisprudência comentada AULA 6 - Crimes contra a flora (arts. 38 a 52, Lei 9.605/98). 6.1 - Sujeitos do delito 6.2 - Objeto material 6.3 - Consumação e tentativa 6.4 - Jurisprudência comentada AULA 7 - Poluição e outros crimes ambientais (arts. 54 a 61, Lei 9.605/98). 7.1 - Sujeitos do delito 7.2 - Objeto material 7.3 - Consumação e tentativa 7.4 - Jurisprudência comentada AULA 8 - Crimes contra o ordenamento urbano e o patrimônio cultural (arts. 62 a 65, Lei 9.605/98). 8.1 - Sujeitos do delito 8.2 - Objeto material 8.3 - Consumação e tentativa 8.4 - Jurisprudência comentada AULA 9 - Crimes contra a administração ambiental (arts. 66 a 69-A, Lei 9.605/98). 9.1 - Sujeitos do delito 9.2 - Objeto material 9.3 - Consumação e tentativa 9.4 - Jurisprudência comentada AULA 10 - Crimes com reflexos ambientais no Código Penal e em leis extravagantes. 10.1 - Crime de dano (art. 164 do Código Penal) 10.2 - Perturbação do trabalho ou sossego alheio (art. 42 do DL 3.688/41) 10.3 - Agrotóxicos (art. 15 da Lei 7.802/89) 10.4 - Parcelamento do solo urbano (arts. 50 a 52 da Lei 6.766/79) 10.5 - Política nacional de biossegurança (arts. 24 a 29 da Lei 11.105/05) 10.6 - Jurisprudência comentada

6.Procedimentos de ensino

Aulas interativas, em ambiente virtual de aprendizagem, nas quais o conhecimento é ex-posto ao aluno de acordo com um desenho didático planejado para adequar o meio de entrega ao conhecimento particular da disciplina. Na sala de aula virtual, a metodologia de entrega de conteúdo contempla, além dos conceitos e temáticas das aulas propriamente ditas, leitura de textos pertinentes ao assunto, hipertextos, links orientados, vídeos, estudos de caso, atividades animadas de aplicação do conhecimento, simuladores virtuais, quiz interativo, simulados, biblioteca virtual etc.

7.Procedimentos de avaliação:

Nesta disciplina, o aluno será avaliado pelo seu desempenho nas avaliações (AV ou AVS), sendo a cada uma delas atribuído o grau de 0,0 (zero) a 10,0 (dez). O discente conta ainda com uma atividade sob a forma de simulado, que busca aprofundar seus conhecimentos acerca dos conteúdos apreendidos, realizada online, na qual é atribuído grau de 0,0 (zero) a 2,0 (dois). Esta nota poderá ser somada à nota de AV e/ou AVS, caso o aluno obtenha nestas avaliações nota mínima igual ou maior do que 4,0 (quatro). Os instrumentos para avaliação da aprendizagem constituem-se em diferentes níveis de complexidade e cognição, efetuando-se a partir de questões que compõem o banco da disciplina. O aluno realiza uma prova (AV), com todo o conteúdo estudado e discutido nos diversos materiais que compõem a disciplina. Será considerado aprovado o aluno que obtiver nota igual ou superior a 6,0 (seis). Caso o aluno não alcance o grau 6,0 na AV, ele poderá fazer uma nova avaliação (AVS), que abrangerá todo o conteúdo e cuja nota mínima necessária deverá ser 6,0 (seis). As avaliações serão realizadas de acordo com o calendário acadêmico institucional.

8.Bibliografia Básica:

DELMANTO, Roberto. Leis penais especiais comentadas. 3. ed. São Paulo: Saraiva, 2018. Disponível em: . PRADO, Luiz Regis. Direito penal do ambiente: crimes ambientais (Lei 9.605/1998). 7. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2019. Disponível em: . MOSSIN, Heráclito Antônio. Crimes ecológicos: aspectos



SECRETARIA SETORIAL DE ALUNOS

penais e processuais penais : Lei n. 9.605/98. São Paulo: Manole, 2015. Disponível em: .

9. Bibliografia Complementar:

SILVEIRA, C.E.M. (Org.) Princípios do direito ambiental: atualidades. v.1. Caxias do Sul: EDUCS, 2012. Disponível em: . PHILIPPI JUNIOR, Arlindo; FREITAS, Vladimir Passos de; SPÍNOLA, Ana Luiza Silva (ed.). Direito ambiental e sustentabilidade. São Paulo: Manole, 2016. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/books/9788520439241>. RECH, A.U.; MARIN, J.; AUGUSTIN, S. (Orgs.). Direito ambiental e sociedade. Caxias do Sul: EDUCS, 2015. Disponível em: . SILVA, T.F.D. Direito ambiental. Rio de Janeiro: SESES, 2016. Disponível em: . BÜRING, M.A.; SOUZA, L.R.; SILVEIRA, C.E.M. (Orgs.) Direito ambiental: um transitar pelos direitos humanos e o processo. Caxias do Sul: EDUCS, 2016. Disponível em: .



SECRETARIA SETORIAL DE ALUNOS

Aluno: 202004278703 - ESTEVÃO NGONDA MALUNGO BUNGA**Disciplina:** CCJ0179 - INVESTIGAÇÃO - CRIMES DE COLARINHO BRANCO**Matéria:**

Carga Horária Total		Carga Horária Semanal
Teórica:	44	2
Prática:	0	0
Campo:	44	2
Atividade:	0	0
Estágio:	0	0
EAD:	0	0

Tipo Curso: 4 - GRADUAÇÃO TECNOLÓGICA**Curso(s):** 4081 - INVESTIGAÇÃO FORENSE E PERÍCIA CRIMINAL**Versão Plano de Disciplina:** 4**Vigência:** 26/09/2022 Até o momento**1.Contextualização:**

O tema abordado neste estudo tem a finalidade de visualizar como o Crime de Colarinho Branco como um delito que, juntamente com outros que atentam contra a vida, a liberdade e a dignidade da pessoa humana, acaba ocasionando reflexos em toda a sociedade, visto que os recursos públicos, pagos pelos contribuintes, que, desviados pelos esquemas de corrupção sistêmica, faltam para a ampliação dos investimentos em saúde, educação, segurança e infraestrutura. Durante as aulas, será possível entender que o combate ao Crime de Colarinho Branco é a garantia do desenvolvimento econômico e social, pois a justiça social não convive com impunidade. O agente dos delitos do colarinho branco que comete essa espécie de delinquência possui elevado padrão social e grande status perante a sociedade e, normalmente, vê-se como mero violador das leis, sem se preocupar com o estrago que causa à sociedade. Desde a colonização, o Brasil, em todo o seu desenvolvimento, deriva da forma como e de quem o colonizou, haja vista que nossa origem é um somatório de diversos fatos, tais como: foi descoberto por exploradores de riquezas, por saqueadores, por religiosos intolerantes e, ainda, sofreu com ações dos piratas. Com tantos problemas sociais, sendo conduzido por império corrupto, dificilmente nosso país teria tomado novos rumos se não o da prática da corrupção sistêmica.

2.Ementa:

Crime contra a Administração Pública. Crime contra a Economia Popular. Crime contra o Mercado de Capitais. Crime contra o Sistema Financeiro. Crime contra o Consumidor. Crime Tributário. Crime contra a Ordem Econômica. Crime contra Lavagem de Capitais. Crime contra a Ordem Previdenciária. Organizações criminosas.

3.Objetivos Gerais:

Apresentar os conceitos de crime de colarinho branco em diversos campos de atuação e a maneira com que seus elementos se inserem no contexto do ordenamento jurídico vigente, ainda, noção sobre corrupção sistêmica e sua atuação nefasta na sociedade.

4.Objetivos Específicos:

SECRETARIA SETORIAL DE ALUNOS

Proporcionar uma compreensão dogmática e propedêutica sobre os crimes que envolve o sistema compliance, em observância a correta subsunção da norma penal. Permitir uma análise dos principais pontos de discussão acerca da matéria, permeando os acontecimentos contemporâneos a respeito do tema. Discutir a jurisprudência mais recente acerca dos crimes de Colarinho Branco, com foco no Superior Tribunal de Justiça e Supremo Tribunal Federal, mas sem descuidar de decisões pontuais dos Tribunais Regionais Federais e Tribunais de Justiça.

5. Conteúdos:

Unidade 1: Crime contra a Administração Pública (Código Penal); Unidade 1.1: Aspecto Histórico. Unidade 1.2: Da Administração Pública. Unidade 1.3: Do Funcionário Público. Unidade 1.4: Dos Crimes Funcionais no Código Penal. Unidade 2: Crime contra a Economia Popular (Lei nº 1.521/51); Unidade 2.1: Aspecto Histórico. Unidade 2.2: Conceito de Crime contra a Economia Popular. Unidade 2.3: Os Crimes do Art. 2º da Lei nº 1.521/51. Unidade 2.4: Os Crimes do Art. 3º da Lei nº 1.521/51. Unidade 2.5: O Crime de Usura do Art. 4º da Lei nº 1.521/51. Unidade 3: Crime contra o Mercado de Capitais (Lei nº 6.385/76); Unidade 3.1: Introdução. Unidade 3.2: O Mercado de Capitais. Unidade 3.3: A Comissão de Valores Mobiliários (CVM). Unidade 3.4: A Lei nº 6.385/76. Unidade 3.5: Os dois principais crimes da Lei nº 6.385/76. Unidade 4: Crime contra o Sistema Financeiro (Lei nº 7.492/86); Unidade 4.1: Introdução. Unidade 4.2: O Sistema Financeiro Nacional e sua Estrutura. Unidade 4.3: O COAF e o COPOM. Unidade 4.4: A Política Monetária. Unidade 4.5: Dos Sujeitos Ativos (Agente) contra o Sistema Financeiro Nacional. Unidade 4.6: Os Principais Crimes da Lei nº 7.492/86. Unidade 5: Crime contra o Consumidor (Lei nº 8.078/90); Unidade 5.1: Aspecto Histórico. Unidade 5.2: A Relação de Consumo. Unidade 5.3: Conceitos presentes nas relações de consumo. Unidade 5.4: Dos Crimes contra a Relação de Consumo. AULA 6: Crime Tributário (Lei nº 8.137/90); Unidade 6.1: Aspectos históricos. Unidade 6.2: A importância da arrecadação tributária pelo Estado. Unidade 6.3: Breve noção sobre a Lei nº 8.137/90 que trata dos crimes tributários. Unidade 6.4: Os Tributos. Unidade 6.5: O Fato Gerador. Unidade 6.6: A Imunidade, a Incidência, a Não Incidência e a Isenção de Tributos. Unidade 6.7: Lançamento definitivo do tributo (Súmula Vinculante 24). Unidade 6.8: Dos Crimes contra a Ordem Tributária. AULA 7: Crime contra a Ordem Econômica (Lei nº 8.176/91); Unidade 7.1: Aspecto Histórico. Unidade 7.2: O Abuso do Poder Econômico. Unidade 7.3: Sistema para a Defesa da Concorrência. Unidade 7.4: A Ordem Econômica. Unidade 7.5: Dos Crimes contra a Ordem Econômica. AULA 8: Crime contra Lavagem de Capitais (Lei nº 9.613/98); Unidade 8.1: Introdução. Unidade 8.2: O Processo da Lavagem de Dinheiro. Unidade 8.3: Paraísos Fiscais. Unidade 8.4: Conselho de Controle de Atividades Financeiras? COAF. Unidade 8.5: Banco Central do Brasil (BACEN). Unidade 8.6: A Lei nº 12.683/12 que alterou a Lei nº 9.613/98. AULA 9: Crime contra a Ordem Previdenciária (Art. 168-A e Art. 337-A CP); Unidade 9.1: Aspecto Histórico. AULA 10: Organizações criminosas (Lei nº 12.850/2013). Unidade 10.1: Aspecto histórico.

6. Procedimentos de ensino

Aulas interativas, em ambiente virtual de aprendizagem, nas quais o conhecimento é ex-posto ao aluno de acordo com um desenho didático planejado para adequar o meio de entrega ao conhecimento particular da disciplina. Na sala de aula virtual, a metodologia de entrega de conteúdo contempla, além dos conceitos e temáticas das aulas propriamente ditas, leitura de textos pertinentes ao assunto, hipertextos, links orientados, vídeos, estudos de caso, atividades animadas de aplicação do conhecimento, simuladores virtuais, quiz interativo, simulados, biblioteca virtual etc.

7. Procedimentos de avaliação:

Nesta disciplina, o aluno será avaliado pelo seu desempenho nas avaliações (AV ou AVS), sendo a cada uma delas atribuído o grau de 0,0 (zero) a 10,0 (dez). O discente conta ainda com uma atividade sob a forma de simulado, que busca aprofundar seus conhecimentos acerca dos conteúdos apreendidos,



SECRETARIA SETORIAL DE ALUNOS

realizada online, na qual é atribuído grau de 0,0 (zero) a 2,0 (dois). Esta nota poderá ser somada à nota de AV e/ou AVS, caso o aluno obtenha nestas avaliações nota mínima igual ou maior do que 4,0 (quatro). Os instrumentos para avaliação da aprendizagem constituem-se em diferentes níveis de complexidade e cognição, efetuando-se a partir de questões que compõem o banco da disciplina. O aluno realiza uma prova (AV), com todo o conteúdo estudado e discutido nos diversos materiais que compõem a disciplina. Será considerado aprovado o aluno que obtiver nota igual ou superior a 6,0 (seis). Caso o aluno não alcance o grau 6,0 na AV, ele poderá fazer uma nova avaliação (AVS), que abrangerá todo o conteúdo e cuja nota mínima necessária deverá ser 6,0 (seis). As avaliações serão realizadas de acordo com o calendário acadêmico institucional.

8. Bibliografia Básica:

COLEMAN, James William. A elite do crime: para entender o crime do colarinho branco. 5. ed. São Paulo: Manole, 2005. Disponível em: . WENDT, E.; LOPES, F.M.(Orgs.) Investigação criminal: ensaios sobre a arte de investigar crimes. Rio de Janeiro: Brasport, 2014. Disponível em: . LIMA, Renato Sérgio de Lima; RATTON, José Luiz; AZEVEDO, Rodrigo Ghiringhelli. Crime, polícia e justiça no Brasil. São Paulo: Contexto, 2014. Disponível em: .

9. Bibliografia Complementar:

BITENCOURT, Cezar Roberto. Crimes contra o sistema financeiro nacional e contra o mercado de capitais. 3. ed. São Paulo: Saraiva, 2013. Disponível em: . MENDRONI, Marcelo Batlouni. Crime de lavagem de dinheiro. 4. ed. Rio de Janeiro: Atlas, 2018. Disponível em: . CALLEGARI, André Luís; WEBER, Ariel Barazzetti. Lavagem de dinheiro. 2. ed. Rio de Janeiro: Atlas, 2017. Disponível em: . ROMEIRO, Adriana. Corrupção e poder no Brasil: uma história, séculos XVI a XVIII. São Paulo: Autêntica, 2017. Disponível em: . BITENCOURT, Cezar Roberto. Tratado de direito penal, v. 5: parte especial (Arts. 312 a 359=H e Lei n. 10.028/2000): crimes contra a administração pública e crimes praticados por prefeitos. 14. ed. rev., ampl. e atual. São Paulo: Saraiva, 2020. Disponível em: .



SECRETARIA SETORIAL DE ALUNOS

Aluno: 202004278703 - ESTEVÃO NGONDA MALUNGO BUNGA**Disciplina:** CCJ0171 - INVESTIGAÇÃO - INTERCEPTAÇÃO TELEFÔNICA E FONÉTICA**Matéria:**

Carga Horária Total		Carga Horária Semanal
Teórica:	44	2
Prática:	0	0
Campo:	44	2
Atividade:	0	0
Estágio:	0	0
EAD:	0	0

Tipo Curso: 4 - GRADUAÇÃO TECNOLÓGICA**Curso(s):** 4081 - INVESTIGAÇÃO FORENSE E PERÍCIA CRIMINAL**Versão Plano de Disciplina:** 4**Vigência:** 26/09/2022 Até o momento**1.Contextualização:**

A disciplina de Investigação - Interceptação Telefônica e Fonética Forense insere-se no conjunto de disciplinas ligadas ao Direito Criminal, às Ciências Forenses e à Atividade de Inteligência. A abrangência de aplicações no mundo moderno do conhecimento específico relacionado à investigações complexas requer profissionais qualificados para proporcionar a correta aplicação da lei, e ainda aptos a serem garantidores dos princípios constitucionais da ampla defesa e do contraditório. A disciplina proporciona que profissionais de diversos segmentos, como advogados, analistas criminais, profissionais de segurança pública, agentes de segurança institucional de órgãos públicos e privados e ainda com a nova regulamentação da lei 13.432/2017, detetives particulares, entre outros, possam aproveitar em seus respectivos campos de atuação conhecimentos que por vezes são incompreendidos, mitificados e até mesmo utilizados contrariando a legislação vigente.

2.Ementa:

Princípios constitucionais da dignidade da pessoa humana, intimidade e privacidade. Estado Democrático de Direito. Interceptação telefônica e Investigação criminal. Órgãos de Segurança Pública e o papel do Ministério Público. Sistemas de Processo Penal. Lei de Combate ao Crime Organizado. Provas Ilícitas. Ação Controlada. Acústica e Fonética Forenses.

3.Objetivos Gerais:

Compreender os requisitos e aplicações para o desenvolvimento de investigações complexas de interceptação telefônica e ambiental.

4.Objetivos Específicos:

Analisar as Leis 9.296/96 e 12.850/13 sob a ótica de princípios constitucionais da dignidade da pessoa humana, da intimidade e privacidade das pessoas. Relacionar as ações de investigação complexa para a obtenção de provas no processo criminal dentro do princípio da legalidade. Conhecer os limites legais estabelecidos na legislação em vigor para o desenvolvimento de investigações complexas. Conhecer os métodos forenses de análise de áudios oriundos de captações ambientais e telefônicas



SECRETARIA SETORIAL DE ALUNOS

5. Conteúdos:

UNIDADE 1 1.1 - Dignidade da Pessoa Humana, Intimidade e Privacidade das pessoas. 1.2 - O Estado Democrático de Direito. 1.3 - A natureza jurídica da interceptação telefônica. 1.4 - Requisitos necessários para a interceptação telefônica. UNIDADE 2 2.1 - Legislação básica utilizada em investigações complexas 2.2 - Órgãos de Segurança Pública envolvidos na Investigação Criminal 2.3 - O papel do Ministério Público 2.4 - Sistemas de Processo Penal vigentes no Brasil UNIDADE 3 3.1 - A Interceptação telefônica ilegal 3.2 - Provas ilícitas no Processo Penal 3.3 - Organização básica de uma equipe de investigação 3.4 - Prazos legais UNIDADE 4 4.1 - Lei de Combate ao Crime Organizado 4.2 - Ação Controlada e Interceptação Ambiental 4.3 - Sigilo da Investigação UNIDADE 5 5.1 - Análise de Evidências digitais da interceptação telefônica 5.2 - Exames de autenticidade e cadeia de custódia 5.3 - Observações importantes em Investigação Complexa 5.4 - Introdução à Acústica e Fonética Forense UNIDADE 6 6.1 - Introdução a Identificação de Falantes 6.2 - Histórico da perícia de Identificação de Falantes 6.3 - Conceitos importantes em Verificação e Identificação de Falantes 6.4 - Divergências nas propostas de análise e materiais utilizados na execução do trabalho pericial UNIDADE 7 7.1 - Fonética Acústica e Análise Perceptual 7.2 - Sistema de Reconhecimento Automático da Voz 7.3 - Introdução aos Marcadores e Parâmetros de Voz, Fala e Linguagem. UNIDADE 8 8.1 - A Identidade Vocal 8.2 - anatomofisiologia da fonação 8.3 - parâmetros vocais utilizados na construção deste tipo de Laudo Pericial. UNIDADE 9 9.1 - Marcadores Individuais de Fala 9.2 - Fonética Articulatória 9.3 - Textualização / Transcrição UNIDADE 10 10.1 - Metodologia Pericial 10.2 - colheita de material padrão e da metodologia da análise pericial 10.3 - estruturação de Laudos e Pareceres

6. Procedimentos de ensino

Aulas interativas, em ambiente virtual de aprendizagem, nas quais o conhecimento é ex-posto ao aluno de acordo com um desenho didático planejado para adequar o meio de entrega ao conhecimento particular da disciplina. Na sala de aula virtual, a metodologia de entrega de conteúdo contempla, além dos conceitos e temáticas das aulas propriamente ditas, leitura de textos pertinentes ao assunto, hipertextos, links orientados, vídeos, estudos de caso, atividades animadas de aplicação do conhecimento, simuladores virtuais, quiz interativo, simulados, biblioteca virtual etc.

7. Procedimentos de avaliação:

Nesta disciplina, o aluno será avaliado pelo seu desempenho nas avaliações (AV ou AVS), sendo a cada uma delas atribuído o grau de 0,0 (zero) a 10,0 (dez). O discente conta ainda com uma atividade sob a forma de simulado, que busca aprofundar seus conhecimentos acerca dos conteúdos apreendidos, realizada online, na qual é atribuído grau de 0,0 (zero) a 2,0 (dois). Esta nota poderá ser somada à nota de AV e/ou AVS, caso o aluno obtenha nestas avaliações nota mínima igual ou maior do que 4,0 (quatro). Os instrumentos para avaliação da aprendizagem constituem-se em diferentes níveis de complexidade e cognição, efetuando-se a partir de questões que compõem o banco da disciplina. O aluno realiza uma prova (AV), com todo o conteúdo estudado e discutido nos diversos materiais que compõem a disciplina. Será considerado aprovado o aluno que obtiver nota igual ou superior a 6,0 (seis). Caso o aluno não alcance o grau 6,0 na AV, ele poderá fazer uma nova avaliação (AVS), que abrangerá todo o conteúdo e cuja nota mínima necessária deverá ser 6,0 (seis). As avaliações serão realizadas de acordo com o calendário acadêmico institucional.

8. Bibliografia Básica:

LOPES JUNIOR, Aury Celso Lima. Direito processual penal. 17. ed. São Paulo: Saraiva, 2020. Disponível em: . MARTINS, Camila Saldanha. Segurança pública e o crime organizado. Curitiba: Contentus, 2020. Disponível em: . RASCOVSKI, Luiz. Entrega vigiada: meio investigativo de combate ao crime organizado. São Paulo: Saraiva, 2013. Disponível em: .



SECRETARIA SETORIAL DE ALUNOS

9. Bibliografia Complementar:

SILVA, T.C. Dicionário de fonética e fonologia. São Paulo: Contexto, 2011. Disponível em: . SILVA, T.C. et.al. Fonética acústica: os sons do português brasileiro. São Paulo: Contexto, 2019. Disponível em: . FIORIN, J.L. Elementos de análise do discurso. São Paulo: Contexto, 2005. Disponível em: . MARTELOTTA, M.E. et.al. Manual de linguística. São Paulo: Contexto, 2008. Disponível em: . MOLLICA, M.C.; BRAGA, M.L.(orgs.) Introdução à sociolinguística: o tratamento da variação. São Paulo: Contexto, 2010. Disponível em: .



SECRETARIA SETORIAL DE ALUNOS

Aluno: 202004278703 - ESTEVÃO NGONDA MALUNGO BUNGA**Disciplina:** CCJ0164 - INVESTIGAÇÃO I - CRIMES PATRIMONIAIS**Matéria:**

Carga Horária Total		Carga Horária Semanal
Teórica:	88	4
Prática:	0	0
Campo:	0	0
Atividade:	0	0
Estágio:	0	0
EAD:	0	0

Tipo Curso: 4 - GRADUAÇÃO TECNOLÓGICA**Curso(s):** 4081 - INVESTIGAÇÃO FORENSE E PERÍCIA CRIMINAL**Versão Plano de Disciplina:** 5**Vigência:** 26/09/2022 Até o momento**1.Contextualização:**

Patrimônio, em uma concepção civilista, é o conjunto de relações ativas e passivas de que é titular uma pessoa, vale dizer, é o complexo de relações jurídicas apreciáveis economicamente. Nesse sentido, patrimônio são bens (corpóreos ou incorpóreos) apreciáveis economicamente. Porém, patrimônio para o Direito Penal tem uma característica peculiar, ou seja, abrange coisas com ou sem valor econômico, como por exemplo a subtração de foto antiga de família, pois mesmo sem valor econômico, ocorre, sem dúvida, uma diminuição patrimonial. Cabe esclarecer que parte da doutrina, como o professor Celso Delmanto (Código Penal Anotado, 6ª Edição, Ed. Renovar, ano 2002, pág. 336) entende que o objeto material no crime de furto "precisa ter algum valor econômico, pois o crime é material e requer efetiva lesão do patrimônio."

2.Ementa:

Crime de Furto (art. 155, CP) - Crime de Roubo (art. 157, CP) - Crime de Extorsão (art. 158, CP) - Crime de Extorsão Mediante Sequestro (art. 159, CP) - Crime de Dano (art. 160, CP) - Crime de Apropriação Indébita (art. 168, CP) - Crime de Estelionato (art. 171, CP) - Crime de Subtração de Incapazes (art. 173, CP) - Crime de Receptação (arts. 180 e 180-A, CP) - Escusas Absolutórias (arts. 181, 182 e 183, CP).

3.Objetivos Gerais:

Conhecer a diferença entre os diversos crimes contra o patrimônio e identificar suas elementares.

4.Objetivos Específicos:

Identificar os sujeitos do delito. Analisar os elementos do tipo, ou seja, elementos objetivo, normativo e subjetivo. Conhecer a classificação doutrinária dos crimes.

5.Conteúdos:

AULA 1 - Furto (art. 155, Código Penal) 1.1 - Bem jurídico tutelado 1.2 - Elementos do tipo 1.3 - Sujeitos do delito 1.4 - Consumação e tentativa 1.5 - Classificação doutrinária 1.6 - Análise do tipo penal AULA 2



SECRETARIA SETORIAL DE ALUNOS

- Roubo (art. 157, Código Penal) 2.1 - Bem jurídico tutelado 2.2 - Elementos do tipo 2.3 - Sujeitos do delito 2.4 - Consumação e tentativa 2.5 - Classificação doutrinária 2.6 - Análise do tipo penal AULA 3 - Extorsão (art. 158, Código Penal) 3.1 - Bem jurídico tutelado 3.2 - Elementos do tipo 3.3 - Sujeitos do delito 3.4 - Consumação e tentativa 3.5 - Classificação doutrinária 3.6 - Análise do tipo penal AULA 4 - Extorsão Mediante Sequestro (art. 159, Código Penal) 4.1 - Bem jurídico tutelado 4.2 - Elementos do tipo 4.3 - Sujeitos do delito 4.4 - Consumação e tentativa 4.5 - Classificação doutrinária 4.6 - Análise do tipo penal AULA 5 - Dano (art. 163, Código Penal) 5.1 - Bem jurídico tutelado 5.2 - Elementos do tipo 5.3 - Sujeitos do delito 5.4 - Consumação e tentativa 5.5 - Classificação doutrinária 5.6 - Análise do tipo penal AULA 6 - Apropriação Indébita (art. 168, Código Penal) 6.1 - Bem jurídico tutelado 6.2 - Elementos do tipo 6.3 - Sujeitos do delito 6.4 - Consumação e tentativa 6.5 - Classificação doutrinária 6.6 - Análise do tipo penal AULA 7 - Estelionato (art. 171, Código Penal) 7.1 - Bem jurídico tutelado 7.2 - Elementos do tipo 7.3 - Sujeitos do delito 7.4 - Consumação e tentativa 7.5 - Classificação doutrinária 7.6 - Análise do tipo penal AULA 8 - Abuso de Incapazes (art. 173, Código Penal) 8.1 - Bem jurídico tutelado 8.2 - Elementos do tipo 8.3 - Sujeitos do delito 8.4 - Consumação e tentativa 8.5 - Classificação doutrinária 8.6 - Análise do tipo penal AULA 9 - Receptação e Receptação de Animais (arts. 180 e 180-A, Código Penal) 9.1 - Bem jurídico tutelado 9.2 - Elementos do tipo 9.3 - Sujeitos do delito 9.4 - Consumação e tentativa 9.5 - Classificação doutrinária 9.6 - Análise do tipo penal AULA 10 - Escusas (arts. 181, 182 e 183 Código Penal) 10.1 - Escusa absolutória 10.2 - Escusa relativa 10.3 - Inaplicabilidade das escusas

6.Procedimentos de ensino

Aulas interativas, em ambiente virtual de aprendizagem, nas quais o conhecimento é ex-posto ao aluno de acordo com um desenho didático planejado para adequar o meio de entrega ao conhecimento particular da disciplina. Na sala de aula virtual, a metodologia de entrega de conteúdo contempla, além dos conceitos e temáticas das aulas propriamente ditas, leitura de textos pertinentes ao assunto, hipertextos, links orientados, vídeos, estudos de caso, atividades animadas de aplicação do conhecimento, simuladores virtuais, quiz interativo, simulados, biblioteca virtual etc.

7.Procedimentos de avaliação:

Nesta disciplina, o aluno será avaliado pelo seu desempenho nas avaliações (AV ou AVS), sendo a cada uma delas atribuído o grau de 0,0 (zero) a 10,0 (dez). O discente conta ainda com uma atividade sob a forma de simulado, que busca aprofundar seus conhecimentos acerca dos conteúdos apreendidos, realizada online, na qual é atribuído grau de 0,0 (zero) a 2,0 (dois). Esta nota poderá ser somada à nota de AV e/ou AVS, caso o aluno obtenha nestas avaliações nota mínima igual ou maior do que 4,0 (quatro). Os instrumentos para avaliação da aprendizagem constituem-se em diferentes níveis de complexidade e cognição, efetuando-se a partir de questões que compõem o banco da disciplina. O aluno realiza uma prova (AV), com todo o conteúdo estudado e discutido nos diversos materiais que compõem a disciplina. Será considerado aprovado o aluno que obtiver nota igual ou superior a 6,0 (seis). Caso o aluno não alcance o grau 6,0 na AV, ele poderá fazer uma nova avaliação (AVS), que abrangerá todo o conteúdo e cuja nota mínima necessária deverá ser 6,0 (seis). As avaliações serão realizadas de acordo com o calendário acadêmico institucional.

8.Bibliografia Básica:

BITENCOURT, Cezar Roberto. Tratado de direito penal, v. 3: parte especial (Arts. 155 a 212): crimes contra o patrimônio até crimes contra o sentimento religioso e contra o respeito aos mortos. 16. ed. rev., ampl. e atual. São Paulo: Saraiva, 2020. Disponível em: . JAPIASSU, Carlos Eduardo Adriano. Direito Penal III. Rio de Janeiro: SESES, 2016. Disponível em: . GILABERTE, Bruno. Direito penal: crimes contra o patrimônio. 2.ed. Rio de Janeiro: Freitas Bastos Editora, 2020. Disponível em: .

9.Bibliografia Complementar:



SECRETARIA SETORIAL DE ALUNOS

GONÇALVES, Victor Eduardo Rios. Direito penal: dos crimes contra o patrimônio aos crimes contra a propriedade imaterial. 21. ed. São Paulo: Saraiva, 2020. Disponível em: . SALVADOR NETTO, Alamiro Velludo. Direito penal e propriedade privada: a racionalidade do sistema penal na tutela do patrimônio. São Paulo: Atlas, 2014. Disponível em: . PRADO, Luiz Regis. Tratado de direito penal brasileiro, v. 2: parte especial (arts. 121 a 249 do CP). 3. ed. rev., atual., ampl. Rio de Janeiro: Forense, 2019. Disponível em: . JESUS, Damásio de. Direito penal 2: parte especial: crimes contra a pessoa a crimes contra o patrimônio (arts. 121 a 183). Colaboração de André Estefam. 36. ed. São Paulo: Saraiva, 2020. Disponível em: . GONÇALVES, Victor Eduardo Rios. Direito penal: parte especial. 10. ed. São Paulo: Saraiva, 2020. Disponível em: .



SECRETARIA SETORIAL DE ALUNOS

Aluno: 202004278703 - ESTEVÃO NGONDA MALUNGO BUNGA**Disciplina:** CCJ0162 - LINGUAGEM JURÍDICA**Matéria:**

Carga Horária Total		Carga Horária Semanal
Teórica:	44	2
Prática:	0	0
Campo:	44	2
Atividade:	0	0
Estágio:	0	0
EAD:	0	0

Tipo Curso: 4 - GRADUAÇÃO TECNOLÓGICA**Curso(s):** 4081 - INVESTIGAÇÃO FORENSE E PERÍCIA CRIMINAL**Versão Plano de Disciplina:** 4**Vigência:** 26/09/2022 Até o momento

1.Contextualização:

A disciplina Linguagem Jurídica objetiva criar condições para que o aluno possa compreender e desenvolver a comunicação oral e escrita em situações diversas, considerando a adequação ao contexto comunicativo; assim como ampliar os conhecimentos não só a respeito da Linguagem Jurídica, mas também da Língua Portuguesa propriamente dita, de forma a aprimorar as habilidades na comunicação escrita e oral para mediar, informar, narrar, descrever, argumentar, persuadir, e se relacionar com o outro tanto na modalidade oral quanto escrita. Além disso, a linguagem jurídica requer, dentre outras características, o domínio da gramática normativa e o correto uso do padrão culto da língua.

2.Ementa:

Linguagem jurídica: Mediação de Conflitos e Investigação Criminal ou Perícia Criminal. Qualidades da Comunicação Escrita: Clareza, Concisão (Objetividade) Adequação Vocabular e Correção Gramatical. Coesão e Coerência Textuais. Mecanismos de Coesão textual. Características da Argumentação Jurídica. Formulação de Teses e de Argumentos; Raciocínios Dedutivo e Indutivo. Construção do Parágrafo Argumentativo Jurídico. Função dos Operadores Argumentativos. Estudo das Tipologias e Gêneros Textuais. Produção de Textos: Descritivos, Narrativos e Argumentativos. Estrutura linguístico-formal e respectivas funções dos textos jurídicos: Termo de Acordo, Laudo Pericial e Parecer Técnico. Linguagem Verbo-Visual (Verbal e Imagens) e Argumentação Jurídica. Linguagem Verbal, Não Verbal. Sintaxe de Concordância Verbal e Nominal. Sintaxe de Regência Verbal e Nominal. Crase e Emprego dos Pronomes Relativos. Leitura, Análise Crítica e Reflexiva, Interpretação de Textos. Estratégias de Leitura. Informações Implícitas, Pressupostos e Subentendidos. Resumo.

3.Objetivos Gerais:

Contribuir para o desenvolvimento de habilidades na área da Comunicação oral e escrita para obtenção de resultados satisfatórios em uma Mediação de Conflito ou como Perito Criminal. Orientar os alunos quanto aos conhecimentos necessários sobre a gramática normativa para que haja sustentação linguística.



SECRETARIA SETORIAL DE ALUNOS

4. Objetivos Específicos:

Capacitar o aluno a produzir um documento jurídico satisfatório, utilizando-se do padrão culto da língua, com competência linguística, e com domínio sobre tipologia narrativa, descritiva e argumentativa, considerando os gêneros produzidos no meio jurídico. Demonstrar as técnicas de elaboração de Laudo Pericial, Parecer Técnico, dentre outros documentos, relacionados à área de interesse profissional. Desenvolver no aluno a capacidade de elaborar textos coesivos e coerentes com logicidade e eficácia narrativa e argumentativa.

5. Conteúdos:

Unidade 1 - Linguagem verbal e não Verbal: relevância na atuação profissional. Simplificação da Linguagem Jurídica: Qualidades da Comunicação Escrita. 1.1 - A importância da linguagem corporal na elucidação de um crime. 1.2 - Sessão de Mediação - os sinais e gestos não verbais. 1.3 - Relevância da simplificação da linguagem jurídica. 1.4 - O domínio do correto uso do padrão culto da língua. Unidade 2 - Coerência e Coesão Textuais: Mecanismos de Coesão. 2.1 - Transição de ideias entre frases, períodos e parágrafos. 2.2 - Correção Gramatical: Concordância Nominal. 2.3 - Correção Gramatical: Concordância Verbal. Unidade 3 - Organização dos Textos Narrativo e Descritivo: na Perícia Criminal e na Mediação de Conflito. Construção da Narrativa Jurídica: Fatos/Indícios X Provas X Circunstâncias. 3.1 - Importância da descrição e da narrativa na elaboração do laudo pericial criminal. 3.2 - A importância da narração e descrição do fato jurídico e dos fatos importantes. 3.3 - Fato gerador do conflito (fato jurídico). 3.4 - Relevância da descrição pormenorizada das circunstâncias em que esse fato jurídico ocorreu. Unidade 4 - Noções básicas de Argumentação Jurídica: Formulação de Tese, Argumentos e Tipos de Argumentos. 4.1 - Noções básicas da Argumentação Jurídica. 4.2 - A importância da formulação de uma Tese. 4.3 - A elaboração de Argumentos válidos ou fortes e os tipos de argumentos mais importantes para sustentação de uma Tese. Unidade 5 - Construção do Parágrafo Argumentativo Jurídico. 5.1 - A construção do Parágrafo Argumentativo Jurídico. 5.2 - Formulação de Tese. 5.3 - Formulação de argumentos.

6. Procedimentos de ensino

Aulas interativas, em ambiente virtual de aprendizagem, nas quais o conhecimento é ex-posto ao aluno de acordo com um desenho didático planejado para adequar o meio de entrega ao conhecimento particular da disciplina. Na sala de aula virtual, a metodologia de entrega de conteúdo contempla, além dos conceitos e temáticas das aulas propriamente ditas, leitura de textos pertinentes ao assunto, hipertextos, links orientados, vídeos, estudos de caso, atividades animadas de aplicação do conhecimento, simuladores virtuais, quiz interativo, simulados, biblioteca virtual etc.

7. Procedimentos de avaliação:

Nesta disciplina, o aluno será avaliado pelo seu desempenho nas avaliações (AV ou AVS), sendo a cada uma delas atribuído o grau de 0,0 (zero) a 10,0 (dez). O discente conta ainda com uma atividade sob a forma de simulado, que busca aprofundar seus conhecimentos acerca dos conteúdos apreendidos, realizada online, na qual é atribuído grau de 0,0 (zero) a 2,0 (dois). Esta nota poderá ser somada à nota de AV e/ou AVS, caso o aluno obtenha nestas avaliações nota mínima igual ou maior do que 4,0 (quatro). Os instrumentos para avaliação da aprendizagem constituem-se em diferentes níveis de complexidade e cognição, efetuando-se a partir de questões que compõem o banco da disciplina. O aluno realiza uma prova (AV), com todo o conteúdo estudado e discutido nos diversos materiais que compõem a disciplina. Será considerado aprovado o aluno que obtiver nota igual ou superior a 6,0 (seis). Caso o aluno não alcance o grau 6,0 na AV, ele poderá fazer uma nova avaliação (AVS), que abrangerá todo o conteúdo e cuja nota mínima necessária deverá ser 6,0 (seis). As avaliações serão realizadas de acordo com o calendário acadêmico institucional.



SECRETARIA SETORIAL DE ALUNOS

8. Bibliografia Básica:

SOUZA, Anderson Elísio de; FETZNER, Neli Luiza Cavalieri; PALADINO, Valquiria da Cunha. Coesão e Coerência textuais. Rio de Janeiro: Freitas Bastos Editora, 2013. GOLD, Miriam; SEGAL, Marcelo. Português Instrumental para Cursos de Direito: como elaborar textos jurídicos. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2008. MOURA, Solange Ferreira. Português Instrumental. Rio de Janeiro: Editora Universidade Estácio de Sá, 2014.

9. Bibliografia Complementar:

BECHARA, Evanildo. Moderna Gramática da Língua Portuguesa., 38, Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2015. FETZNER, Néli Cavalieri; VALVERDE, Alda da G.M.; TAVARES, Júnior, Nélon. Lições de Gramática Aplicadas ao Texto Jurídico, 2, Rio de Janeiro: Forense, 2015. GRECO, Rogério. Código Penal Comentado, Rio de Janeiro: Impetus, 2016. KOCH, Ingedore G. V. A coesão textual., 19, São Paulo: Contexto, 2014. PERELMAN, Chaïm e OLBRECHTS-TYTECA, Lucie. Tratado da Argumentação - A Nova Retórica., São Paulo: Martins Fontes, 1996.

**SECRETARIA SETORIAL DE ALUNOS**

Aluno: 202004278703 - ESTEVÃO NGONDA MALUNGO BUNGA

Disciplina: CCJ0185 - PERÍCIA FORENSE - BALÍSTICA FORENSE

Matéria:

Carga Horária Total		Carga Horária Semanal
Teórica:	88	4
Prática:	0	0
Campo:	0	0
Atividade:	0	0
Estágio:	0	0
EAD:	0	0

Tipo Curso: 4 - GRADUAÇÃO TECNOLÓGICA

Curso(s): 4081 - INVESTIGAÇÃO FORENSE E PERÍCIA CRIMINAL

Versão Plano de Disciplina: 4

Vigência: 26/09/2022 Até o momento

1.Contextualização:

A disciplina de Balística Forense está inserido no conjunto de conhecimentos, habilidades e atitudes que o aluno do Curso de Perícia Forense deve construir, proporcionando a oportunidade de descrever as particularidades das armas de fogo e os componentes de munição; estabeleça a ocorrência de uso adequado ou possibilidade de adaptação das armas; detecte anomalias de funcionamento provocadas ou não; identifique as armas através das evidências materiais encontradas nos locais de crime; e realize comparações balísticas.

2.Ementa:

Introdução à Balística Forense. Armas de fogo curtas. Arma de fogo longas e menos letais. Calibre de armas de fogo. Identificação de armas de fogo. Munição de arma de fogo. Dispa-ro de arma de fogo. Requisitos dos padrões em Balística. Exames realizados em armas de fogo e munição. Laudo Pericial de Balística Forense.

3.Objetivos Gerais:

Demonstrar a importância e eficiência que a balística forense tem na elucidação de crimes através do estudo das armas de fogo, das munições e dos fenômenos e efeitos próprios dos tiros destas armas.

4.Objetivos Específicos:

Identificar de forma genérica, específica e individual as armas de fogo portáteis e de porte. Identificar os cartuchos de armas de fogo, seus componentes, características e emprego, compreendendo a interação dos componentes dos cartuchos durante o disparo. Conhecer balística terminal e as características dos impactos de projéteis de arma de fogo (PAF). Interpretar exames balísticos realizados em locais, onde haja impactos de PAF e indicando a distância do atirador, a trajetória e o tipo de projétil utilizado.

5.Conteúdos:

Unidade 1 - Introdução à Balística Forense: 1.1 - Definição de Arma 1.2 - Definição de arma de fogo 1.3 - Definição de Balística Forense 1.4 - Classificação Geral das armas de fogo 1.5 - Armas de uso restrito



SECRETARIA SETORIAL DE ALUNOS

e de uso permitido Unidade 2 - Armas de fogo curtas: 2.1 - Armas de fogo curtas 2.2 - Revolveres 2.3 - Pistolas semiautomáticas Unidade 3 - Armas de fogo longas e menos letais: 3.1 - Armas de fogo longas 3.2 - Espingardas 3.3 - Carabina 3.4 - Rifle 3.5 - Fuzil 3.6 - Armas de fogo menos letais 3.7 - Taser 3.8 - Revólver Taurus, calibre 9 mm PA, modelo 85RB 3.9 - Lançador Rossi, calibre 37/38 mm, modelo LT 38-AS Unidade 4 - Calibre de armas de fogo: 4.1 - Calibre das armas raiadas 4.2 - Sistema de confecção de raias 4.3 - Calibre das armas de fogo de alma lisa 4.4 - Choque Unidade 5 - Identificação de armas de fogo: 5.1 - Identificação das armas de fogo 5.2 - Identificação direta 5.3 - Identificação indireta Unidade 6 - Munição de armas de fogo: 6.1 - Estojo 6.2 - Espoleta 6.3 - Mistura iniciadora 6.4 - Pólvora 6.5 - Projétil 6.6 - Chumbo Unidade 7 - Disparo de arma de fogo: 7.1 - Alcance do tiro 7.2 - Poder de parada 7.3 - Incidente de tiro 7.4 - Acidente de tiro 7.5 - Tiro acidental 7.6 - Distancia do tiro Unidade 8 - Requisitos dos padrões em Balística: 8.1 - Autenticidade 8.2 - Adequabilidade 8.3 - Contemporaneidade 8.4 - Obtenção dos padrões Unidade 9 - Exames realizados em armas de fogo e munição: 9.1 - Meios usados para colher os projetis-padrão 9.2 - Limpeza esterilização dos projetis e estojos 9.3 - Equipamentos 9.4 - Métodos dos exames comparativos 9.5 - Exames nas armas de fogo 9.6 - Exames na munição Unidade 10 - Laudo Pericial de Balística Forense: 10.1 - Introdução ou preambulo 10.2 - Histórico 10.3 - Descrição do material recebido 10.4 - Exames periciais realizados 10.5 - Discussão 10.6 - Conclusão e respostas aos quesitos 10.7 - Anexos

6.Procedimentos de ensino

Aulas interativas, em ambiente virtual de aprendizagem, nas quais o conhecimento é ex-posto ao aluno de acordo com um desenho didático planejado para adequar o meio de entrega ao conhecimento particular da disciplina. Na sala de aula virtual, a metodologia de entrega de conteúdo contempla, além dos conceitos e temáticas das aulas propriamente ditas, leitura de textos pertinentes ao assunto, hipertextos, links orientados, vídeos, estudos de caso, atividades animadas de aplicação do conhecimento, simuladores virtuais, quiz interativo, simulados, biblioteca virtual etc.

7.Procedimentos de avaliação:

Nesta disciplina, o aluno será avaliado pelo seu desempenho nas avaliações (AV ou AVS), sendo a cada uma delas atribuído o grau de 0,0 (zero) a 10,0 (dez). O discente conta ainda com uma atividade sob a forma de simulado, que busca aprofundar seus conhecimentos acerca dos conteúdos apreendidos, realizada online, na qual é atribuído grau de 0,0 (zero) a 2,0 (dois). Esta nota poderá ser somada à nota de AV e/ou AVS, caso o aluno obtenha nestas avaliações nota mínima igual ou maior do que 4,0 (quatro). Os instrumentos para avaliação da aprendizagem constituem-se em diferentes níveis de complexidade e cognição, efetuando-se a partir de questões que compõem o banco da disciplina. O aluno realiza uma prova (AV), com todo o conteúdo estudado e discutido nos diversos materiais que compõem a disciplina. Será considerado aprovado o aluno que obtiver nota igual ou superior a 6,0 (seis). Caso o aluno não alcance o grau 6,0 na AV, ele poderá fazer uma nova avaliação (AVS), que abrangerá todo o conteúdo e cuja nota mínima necessária deverá ser 6,0 (seis). As avaliações serão realizadas de acordo com o calendário acadêmico institucional.

8.Bibliografia Básica:

JUSTINO, P.B. Criminologia. Rio de Janeiro: SESES, 2016. Disponível em: . ALMEIDA JUNIOR, Otaviano de. Um estudo sobre o movimento dos projéteis balísticos e sua trajetória. São Paulo: Blucher, 2017. Disponível em: . LIPINSKI, Antonio Carlos. Perícias criminais. Curitiba: Contentus, 2020. Disponível em: .

9.Bibliografia Complementar:

KOTZ, John C. et al. Química geral e reações químicas, v.1. 3. ed. São Paulo: Cengage Learning, 2016. Disponível em: . BRASIL. Secretaria Nacional de Segurança Pública. Procedimento operacional



SECRETARIA SETORIAL DE ALUNOS

padrão: perícia criminal. Brasília: Ministério da Justiça, 2013. Disponível em: . NEGRETE, A.C.A. et.al. Mapeamento da base industrial de defesa. Brasília: ABDI/IPEA, 2016. Disponível em: . MELZER, Ehrick Eduardo Martins. Preparo de soluções: reações e interações químicas. São Paulo: Erica, 2014. Disponível em: . KOTZ, John C. et al. Química geral e reações químicas, v.2. 3. ed. São Paulo: Cengage Learning, 2016. Disponível em: .

**SECRETARIA SETORIAL DE ALUNOS**

Aluno: 202004278703 - ESTEVÃO NGONDA MALUNGO BUNGA**Disciplina:** CCJ0170 - PERÍCIA FORENSE - CRIMINALÍSTICA**Matéria:**

Carga Horária Total		Carga Horária Semanal
Teórica:	88	4
Prática:	0	0
Campo:	0	0
Atividade:	0	0
Estágio:	0	0
EAD:	0	0

Tipo Curso: 4 - GRADUAÇÃO TECNOLÓGICA**Curso(s):** 4081 - INVESTIGAÇÃO FORENSE E PERÍCIA CRIMINAL**Versão Plano de Disciplina:** 4**Vigência:** 26/09/2022 Até o momento**1.Contextualização:**

A disciplina de Perícia Forense - criminalística insere-se no conjunto de conhecimento e competências que o aluno do Curso de Investigação e Perícia Criminal deve construir, constituindo-se em oportunidade para a formação nos estudos das disciplinas forenses, principalmente na área de perícia de campo, que será utilizado em exames de local de infração penal. O estudo dos princípios da Criminalística proporciona ao aluno adquirir ferramentas básicas para o entendimento das técnicas e metodologias empregadas nos exames periciais, subsidiando o operador desses conhecimentos uma análise crítica do trabalho pericial, o que possibilitará a compreensão das avaliações e conclusões estabelecidas pelo técnico responsável pelas produções periciais apresentadas em processos judiciais, facultando ao aluno desempenhar com mais competência assistência técnica às partes envolvidas no processo.

2.Ementa:

Conceito de Criminalística. A importância da conservação e preservação do local de crime. Vestígios, evidência e Indício. Cadeia de Custódia. Classificação do Local de infração penal. Levantamento de local de infração. Da documentação em local de infração penal. Manchas e deposições de sangue. Do cadáver em local de crime. Reprodução Simulada. Impressões papiloscópicas encontradas em locais de crime. Métodos e técnicas utilizadas em levantamento de impressão digital. Exames em Local de acidente de Trânsito.

3.Objetivos Gerais:

Conhecer os conceitos básicos e metodologias empregadas em exames periciais em locais de crime

4.Objetivos Específicos:

Conhecer as principais metodologias e conceitos empregados em exames periciais de local de crime;
Analisar de forma crítica os laudos periciais apresentados pelas partes em um processo judicial;
Comparar metodologias e procedimentos utilizados em levantamento pericial; Relacionar as técnicas existentes para o registro e análise da cena de crime.

**SECRETARIA SETORIAL DE ALUNOS**

5. Conteúdos:

Unidade 1 - Criminalística 1.1 - Conceito 1.2 - A importância na preservação do local de crime 1.3 - Vestígio, evidência e indício 1.4 - Tipos de vestígios 1.5 - Coleta e apreensão de vestígios 1.6 - Tipos de embalagens para coleta de vestígios Unidade 2 - Do local de infração penal 2.1 - Introdução 2.2 - Classificação de local 2.3 - Etapas do exame de local 2.3.1 - Isolamento e preservação 2.3.2 - Avaliação do isolamento 2.3.3 - Escolha da metodologia para processamento do local 2.3.4 - Marcação dos vestígios encontrados 2.3.5 - Levantamento fotográfico e topográfico Unidade 3 - Da documentação em levantamento em investigação pericial 3.1 - Levantamento fotográfico 3.1.1 - Outros tipos de recurso e técnicas fotográficas 3.1.2 - Das fotografias a serem utilizadas em laudo pericial 3.2 - Levantamento por desenho 3.3 - Levantamento fotogramétrico Unidade 4 - Manchas e deposições de sangue 4.1 - Manchas 4.2 - Estudo das manchas de sangue no local do fato 4.2.1 - Influência do suporte 4.2.2 - Influência do tempo decorrido 4.2.3 - Onde procurar 4.3 - Da morfologia das manchas de sangue 4.3.1 - Quanto a distribuição topográfica 4.3.2 - Classificação das manchas de sangue Unidade 5 - Do cadáver em local de crime 5.1 - Áreas de atuação e competência técnica legal do Perito Criminal e Perito legista 5.2 - Perinecropsia 5.2.1 - Posicionamento em que o corpo foi encontrado 5.2.2 - Estado e disposição das vestes da vítima 5.2.3 - Característica dos ferimentos Unidade 6 - Reprodução Simulada 6.1 - Definição 6.2 - Objetivos 6.3 - Requisitos 6.4 - Planejamento 6.5 - Efetivação das diligências 6.6 - O laudo de reprodução simulada Unidade 7 - Impressões papiloscópicas encontradas em locais de crime 7.1 - Papiloscopia 7.1.1 - Postulados da papiloscopia 7.1.2 - A datiloscopia 7.2 - Impressões plantares 7.2.1 - A identificação humana por intermédio do plantar 7.2.2 - Pegadas 7.2.3 - Classificação dos tipos de pés 7.2.4 - Principais anomalias dos pés 7.2.5 - Análise da dinâmica do criminoso 7.3 - Impressões digitais 7.3.1 - Classificação do sistema VUCETICH 7.3.2 - Do confronto papiloscópicos 7.3.3 - Principais impressões digitais encontradas em locais de crimes 7.3.4 - Onde procurar impressões digitais 7.3.5 - Influência do suporte no levantamento de impressão digital 7.4 - Métodos utilizados para levantamento de fragmentos de impressões digitais em locais de crimes 7.4.1 - Pincéis especiais para levantamento de impressão digital 7.4.2 - Método de aplicação de pós 7.4.3 - Problemas comuns no levantamento de fragmento de impressão digitais Unidade 8 - Exames de local de acidente de trânsito 8.1 - As vias como fator de acidentes 8.1.1 - Classificação das vias públicas 8.1.2 - As interseções 8.1.3 - Classificação das curvas 8.1.4 - Pavimentos e revestimentos 8.1.5 - Sinalização 8.1.6 - Preferência de passagem 8.1.7 - Regime de tráfego 8.2 - O veículo como fator de acidente 8.2.1 - Posições finais de imobilizações dos veículos 8.2.2 - Classificação Geral dos Veículos segundo o Código de Trânsito Brasileiro 8.2.3 - Conceitos do Estudo das Deformações Metálicas 8.2.4 - Mecânica das Deformações das Carrocerias Metálicas 8.2.5 - Classificação e Registro de Danos ou Avarias 8.2.6 - A Intensidade das Deformações 8.2.7 - A Orientação dos Danos 8.2.8 - Dos Danos e Vestígios Acessórios 8.3 - O Homem como Fator do Acidente ? Psicodinâmica 8.3.1 - O Componente Humano no Acidente de Tráfego 8.3.2 - O elemento humano como fonte de informação 8.3.3 - Fases do Tempo de Percepção-Reação 8.3.4 - Distância de Percepção-Reação 8.3.5 - Distância Total de Frenagem 8.3.6 - Distância Total de Parada 8.4 - Reconstrução de Acidentes de Tráfego 8.4.1 - Demarcações na Dinâmica Veicular 8.4.2 - Elementos Intervenientes 8.4.3 - Classificação dos Protagonistas do Acidente 8.4.4 - Metodologia da Reconstrução do Acidente 8.4.5 - Fases Cronológicas do Acidente de Tráfego 8.4.6 - A Geometria dos Movimentos de Aproximação e Subsequentes 8.4.7 - Manobras e Movimentos Típicos

6. Procedimentos de ensino

Aulas interativas, em ambiente virtual de aprendizagem, nas quais o conhecimento é ex-posto ao aluno de acordo com um desenho didático planejado para adequar o meio de entrega ao conhecimento particular da disciplina. Na sala de aula virtual, a metodologia de entrega de conteúdo contempla, além dos conceitos e temáticas das aulas propriamente ditas, leitura de textos pertinentes ao assunto, hipertextos, links orientados, vídeos, estudos de caso, atividades animadas de aplicação do



SECRETARIA SETORIAL DE ALUNOS

conhecimento, simuladores virtuais, quiz interativo, simulados, biblioteca virtual etc.

7.Procedimentos de avaliação:

Nesta disciplina, o aluno será avaliado pelo seu desempenho nas avaliações (AV ou AVS), sendo a cada uma delas atribuído o grau de 0,0 (zero) a 10,0 (dez). O discente conta ainda com uma atividade sob a forma de simulado, que busca aprofundar seus conhecimentos acerca dos conteúdos apreendidos, realizada online, na qual é atribuído grau de 0,0 (zero) a 2,0 (dois). Esta nota poderá ser somada à nota de AV e/ou AVS, caso o aluno obtenha nestas avaliações nota mínima igual ou maior do que 4,0 (quatro). Os instrumentos para avaliação da aprendizagem constituem-se em diferentes níveis de complexidade e cognição, efetuando-se a partir de questões que compõem o banco da disciplina. O aluno realiza uma prova (AV), com todo o conteúdo estudado e discutido nos diversos materiais que compõem a disciplina. Será considerado aprovado o aluno que obtiver nota igual ou superior a 6,0 (seis). Caso o aluno não alcance o grau 6,0 na AV, ele poderá fazer uma nova avaliação (AVS), que abrangerá todo o conteúdo e cuja nota mínima necessária deverá ser 6,0 (seis). As avaliações serão realizadas de acordo com o calendário acadêmico institucional.

8.Bibliografia Básica:

LIPINSKI, A.C. Perícias criminais. Curitiba: Contentus, 2020. Disponível em: . LIMA, Renato Sérgio de Lima; RATTON, José Luiz; AZEVEDO, Rodrigo Ghiringhelli. Crime, polícia e justiça no Brasil. São Paulo: Contexto, 2014. Disponível em: . WENDT, E.; LOPES, F.M.(Orgs.) Investigação criminal: ensaios sobre a arte de investigar crimes. Rio de Janeiro: Brasport, 2014. Disponível em: .

9.Bibliografia Complementar:

MENDRONI, Marcelo Batlouni. Curso de investigação criminal. 3.ed. São Paulo: Atlas, 2013. Disponível em: . MOSSIN, Heráclito Antônio. Garantias fundamentais na área criminal. São Paulo: Manole, 2014. Disponível em: . FRANÇA, Genival Veloso de. Fundamentos de medicina legal. 3. ed. Rio de Janeiro: Gua-nabara Koogan, 2018. Disponível em: . CROCE, Delton; CROCE JUNIOR, Delton. Manual de medicina legal. 8. ed. São Paulo: Sa-raiva, 2011. Disponível em: . FRANÇA, Genival Veloso de. Medicina legal. 11. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2017. Disponível em: .



SECRETARIA SETORIAL DE ALUNOS

Aluno: 202004278703 - ESTEVÃO NGONDA MALUNGO BUNGA**Disciplina:** CCJ0186 - PERÍCIA FORENSE - DOCUMENTOSCOPIA**Matéria:**

Carga Horária Total		Carga Horária Semanal
Teórica:	88	4
Prática:	0	0
Campo:	0	0
Atividade:	0	0
Estágio:	0	0
EAD:	0	0

Tipo Curso: 4 - GRADUAÇÃO TECNOLÓGICA**Curso(s):** 4081 - INVESTIGAÇÃO FORENSE E PERÍCIA CRIMINAL**Versão Plano de Disciplina:** 5**Vigência:** 26/09/2022 Até o momento**1.Contextualização:**

Documentoscopia é a disciplina da Criminalística que tem por objetivo a verificação da autenticidade ou a determinação da autoria dos documentos. Para atingir tais fins, lança mão dos mais diversos tipos de conhecimento, sejam eles de natureza técnica, artística ou científica. O seu campo de estudo é amplo. Nele está incluso a grafoscopia, uma das principais sub-divisões da documentoscopia, que se ocupa em analisar os grafismos, dos diferentes tipos de instrumentos escreventes utilizados para produzi-los, dos diversos tipos de documentos, dos suportes usados na confecção de tais documentos, sendo o papel o mais comum etc. Em qualquer tipo de exame documentoscópico, o objetivo sempre será a determinação da autenticidade e da autoria, seja de determinado texto, símbolo ou inscrição, produzidos manualmente ou impressos mecanicamente. Consequentemente, a análise da autenticidade gráfica ou documental implicará no estudo da falsidade documental ou gráfica, já que, ao ser declarada a inautenticidade de um documento, texto, assinatura etc, fica estabelecida também a falsidade do referido documento, texto ou assinatura. Daí ser também do interesse da Documentoscopia, as diversas modalidades de falsificações e fraudes documentais, se interessando ainda em pesquisar as características dos papéis de segurança e dos elementos de segurança neles inseridos. A importância do estudo dos papéis e elementos de segurança decorre também do fato de serem utilizados no fabrico de documentos sensíveis, tais como os documentos de identificação, cédulas monetárias, títulos públicos, dentre outros. Se preocupa ainda a Documentoscopia pelas características das impressões produzidas por dispositivos mecânicos, tais como carimbos, impressoras de gráficas ou de computadores, máquinas de datilografar (embora estas estejam caindo em desuso), scanner, máquinas de xerox etc, sempre visando determinar a autenticidade e autoria da peça analisada. Daí, a grande importância da Documentoscopia: Ser ela uma aliada da justiça que, de forma técnica e científica, forneça subsídios probantes de materialidade e autoria, angariando, por consequência, prestígio e respeitabilidade.

2.Ementa:

Introdução a História da Documentoscopia. 2. A Documentoscopia e o Método Científico. 3. Procedimentos para manipulação de documentos. 4. Equipamentos e instrumentação do laboratório. 5. Aspectos legais.



SECRETARIA SETORIAL DE ALUNOS

3. Objetivos Gerais:

Aplicar os princípios e técnicas relacionadas à documentoscopia nas análises e exames periciais.

Específicos · Situar a documentoscopia dentro do contexto pericial. · Definir autenticidade e autoria. ·

Identificar os conceitos documentoscópicos na determinação da autenticidade e da autoria.

4. Objetivos Específicos:

· Situar a documentoscopia dentro do contexto pericial. · Definir autenticidade e autoria. · Identificar os conceitos documentoscópicos na determinação da autenticidade e da autoria.

5. Conteúdos:

1. INTRODUÇÃO À DOCUMENTOSCOPIA: CONCEITO E DIVISÃO 1.1. CONCEITO DE DOCUMENTOSCOPIA, DOCUMENTO E SUPORTE 1.2. AUTENTICIDADE E AUTORIA 1.3. GRAFISMOS OU MANUSCRITOS E MECANOGRÁFIAS 1.4. ALFABETOS 1.5. PRINCÍPIO FUNDAMENTAL, POSTULADOS E LEIS DO GRAFISMO 2. A ESCRITA E SEUS ELEMENTOS 2.1. TRAÇO E TRAÇADO 2.2. TIPOS DE TRAÇOS 2.3. ELEMENTOS QUE COMPÕEM AS LETRAS 2.4. ETAPAS DA ESCRITA 2.5. ELEMENTOS DINÂMICOS, ESTÁTICOS, FORMAIS E INFORMAIS DA ESCRITA 2.6. CAUSAS MODIFICADORAS DA ESCRITA 3. FRAUDE DOCUMENTAL 3.1. Padrões de Confronto e Peças Questionadas 3.2. Fraude Documental: falsificações, alterações e autenticidades 3.3. Tipos de falsários 3.4. Tipos de falsificações 3.5. Autenticidades 3.6. Alterações 4. IDENTIFICAÇÃO GRÁFICA 4.1. A autoria gráfica 4.2. Escritas naturais, disfarçadas e imitadas 4.3. Problemas em documentoscopia 5. INSTRUMENTOS ESCRIVENTES 5.1. Instrumentos escreventes 5.2. Individualização do Grafismo e os instrumentos escreventes. 5.3. Exame da massa corante das canetas esferográficas. 5.4. Aspectos do traço à tinta, quando examinado ao microscópio; 5.5. Sombreados Gráficos. 6. PADRÕES DE CONFRONTO 6.1. Padrões de Confronto 6.2. Peças Questionadas 6.3. Coleta e colheita de padrões 6.4. Requisitos dos Padrões de Confronto 6.5. Técnica de Colheita de Padrões 6.6. Textos Mecanografados 7. PAPÉIS DE SEGURANÇA 7.1. Técnicas de Impressão 7.2. Técnicas de Papel 7.3. Técnica de Tinta 7.4. Técnicas de Fitolito 8 ESCRITAS MECÂNICAS E COMPUTADORES 8.1. Relevografia: tipografia, datilografia, Flexografia. 8.2. Escavografia: gravura, calcografia, fotogravura. 8.3. Planografia: litografia, off-set, eletrográfica e xerografia. 8.4. Permeografia: serigrafia ou silk screen. 8.5. Impressão Matricial, à laser e à jato de tinta 8.6. Identificação de textos e impressoras 9 DOCUMENTOS DE IDENTIFICAÇÃO E PERÍCIA EM CÓPIA DE DOCUMENTOS 9.1. Documentos de Identidade 9.2. Reconhecimento e Identificação 9.3. Exame Pericial em Documentos Reproduzidos 9.4. Processos de reprodução; 9.5. Autenticidade e Autoria em Documentos Reproduzidos; 10 - LAUDO PERICIAL 10.1. O Exame Grafotécnico 10.2. Medidas Preliminares 10.3. Análise de conteúdo e dos elementos formais objetivos e subjetivos 10.4. O Laudo Grafotécnico 10.5. Roteiro do Laudo

6. Procedimentos de ensino

Aulas interativas, em ambiente virtual de aprendizagem, nas quais o conhecimento é ex-posto ao aluno de acordo com um desenho didático planejado para adequar o meio de entrega ao conhecimento particular da disciplina. Na sala de aula virtual, a metodologia de entrega de conteúdo contempla, além dos conceitos e temáticas das aulas propriamente ditas, leitura de textos pertinentes ao assunto, hipertextos, links orientados, vídeos, estudos de caso, atividades animadas de aplicação do conhecimento, simuladores virtuais, quiz interativo, simulados, biblioteca virtual etc.

7. Procedimentos de avaliação:

Nesta disciplina, o aluno será avaliado pelo seu desempenho nas avaliações (AV ou AVS), sendo a cada uma delas atribuído o grau de 0,0 (zero) a 10,0 (dez). O discente conta ainda com uma atividade sob a



SECRETARIA SETORIAL DE ALUNOS

forma de simulado, que busca aprofundar seus conhecimentos acerca dos conteúdos apreendidos, realizada online, na qual é atribuído grau de 0,0 (zero) a 2,0 (dois). Esta nota poderá ser somada à nota de AV e/ou AVS, caso o aluno obtenha nestas avaliações nota mínima igual ou maior do que 4,0 (quatro). Os instrumentos para avaliação da aprendizagem constituem-se em diferentes níveis de complexidade e cognição, efetuando-se a partir de questões que compõem o banco da disciplina. O aluno realiza uma prova (AV), com todo o conteúdo estudado e discutido nos diversos materiais que compõem a disciplina. Será considerado aprovado o aluno que obtiver nota igual ou superior a 6,0 (seis). Caso o aluno não alcance o grau 6,0 na AV, ele poderá fazer uma nova avaliação (AVS), que abrangerá todo o conteúdo e cuja nota mínima necessária deverá ser 6,0 (seis). As avaliações serão realizadas de acordo com o calendário acadêmico institucional.

8. Bibliografia Básica:

PARODI, Lorenzo. Falsificação de documentos em processos eletrônicos. São Paulo: Bras-port, 2018. Disponível em: . HEIMOSKI, V.T.M.; TIMI, S.R.R. Fraudes contábeis e documentais. Curitiba: Contentus, 2020. Disponível em: . WENDT, E.; LOPES, F.M.(Orgs.) Investigação criminal: ensaios sobre a arte de investigar crimes. Rio de Janeiro: Brasport, 2014. Disponível em: .

9. Bibliografia Complementar:

D'ÁLMÉIDA, Maria Luiza Otero; KOGA, Mariza Eiko Tsukuda; GRANJA, Silvana Manzi. Documentoscopia: o papel como suporte de documentos. São Paulo, 2015. Disponível em: . PECK, Patricia. Direito digital. 6. ed. São Paulo: Saraiva Educação, 2016. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/books/9788502635647>. MENDRONI, Marcelo Batlouni. Curso de investigação criminal. 3.ed. São Paulo: Atlas, 2013. Disponível em: . RANGEL, Paulo. Investigação criminal direta pelo Ministério Público: visão crítica. 5. ed. Rio de Janeiro: Atlas, 2016. Disponível em: . JORGE, H.V.N. Investigação criminal tecnológica. v.1: contém modelos de representações e requisições, além de procedimentos para investigação em fontes abertas. Rio de Janeiro: Brasport, 2018. Disponível em: .



SECRETARIA SETORIAL DE ALUNOS

Aluno: 202004278703 - ESTEVÃO NGONDA MALUNGO BUNGA**Disciplina:** CCJ0180 - PERÍCIA FORENSE - GENÉTICA FORENSE**Matéria:**

Carga Horária Total		Carga Horária Semanal
Teórica:	88	4
Prática:	0	0
Campo:	0	0
Atividade:	0	0
Estágio:	0	0
EAD:	0	0

Tipo Curso: 4 - GRADUAÇÃO TECNOLÓGICA**Curso(s):** 4081 - INVESTIGAÇÃO FORENSE E PERÍCIA CRIMINAL**Versão Plano de Disciplina:** 4**Vigência:** 26/09/2022 Até o momento

1.Contextualização:

A Genética Forense baseia-se no uso de técnicas que permite a identificação humana a partir do DNA (ácido desoxirribonucleico) e, por isso, é fundamental para a Ciência Forense. A individualização humana por características particulares permite a identificação de indivíduos em situações como, a investigação de autoria de delitos criminais e identificação civil. Esta área do conhecimento é responsável pela aplicação de conhecimentos e tecno-logias da Genética e Biologia Molecular com o objetivo de reconhecer e interpretar indícios materiais relativos ao crime ou à identidade do criminoso. O avanço desta ciência e tecno-logia a nível forense teve seu ponto culminante em meados dos anos 80, quando as técnicas de identificação, fundamentadas na análise direta do ácido desoxirribonucleico (DNA), tornaram-se uma das mais poderosas ferramentas para a identificação humana e investigações criminais. Se antes, impressões digitais e outras pistas eram usadas para desvendar crimes, hoje, são inúmeros os espécimes biológicos dos quais o DNA pode ser extraído. Podemos encontrá-lo em pequenas amostras de sangue, ossos, sêmen, cabelo, dentes, unhas, saliva, urina, entre outros fluidos, e análises cuidadosas desse material ajudam a identificar criminosos, confirmar vínculos genéticos ou identificar corpos em casos de desastres de massa. No Brasil, na primeira década do século XXI, foram criados vários laboratórios de DNA forense dentro de padrões internacionais. Também nessa época o Brasil, por meio do Departamento de Polícia Federal, tornou-se signatário de convênio com o FBI para o uso do Combined DNA Index System (CODIS), software que possibilita o estabelecimento de banco de dados de perfis genéticos. Dessa forma, a Genética Forense passou a fazer parte do dia a dia da investigação policial. As demandas por exames de DNA aumentaram exponencialmente e vários crimes e outras situações são solucionados com as tecnologias moleculares.

2.Ementa:

Conceitos básicos de genética Mendeliana e biologia molecular aplicáveis a análise de DNA. História do desenvolvimento da genética forense. Coleta e preparo de amostras forenses. Cadeia de custódia. Extração e quantificação de DNA. Marcadores genéticos. Polimorfismos genéticos aplicados à identificação humana. Reação em cadeia da polimerase (PCR) e variantes. Análise de polimorfismos genéticos. Banco de dados de perfis genéticos. Métodos e programas estatísticos aplicados a genética



SECRETARIA SETORIAL DE ALUNOS

forense.

3.Objetivos Gerais:

Proporcionar uma formação básica e a aprendizagem teórica acerca dos procedimentos técnicos necessários para a utilização do laboratório de DNA forense, que envolvem procedimentos básicos de coleta, processamento e análise genética de amostras forenses.

4.Objetivos Específicos:

? Apresentar as técnicas para coleta e processamento de amostras biológicas para análise forense; ? Apresentar as técnicas para análise de DNA; ? Analisar casos onde as técnicas de genética forense podem ser aplicadas; ? Comparar as técnicas de genética forense com outras abordagens utilizadas nas análises forenses; ? Demonstrar aos alunos a importância da genética na ciência forense;

5.Conteúdos:

Unidade 1: 1.Introdução à Genética e Biologia Molecular 1.1. Conceitos básicos em Genética; 1.2. Leis Mendelianas; 1.3. Estrutura do DNA, cromossomos e genes. Unidade 2: 2.1.História do desenvolvimento da Genética forense Unidade 3: 3.1. Evidências biológicas em locais de crimes 3.1.1.Cadeia de custódia 3.1.2. Coleta e preservação de vestígios 3.1.3. Coleta de amostras 3.1.4. Extração e quantificação de DNA Unidade 4: 4.1. Enzimas de restrição e DNA fingerprint; 4.2 Polimorfismos genéticos: VNTRs, STRs e SNPs 4.3. Marcadores genéticos usados na genética forense 4.4. Reação em cadeia da polimerase (PCR) - princípios gerais e tipos de PCR 4.5. Análise de polimorfismos genéticos - eletroforese capilar. 4.6. Análise de marcadores uniparentais - DNA mitocondrial e STRs do cromossomo Y Unidade 5: 5.1. Banco de dados de perfis genéticos 5.2. Métodos estatísticos aplicados à genética forense 5.3 Estudo de casos em genética forense

6.Procedimentos de ensino

Aulas interativas, em ambiente virtual de aprendizagem, nas quais o conhecimento é ex-posto ao aluno de acordo com um desenho didático planejado para adequar o meio de entrega ao conhecimento particular da disciplina. Na sala de aula virtual, a metodologia de entrega de conteúdo contempla, além dos conceitos e temáticas das aulas propriamente ditas, leitura de textos pertinentes ao assunto, hipertextos, links orientados, vídeos, estudos de caso, atividades animadas de aplicação do conhecimento, simuladores virtuais, quiz interativo, simulados, biblioteca virtual etc.

7.Procedimentos de avaliação:

Nesta disciplina, o aluno será avaliado pelo seu desempenho nas avaliações (AV ou AVS), sendo a cada uma delas atribuído o grau de 0,0 (zero) a 10,0 (dez). O discente conta ainda com uma atividade sob a forma de simulado, que busca aprofundar seus conhecimentos acerca dos conteúdos apreendidos, realizada online, na qual é atribuído grau de 0,0 (zero) a 2,0 (dois). Esta nota poderá ser somada à nota de AV e/ou AVS, caso o aluno obtenha nestas avaliações nota mínima igual ou maior do que 4,0 (quatro). Os instrumentos para avaliação da aprendizagem constituem-se em diferentes níveis de complexidade e cognição, efetuando-se a partir de questões que compõem o banco da disciplina. O aluno realiza uma prova (AV), com todo o conteúdo estudado e discutido nos diversos materiais que compõem a disciplina. Será considerado aprovado o aluno que obtiver nota igual ou superior a 6,0 (seis). Caso o aluno não alcance o grau 6,0 na AV, ele poderá fazer uma nova avaliação (AVS), que abrangerá todo o conteúdo e cuja nota mínima necessária deverá ser 6,0 (seis). As avaliações serão realizadas de acordo com o calendário acadêmico institucional.

8.Bibliografia Básica:

HARTL, Daniel L.; CLARK, Andrew G. Princípios de genética de populações. 4. ed. Porto Alegre:



SECRETARIA SETORIAL DE ALUNOS

ArtMed, 2015. Disponível em: . SNUSTAD, D. Peter; SIMMONS, Michael J. Fundamentos de genética. 7. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2017. Disponível em: . BORGES-OSÓRIO, Maria Regina Lucena; ROBINSON, Wanyce Miriam. Genética humana. 3. ed. Porto Alegre: ArtMed, 2013. Disponível em: .

9. Bibliografia Complementar:

GRIFFITHS, Anthony J. F. et al. Introdução à genética. 11. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2016. Disponível em: . BRASIL. Secretaria Nacional de Segurança Pública. Procedimento operacional padrão: perícia criminal. Brasília: Ministério da Justiça, 2013. Disponível em: . SANDERS, M.F.; BOWMAN, J.L. Análise genética: uma abordagem integrada. São Paulo: Pearson, 2014. Disponível em: . BETTELHEIM, Frederick A. et al. Introdução à bioquímica. São Paulo: Cengage Learning, 2016. Disponível em: . SILVA, W.; MOCELIN, M.R. Epistemologia genética. Curitiba: Intersaberes, 2019. Disponível em: .



SECRETARIA SETORIAL DE ALUNOS

Aluno: 202004278703 - ESTEVÃO NGONDA MALUNGO BUNGA**Disciplina:** CCJ0178 - PERÍCIA FORENSE - MEDICINA LEGAL**Matéria:**

Carga Horária Total		Carga Horária Semanal
Teórica:	88	4
Prática:	0	0
Campo:	0	0
Atividade:	0	0
Estágio:	0	0
EAD:	0	0

Tipo Curso: 4 - GRADUAÇÃO TECNOLÓGICA**Curso(s):** 4081 - INVESTIGAÇÃO FORENSE E PERÍCIA CRIMINAL**Versão Plano de Disciplina:** 4**Vigência:** 26/09/2022 Até o momento**1.Contextualização:**

A disciplina de Medicina Legal, visa estabelecer as relações das ciências médicas com as ciências Jurídicas nos seus diversos ramos, com o fim de capacitar o estudante na compreensão dos diversos documentos e técnicas médico-legais.

2.Ementa:

Histórico. Perícias e peritos. Documentos médico-legais (atestados, laudos, pareceres). Antropologia forense (identidade e identificação médico-legal e judiciária). Traumatologia forense. Sexologia forense. Psicopatologia forense. Infelizmente (doenças profissionais, acidentes de trabalho). Tanatologia forense. Bioética. Criminalística.

3.Objetivos Gerais:

Estabelecer situações das vivências médicas apontando os instrumentos científicos que possibilitem o entendimento crítico das peças médico-legais e a valorização desta disciplina nos diversos ramos do Direito

4.Objetivos Específicos:

Proporcionar ao aluno os conhecimentos médicos de relevância no auxílio ao entendimento e aplicação às ciências jurídicas.

5.Conteúdos:

1. Generalidades: 1.1 norma jurídica e norma ética; perícia e peritos; 1.2 conceito e divisão da Medicina Legal; 1.3 história da Medicina Legal; 1.4 documentos médico-legais. 2. Identidade e Identificação: 2.1 conceitos; 2.2 processos de identificação; 2.3 determinação do sexo; 2.4 determinação da idade e da vida prováveis. 2.5 determinação da estatura 3. Tanatologia: 3.1 conceito e diagnóstico da morte; 3.2 fenômenos cadavéricos; 3.3 cronologia da morte; 3.4 premoriência e comoriência; 3.5 morte suspeita e morte súbita; 3.6 diagnóstico da reação vital; 3.7 Peri necropsopia médico-legal. 4. Traumatologia Forense: 4.1 conceito de trauma e de lesão; 4.2 classificação dos agentes lesivos; 4.3 quantidade do



SECRETARIA SETORIAL DE ALUNOS

dano: art. 129 do Código Penal; 4.4 Lei nº 11.340/06 (Maria da Penha); 4.5 lesões e morte por ações perfurantes, cortantes, perfurocortantes e corto-contundentes); 4.6 lesões e morte por projéteis de arma de fogo; 4.7 lesões e morte por explosivo; 4.8 lesões e morte por ação térmica; 4.9 lesões e morte por ação elétrica. 5. Asfixiologia Forense: 5.1 conceito de asfixia; 5.2 sinais gerais de asfixia; 5.3 classificação dos tipos de asfixia; 5.4 alterações dos fenômenos cadavéricos pela asfixia; 5.5 sufocações direta e indireta; 5.6 constrições do pescoço: enforcamento, estrangulamento e esganadura; 5.7 sufocações direta e indireta. 5.8 Modificações do meio ambiente: afogamento, soterramento e confinamento. 7. Infortunística: 7.1 acidentes pessoais; 7.2 acidentes do trabalho; 8. Sexologia Forense: 8.1 estupro 8.2 estupro de vulnerável 8.3 diagnóstico da conjunção carnal; 8.4 diagnóstico de ato libidinoso diverso da conjunção carnal; 8.5 infanticídio; 8.6 aborto; 8.7 aspectos médico-legais do casamento. 9. Psiquiatria Forense: 9.1 conceito de imputabilidade; 9.2 responsabilidade penal; capacidade civil; 9.3 embriaguez

6.Procedimentos de ensino

Aulas interativas, em ambiente virtual de aprendizagem, nas quais o conhecimento é ex-posto ao aluno de acordo com um desenho didático planejado para adequar o meio de entrega ao conhecimento particular da disciplina. Na sala de aula virtual, a metodologia de entrega de conteúdo contempla, além dos conceitos e temáticas das aulas propriamente ditas, leitura de textos pertinentes ao assunto, hipertextos, links orientados, vídeos, estudos de caso, atividades animadas de aplicação do conhecimento, simuladores virtuais, quiz interativo, simulados, biblioteca virtual etc.

7.Procedimentos de avaliação:

Nesta disciplina, o aluno será avaliado pelo seu desempenho nas avaliações (AV ou AVS), sendo a cada uma delas atribuído o grau de 0,0 (zero) a 10,0 (dez). O discente conta ainda com uma atividade sob a forma de simulado, que busca aprofundar seus conhecimentos acerca dos conteúdos apreendidos, realizada online, na qual é atribuído grau de 0,0 (zero) a 2,0 (dois). Esta nota poderá ser somada à nota de AV e/ou AVS, caso o aluno obtenha nestas avaliações nota mínima igual ou maior do que 4,0 (quatro). Os instrumentos para avaliação da aprendizagem constituem-se em diferentes níveis de complexidade e cognição, efetuando-se a partir de questões que compõem o banco da disciplina. O aluno realiza uma prova (AV), com todo o conteúdo estudado e discutido nos diversos materiais que compõem a disciplina. Será considerado aprovado o aluno que obtiver nota igual ou superior a 6,0 (seis). Caso o aluno não alcance o grau 6,0 na AV, ele poderá fazer uma nova avaliação (AVS), que abrangerá todo o conteúdo e cuja nota mínima necessária deverá ser 6,0 (seis). As avaliações serão realizadas de acordo com o calendário acadêmico institucional.

8.Bibliografia Básica:

VASQUES, Paulo Maurício. Medicina legal: curso e concursos. Rio de Janeiro: Freitas Bastos, 2015. Disponível em: . FRANÇA, Genival Veloso de. Fundamentos de medicina legal. 3. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2018. Disponível em: . CROCE, Delton; CROCE JUNIOR, Delton. Manual de medicina legal. 8. ed. São Paulo: Saraiva, 2011. Disponível em: .

9.Bibliografia Complementar:

FRANÇA, Genival Veloso de. Medicina legal. 11. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2017. Disponível em: . AVELAR, Luiz Eduardo Toledo; BORDONI, Leonardo Santos; CASTRO, Marcelo Mari de. Atlas de medicina legal. Rio de Janeiro: MedBook, 2014. Disponível em: . HERCULES, H.C. Medicina legal: texto e atlas. 2.ed. São Paulo: Atheneu, 2014. Disponível em: . LIPINSKI, Antonio Carlos. Perícias criminais. Curitiba: Contentus, 2020. Disponível em: . FRANÇA, Genival Veloso de. Pareceres 4: esclarecimentos sobre questões de medicina legal e de direito médico. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2005. Disponível em: .



SECRETARIA SETORIAL DE ALUNOS

Aluno: 202004278703 - ESTEVÃO NGONDA MALUNGO BUNGA**Disciplina:** CCJ0177 - PERÍCIA FORENSE - QUÍMICA FORENSE**Matéria:**

Carga Horária Total		Carga Horária Semanal
Teórica:	44	2
Prática:	0	0
Campo:	0	0
Atividade:	0	0
Estágio:	0	0
EAD:	0	0

Tipo Curso: 4 - GRADUAÇÃO TECNOLÓGICA**Curso(s):** 4081 - INVESTIGAÇÃO FORENSE E PERÍCIA CRIMINAL**Versão Plano de Disciplina:** 4**Vigência:** 26/09/2022 Até o momento**1.Contextualização:**

A disciplina de química forense insere-se no conjunto de conhecimentos e competências que o aluno do curso de perícia criminal, constituindo-se em uma matéria que dará base para entender as diversas análises a serem feitas em um local de crime. Os vestígios de um crime necessitam ser analisados, e a química forense é uma ferramenta fundamental nesta análise, tanto os fluidos corporais, drogas, venenos, restos de combustão, tudo isso necessita de uma análise química para conferir informações de como ocorreu aquele crime.

2.Ementa:

Técnicas de Manuseio de Reagentes em laboratório químico. Entorpecentes mais comuns encontrados no Brasil. Drogas de abuso menos encontradas no Brasil. Procedimento padrão para identificação de vestígios de disparos de armas de fogo. Adulteração de Combustíveis e Tintas. Química do fogo. Quimiluminescência.

3.Objetivos Gerais:

Compreender os conceitos básicos e os princípios da química forense, identificar as principais drogas de abuso e os principais vestígios químicos de locais de crime.

4.Objetivos Específicos:

Compreender como funciona um laboratório de química; conhecer e identificar as principais drogas de abuso; entender a lei de drogas da legislação brasileira; identificar os vestígios de arma de fogo; analisar as adulterações dos combustíveis, identificar os vestígios de um incêndio e conhecer os princípios químicos da luminescência.

5.Conteúdos:

Unidade 1: Técnicas de Manuseio de Reagentes em laboratório químico. 1.1- Como se comportar em um laboratório de química. 1.2- Diferentes tipos de reagentes utilizados no laboratório de química. 1.3- Normas técnicas de manuseios dos diferentes tipos de reagentes para realização de experimentos em



SECRETARIA SETORIAL DE ALUNOS

laboratórios de química. 1.4- Normas de segurança para execução de experimentos em um laboratório de química. 1.5- Itens de segurança de proteção individual para execução de experimentos em um laboratório de química. Unidade 2: Entorpecentes mais comuns encontrados no Brasil 2.1- O que são drogas. 2.2- Diferença entre drogas Lícitas e Ilícitas 2.3-Diferenças entre entorpecentes e psicotrópicos 2.4- Critérios e diagnósticos da dependência de substâncias psicoativas 2.5- Principais fármacos de abuso Unidade 3: Drogas de abuso menos encontradas no Brasil 3.1- Cogumelos Alucinógenos 3.2- LSD- métodos de identificação forense 3.3- Alucinógenos e a legislação 3.4-Técnicas rápidas para identificação de entorpecentes e psicotrópicos 3.5- Lei 344/98- Conhecendo o regulamento técnico sobre substâncias e medicamentos sujeitos a controle especial 3.6- Lei 11343, de 23 de Agosto de 2006- reinserção social dos usuários e dependentes de drogas. Unidade 4: A Maconha 4.1- Identificação Botânica da Cannabis sativa L. 4.2- O que é o Haxixe 4.3-Estrutura química dos principais Canabinóides 4.4-A composição química da Maconha 4.5- Testes forenses para identificação da Cannabis sativa L. Unidade 5: A Cocaína 5.1- Conhecendo e identificando o Crack . 5.2 Conhecendo e identificando o Oxi. 5.3- Conhecendo e identificando "O pó- Cocaína". 5.4- Substâncias utilizadas como carga (para aumento de rendimentos) misturadas a cocaína. 5.5- Reações químicas colorimétricas para identificação forense da Cocaína e suas apresentações. Unidade 6: Drogas de Abuso: Ecstasy 6.1-Conhecendo o Ecstasy. 6.2- Anfetaminas e meta-anfetaminas 6.3-Métodos colorimétricos para identificação forense do Ecstasy . 6.4- Métodos cromatográficos para análise forense do Ecstasy 6.5- Mecanismo de ação do Ecstasy Unidade 7: Procedimento padrão para identificação de vestígios de disparos de armas de fogo 7.1- Definição de armas de fogo 7.2-Estruturas dos Cartuchos de Munição 7.3-Tipos de estojos de munição 7.4-Análise química colorimétrica de resíduos de disparos de arma de fogo. 7.5- Esclarecimentos técnicos sobre testes colorimétricos em resíduos de arma de fogo. Unidade 8: Adulteração de Combustíveis e Tintas 8.1- Tipos de Gasolinas 8.2- Teor de álcool etílico anidro no combustível 8.3- Tipos de Alcoóis 8.4- Tipos de Óleo Diesel 8.5- Métodos de Análise de Combustíveis Aula 9: Química do fogo 9.1- O que é a química do fogo 9.2-Anatomia da Combustão 9.3- Classificação dos Incêndios 9.4- Como se dá a propagação do Calor 9.5- Característica dos combustíveis Líquidos 9.6- O mecanismo da Explosão Aula 10: QUIMILUMINESCÊNCIA 10-1- Entendendo a Luminescência 10.2- Quimioluminescência 10.3- Manchas de Sangue 10.4-Luminol: obtenção,ação e mecanismo de reação . 10.5- Sensibilidade e limitação do método.

6.Procedimentos de ensino

Aulas interativas, em ambiente virtual de aprendizagem, nas quais o conhecimento é ex-posto ao aluno de acordo com um desenho didático planejado para adequar o meio de entrega ao conhecimento particular da disciplina. Na sala de aula virtual, a metodologia de entrega de conteúdo contempla, além dos conceitos e temáticas das aulas propriamente ditas, leitura de textos pertinentes ao assunto, hipertextos, links orientados, vídeos, estudos de caso, atividades animadas de aplicação do conhecimento, simuladores virtuais, quiz interativo, simulados, biblioteca virtual etc.

7.Procedimentos de avaliação:

Nesta disciplina, o aluno será avaliado pelo seu desempenho nas avaliações (AV ou AVS), sendo a cada uma delas atribuído o grau de 0,0 (zero) a 10,0 (dez). O discente conta ainda com uma atividade sob a forma de simulado, que busca aprofundar seus conhecimentos acerca dos conteúdos apreendidos, realizada online, na qual é atribuído grau de 0,0 (zero) a 2,0 (dois). Esta nota poderá ser somada à nota de AV e/ou AVS, caso o aluno obtenha nestas avaliações nota mínima igual ou maior do que 4,0 (quatro). Os instrumentos para avaliação da aprendizagem constituem-se em diferentes níveis de complexidade e cognição, efetuando-se a partir de questões que compõem o banco da disciplina. O aluno realiza uma prova (AV), com todo o conteúdo estudado e discutido nos diversos materiais que compõem a disciplina. Será considerado aprovado o aluno que obtiver nota igual ou superior a 6,0 (seis). Caso o aluno não alcance o grau 6,0 na AV, ele poderá fazer uma nova avaliação (AVS), que



SECRETARIA SETORIAL DE ALUNOS

abrangerá todo o conteúdo e cuja nota mínima necessária deverá ser 6,0 (seis). As avaliações serão realizadas de acordo com o calendário acadêmico institucional.

8. Bibliografia Básica:

DORTA, Daniel Junqueira (org.) et al. Toxicologia forense. São Paulo: Blucher, 2018. Disponível em: . MARTINIS, Bruno Spinosa; OLIVEIRA, Marcelo Firmino de. Química forense experimental. São Paulo: Cengage Learning, 2016. Disponível em: . MARTINIS, Bruno Spinosa de. et. al. (Orgs.) Toxicologia Forense. São Paulo: Blucher, 2018. Disponível em: .

9. Bibliografia Complementar:

PUTUL, Mahanta. Modern Textbook of Forensic Medicine and Toxicology. New Delhi: Jay-pee Brothers Medical, 2016. Disponível em: . GAUTAM, B. Recent advances in forensic medicine toxicology. v.1. New Delhi: Jaypee, 2015. Disponível em: . KLAASSEN, Curtis D.; WATKINS, John B. Fundamentos em toxicologia de Casarett e Doull (Lange). 2. ed. Porto Alegre: AMGH, 2012. Disponível em: . MOREAU, Regina Lúcia de Moraes. Ciências farmacêuticas: toxicologia analítica. 2. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2015. Disponível em: . BARDALE, R. Principles of Forensic Medicine and Toxicology. New Delhi: Jaypee, 2011. Disponível em: .



SECRETARIA SETORIAL DE ALUNOS

Aluno: 202004278703 - ESTEVÃO NGONDA MALUNGO BUNGA

Disciplina: GST0918 - PLANEJAMENTO DE CARREIRA E SUCESSO PROFISSIONAL

Matéria:

Carga Horária Total		Carga Horária Semanal
Teórica:	44	2
Prática:	0	0
Campo:	0	0
Atividade:	0	0
Estágio:	0	0
EAD:	0	0

Tipo Curso: 4 - GRADUAÇÃO TECNOLÓGICA

Curso(s): 4081 - INVESTIGAÇÃO FORENSE E PERÍCIA CRIMINAL

Versão Plano de Disciplina: 5

Vigência: 26/09/2022 Até o momento

1.Contextualização:

2.Ementa:

VIDA UNIVERSITÁRIA; COMO ESTUDAR MELHOR; GESTÃO DO TEMPO: EFICÁCIA E PRODUTIVIDADE; GESTÃO DE CARREIRA E MERCADO DE TRABALHO; FINANÇAS PESSOAIS E EDUCAÇÃO FINANCEIRA; SAÚDE PESSOAL.

3.Objetivos Gerais:

- - Desenvolver plenamente todas as possibilidades concretas da vida acadêmica no ensino superior. - - Planejar de modo eficaz sua vida financeira pessoal e profissional. - Planejar sua carreira profissional de sucesso. -- Refletir sobre o panorama da Educação no país e a importância de estar cursando uma universidade. -- Compreender a organização das Instituições de Ensino Superior. -- Valorizar o processo de construção acadêmica como fator de sucesso profissional. -- Apropriar-se do Modelo de Educação Superior da Estácio. -- Conhecer as ferramentas de suporte ao ensino e a estrutura de funcionamento da instituição de ensino. -- Planejar o cumprimento dos componentes curriculares obrigatórios, dentro do tempo de integralização do curso. -- Compreender e vivenciar métodos de estudos orientadores de aprendizagem no ensino superior. - - Compreender a filosofia e a execução da gestão financeira individual: conceitos de receita, gastos, financiamentos, empréstimos, investimentos. -- Reconhecer a relevância da atuação acadêmica e profissional de acordo com os princípios éticos. -- Conhecer e desenvolver as competências

4.Objetivos Específicos:

5.Conteúdos:

1. VIDA UNIVERSITÁRIA

1.1 BEM-VINDO À VIDA UNIVERSITÁRIA!



SECRETARIA SETORIAL DE ALUNOS

1.2 A INSTITUIÇÃO ACADÊMICA

1.3 ORGANIZAÇÃO E CONVIVÊNCIA ACADÊMICAS

2. COMO ESTUDAR MELHOR

2.1 NÍVEIS COGNITIVOS

2.2 ANOS 1970

2.3 ESTILOS DE APRENDIZAGEM

3. GESTÃO DO TEMPO: EFICÁCIA E PRODUTIVIDADE

3.1 ANÁLISE DA EFICÁCIA NA GESTÃO DO TEMPO

3.2 ANÁLISE DA EFICIÊNCIA NA GESTÃO DO TEMPO

3.3 FOCO E ATENÇÃO COMO FATORES FUNDAMENTAIS

4. GESTÃO DE CARREIRA E MERCADO DE TRABALHO

4.1 FATORES INTERNOS E EXTERNOS NA CARREIRA

4.2 FUNDAMENTOS DA GESTÃO DE CARREIRA

5. FINANÇAS PESSOAIS E EDUCAÇÃO FINANCEIRA

5.1 IDENTIFICAR OS FUNDAMENTOS DA EDUCAÇÃO FINANCEIRA

5.2 GASTOS OBRIGATÓRIOS, SUPÉRFLUOS, INVESTIMENTOS, MEIOS DE NEGOCIAÇÃO E PAGAMENTO

5.3 RECONHECER AS DIVERSAS FORMAS DE INVESTIMENTO

6. SAÚDE PESSOAL

6.1 O PAPEL DA ALIMENTAÇÃO SAUDÁVEL

6.2 EXERCÍCIO FÍSICO É SAÚDE

6.Procedimentos de ensino

Aulas interativas em ambiente virtual de aprendizagem, didaticamente planejadas para o desenvolvimento de competências, tornando o processo de aprendizado mais significativo para os alunos. Na sala de aula virtual, a metodologia de ensino contempla diversas estratégias capazes de alcançar os objetivos da disciplina. Os temas das aulas são discutidos e apresentados em diversos formatos como leitura de textos, vídeos, hipertextos, links orientados para pesquisa, estudos de caso, podcasts, atividades animadas de aplicação do conhecimento, simuladores virtuais, quiz interativo, simulados, biblioteca virtual e Explore + para que o aluno possa explorar conteúdos complementares e aprofundar seu conhecimento sobre as temáticas propostas.

7.Procedimentos de avaliação:

Nesta disciplina, o aluno será avaliado pelo seu desempenho nas avaliações presenciais (AV e AVS), sendo a cada uma delas atribuído o grau de 0,0 (zero) a 10,0 (dez). A avaliação do discente deverá ainda contemplar uma avaliação parcial (AP), que será realizada online após a 5ª aula, na qual o aluno poderá alcançar grau de 0,0 (zero) a 2,0 (dois). Esta nota da AP poderá ser somada à nota de AV e/ou AVS, caso o aluno obtenha nestas avaliações nota mínima igual ou maior do que 4,0 (quatro). Os instrumentos para avaliação da aprendizagem constituem-se em diferentes níveis de complexidade e cognitivos, efetuando-se a partir de questões objetivas e discursivas que compõem o banco de questões da disciplina. O aluno realiza uma prova (AV), com todo o conteúdo estudado e discutido nas aulas transmitidas via web, aulas online e nas demais atividades de ensino aprendizagem realizadas. Será



SECRETARIA SETORIAL DE ALUNOS

considerado aprovado na disciplina o aluno que obtiver nota igual ou superior a 6,0 (seis). Caso o aluno não alcance o grau 6,0 na AV, ele poderá fazer uma nova avaliação (AVS), que abrangerá todo o conteúdo e cuja nota mínima necessária deverá ser 6,0 (seis). As avaliações presenciais serão realizadas no campus do aluno, de acordo com o calendário acadêmico institucional

8. Bibliografia Básica:

CHALITA, G; CERBASI, G; GEHRINGER, M et al. SANTOS, Hugo (org). Da graduação para o mercado de trabalho: caminhos para o sucesso. [BV:RE].. Rio de Janeiro: SESES, 2013.
Disponível em: <http://api.repositorio.savaestacio.com.br/api/objetos/efetuaDownload/a02eb81c-4601-467d-84ad-648a24cf7cbf>

FABRETE, Teresa C. L. Empreendedorismo [BV:PE].. 2 ed. São Paulo: Pearson, 2019.
Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/173412>

XAVIER, Ricardo A. P. Sua carreira: planejamento e gestão [BV:PE].. São Paulo: Financial Times - Prentice Hall, 2006.
Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/348>

9. Bibliografia Complementar:

DESSEN, Maria. Finanças Pessoais: O que fazer com meu dinheiro [BV:MB].. 1 ed.. São Paulo: Trevisan, 2015.
Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788599519714/cfi/0!/4/2@100:0.00>

GRAMIGNA, Maria R. M. Modelo de Competências e Gestão dos Talentos [BV:PE].. São Paulo: Makron, 2002.
Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/39>

ORLICKAS, Elizenda. Modelos de Gestão [BV:PE].. Rio de Janeiro: IBPEX, 2010.
Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/6180>

SOUSA, Fabio; DANA, Samy. Como passar de devedor para investidor - Um guia de finanças pessoais [BV:MB].. São Paulo: Cengage Learning, 2013.
Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788522113187/cfi/0!/4/2@100:0.00>

XAVIER, Ricardo de A. P. Sua Carreira: Como Desenvolver Melhor Seus Talentos e Competências [BV:PE].. São Paulo: Financial Times - Prentice Hall, 2006.
Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/348>



SECRETARIA SETORIAL DE ALUNOS

Aluno: 202004278703 - ESTEVÃO NGONDA MALUNGO BUNGA**Disciplina:** CCJ0167 - PSICOLOGIA JUDICIÁRIA**Matéria:**

Carga Horária Total		Carga Horária Semanal
Teórica:	44	2
Prática:	0	0
Campo:	0	0
Atividade:	0	0
Estágio:	0	0
EAD:	0	0

Tipo Curso: 4 - GRADUAÇÃO TECNOLÓGICA**Curso(s):** 4081 - INVESTIGAÇÃO FORENSE E PERÍCIA CRIMINAL**Versão Plano de Disciplina:** 4**Vigência:** 26/09/2022 Até o momento**1.Contextualização:**

A disciplina Psicologia aplicada ao Direito está inserida no conjunto de conhecimentos e competências que o aluno do curso de Tecnólogo em Mediação de Conflitos deve construir para exercer a prática da mediação no Judiciário. O estudo sobre as questões que envolvem o psicólogo no Judiciário proporciona uma ampla variedade de conhecimentos que o mediador pode utilizar para aprofundar a sua compreensão sobre os fenômenos no Judiciário, oferecendo embasamento teórico para a compreensão dos diferentes lugares em que poderá ser utilizada a mediação. Tal estudo contribui para a ampliação do repertório do trabalho do mediador, de forma criativa e ética.

2.Ementa:

O papel do psicólogo no contexto jurídico. Teorias em Psicologia. Personalidade. Psicopatologia aplicada ao Direito. Psicologia e violência. Psicologia e Direito Civil. Psicologia e Direito Penal. Psicologia: infância e juventude. Aspectos psicológicos dos métodos de resolução ou gestão de conflitos. Psicologia e Direitos Humanos.

3.Objetivos Gerais:

Estudar algumas atribuições do psicólogo na área do Direito

4.Objetivos Específicos:

Apresentar os fundamentos psicológicos essenciais para a compreensão do comportamento humano; Entender a importância do trabalho do psicólogo em diferentes situações ligadas ao Judiciário; Analisar a inserção dos Direitos Humanos na Psicologia.

5.Conteúdos:

UNIDADE 1. O papel do psicólogo no contexto jurídico 1.1. Primórdios da Psicologia Jurídica 1.2. Psicologia do Testemunho 1.3. Psicologia Jurídica no Brasil 1.4. Atribuições do psicólogo jurídico no Brasil 1.5. Documentos elaborados pelo psicólogo UNIDADE 2. Psicologia e Direito. Teorias em Psicologia: uma visão abrangente 2.1. Psicologia e Direito 2.2. Teorias em Psicologia 2.2.1. Abordagens



SECRETARIA SETORIAL DE ALUNOS

psicodinâmicas 2.2.2. Abordagens cognitivas 2.2.3. Abordagem comportamental 2.2.4. Abordagem motivacional 2.2.5. Abordagem sistêmica UNIDADE 3. Personalidade: definições, características e transtornos 3.1. Comportamento humano 3.2. Personalidade 3.2.1. Características da personalidade 3.2.2. Transtornos da personalidade UNIDADE 4. Psicopatologia aplicada ao Direito 4.1. O que é comportamento anormal? 4.2. Saúde Mental e transtorno mental 4.3. Transtornos mentais 4.3.1. Transtornos de ansiedade 4.3.2. Transtorno obsessivo-compulsivo 4.3.3. Transtorno de estresse pós-traumático 4.3.4. Mania 4.3.5. Depressão 4.3.6. Perturbações do pensamento e da percepção 4.4. LEI 10.216 de 6 de abril de 2001 ? LEI ANTIMANICOMIAL UNIDADE 5. Psicologia e violência: crianças, adolescentes, mulheres e idosos 5.1. Violência contra crianças e adolescentes 5.2. Violência contra as mulheres 5.3. Violência contra o idoso UNIDADE 6. Psicologia e Direito Civil 6.1. Dissolução do vínculo conjugal 6.2. A guarda dos filhos na dissolução do vínculo conjugal 6.3. Alienação parental UNIDADE 7. Psicologia e Direito Penal 7.1. Código Penal 7.2. Modalidades de crime 7.3. Imputabilidade e inimputabilidade 7.4. Noções de criminologia 7.5. Comportamento criminoso 7.6. Introdução à Vitimologia 7.7. O psicólogo no Sistema Penitenciário UNIDADE 8. Psicologia e Infância e Juventude 8.1. Estatuto da Criança e do adolescente ? ECA (1990) 8.2. Medidas de proteção 8.3. Adoção e abrigo 8.4. O adolescente em conflito com a lei 8.5. Medidas socioeducativas UNIDADE 9. Aspectos psicológicos dos métodos de resolução ou gestão de conflitos 9.1. Entendimento psicológico do conflito 9.2. Manejo das emoções nos conflitos 9.3. Aspectos psicológicos envolvidos nas tomadas de decisões 9.4. Métodos autocompositivos 9.4.1. Negociação 9.4.2. Conciliação 9.4.3. Mediação UNIDADE 10. Psicologia e Direitos humanos 10. 1. Declaração Universal dos Direitos Humanos 10.2. Código de Ética dos psicólogos 10.3. O trabalho do psicólogo em relação aos Direitos Humanos

6.Procedimentos de ensino

Aulas interativas, em ambiente virtual de aprendizagem, nas quais o conhecimento é ex-posto ao aluno de acordo com um desenho didático planejado para adequar o meio de entrega ao conhecimento particular da disciplina. Na sala de aula virtual, a metodologia de entrega de conteúdo contempla, além dos conceitos e temáticas das aulas propriamente ditas, leitura de textos pertinentes ao assunto, hipertextos, links orientados, vídeos, estudos de caso, atividades animadas de aplicação do conhecimento, simuladores virtuais, quiz interativo, simulados, biblioteca virtual etc.

7.Procedimentos de avaliação:

Nesta disciplina, o aluno será avaliado pelo seu desempenho nas avaliações (AV ou AVS), sendo a cada uma delas atribuído o grau de 0,0 (zero) a 10,0 (dez). O discente conta ainda com uma atividade sob a forma de simulado, que busca aprofundar seus conhecimentos acerca dos conteúdos apreendidos, realizada online, na qual é atribuído grau de 0,0 (zero) a 2,0 (dois). Esta nota poderá ser somada à nota de AV e/ou AVS, caso o aluno obtenha nestas avaliações nota mínima igual ou maior do que 4,0 (quatro). Os instrumentos para avaliação da aprendizagem constituem-se em diferentes níveis de complexidade e cognição, efetuando-se a partir de questões que compõem o banco da disciplina. O aluno realiza uma prova (AV), com todo o conteúdo estudado e discutido nos diversos materiais que compõem a disciplina. Será considerado aprovado o aluno que obtiver nota igual ou superior a 6,0 (seis). Caso o aluno não alcance o grau 6,0 na AV, ele poderá fazer uma nova avaliação (AVS), que abrangerá todo o conteúdo e cuja nota mínima necessária deverá ser 6,0 (seis). As avaliações serão realizadas de acordo com o calendário acadêmico institucional.

8.Bibliografia Básica:

PUTHIN, Sarah Reis et al. Psicologia jurídica. Porto Alegre: SER - SAGAH, 2018. Disponível em: .
SOUZA, A.P.; SCHERER, D.C. Psicologia jurídica. Curitiba: Intersaberes, 2020. Disponível em: .
FIORELLI, José Osmir; MANGINI, Rosana Cathya Ragazzibu. Psicologia jurídica. 10. ed. rev., atual., reformul. Rio de Janeiro: Atlas, 2019. Disponível em: .



SECRETARIA SETORIAL DE ALUNOS

9. Bibliografia Complementar:

PINHEIRO, Carla. Manual de psicologia jurídica. 5. ed. São Paulo: Saraiva, 2018. Disponível em: .
MYERS, D.G. Psicologia social. 10.ed. Porto Alegre: Artmed, 2014. Disponível em: . HUSS, M.T.
Psicologia forense: pesquisa, prática clínica e aplicações. Porto Alegre: Artmed, 2011. Disponível em: .
SERAFIM, A.P.; SAFFI, F. Psicologia e práticas forenses. Barueri: Manole, 2012. Disponível em: .

**SECRETARIA SETORIAL DE ALUNOS**

Aluno: 202004278703 - ESTEVÃO NGONDA MALUNGO BUNGA**Disciplina:** CCJ0155 - SOCIOLOGIA JURÍDICA E JUDICIÁRIA**Matéria:**

Carga Horária Total		Carga Horária Semanal
Teórica:	44	2
Prática:	0	0
Campo:	0	0
Atividade:	0	0
Estágio:	0	0
EAD:	0	0

Tipo Curso: 4 - GRADUAÇÃO TECNOLÓGICA**Curso(s):** 4081 - INVESTIGAÇÃO FORENSE E PERÍCIA CRIMINAL**Versão Plano de Disciplina:** 4**Vigência:** 26/09/2022 Até o momento**1.Contextualização:**

A disciplina Sociologia Jurídica e Judiciária tem a intenção de direcionar o discente para o exercício de um comportamento crítico e analítico da Ciência Jurídica. Caracteriza-se por ser um espaço privilegiado de realização do estudo do Direito como demanda social e das instituições jurídicas brasileiras. A Sociologia Jurídica e Judiciária tem por vocação perceber a relação existente entre duas ciências de grande importância para a vida da sociedade (Sociologia e Direito), por tratarem das relações, dos conflitos, das normas, do controle, enfim, de todas as ligações que possam surgir entre os indivíduos e que necessite de normas reguladoras. Seu foco primordial é a análise dos fatores de produção, transformação e distribuição do Direito, priorizando investigações em torno de uma necessária democratização da justiça, bem como a análise científica dos atos praticados pelos instrumentos humanos de realização do Direito (magistrados, advogados, promotores, serventuários da Justiça, etc), buscando superar a visão do senso comum em relação ao mero "aplicador da lei?".

2.Ementa:

Conceito sociológico do direito; Função social do direito;Produção e distribuição social do direito; Pluralismo jurídico e direito não estatal; Efetividade do direito e democratização do acesso à justiça; Sociologia das profissões jurídicas; Desvio social;Direito e mudança social; Direito e globalização: relações de trabalho, participação política, sócio e etnodiversidade, minorias e desigualdades sociais;Tarefas para o Direito.

3.Objetivos Gerais:

- Compreender a dimensão social do Direito em sua produção e distribuição na sociedade. - Discutir a função social do Direito, relacionando-o aos fenômenos sociais que o condicionam e são por ele condicionados. - Identificar o papel dos profissionais na produção e aplicação do Direito. - Analisar a relação entre as estruturas materiais, humanas e a eficácia do Direito. - Desenvolver as visões pluralísticas, humanísticas e críticas do fenômeno jurídico.

4.Objetivos Específicos:

SECRETARIA SETORIAL DE ALUNOS

- Analisar a dinâmica da sociedade em busca de Direito e Justiça. - Compreender o conceito sociológico do Direito e a sua função social. - Conhecer as correntes do Monismo, Pluralismo jurídico e o direito além do Estado. - Compreender as mudanças na vida social como substrato da renovação do Direito. - Perceber a relevância da efetividade do direito e sua estreita relação com a necessária democratização dos tribunais que se materializa, entre outros, com acesso à justiça. - Perceber a relevância de uma sociologia das profissões jurídicas. - Distinguir as nuances do processo de escolha dos legisladores (deputados, senadores e vereadores), a qualidade e os problemas relativos à produção legislativa brasileira e as perspectivas de uma reforma política e eleitoral. - Conhecer o conceito e a importância da Opinião Pública para a Sociologia Jurídica e para o Direito. - Perceber a relevância dos movimentos sociais na sociedade contemporânea. - Conhecer as questões que envolvem as relações de gênero e os novos arranjos familiares. - Distinguir as especificidades das questões relacionadas às transformações ocorridas nas relações sociais e econômicas do cotidiano. - Conhecer as diversas teorias e representações a respeito do desvio social e o que significa a economia global do crime num mundo globalizado. - Identificar os contornos globais dos novos desafios: meio ambiente, relações de trabalho, sociodiversidade e minorias.

5. Conteúdos:

UNIDADE 1 - DIREITO E SOCIEDADE: UMA VISÃO SOCIOLOGICA DO DIREITO Conceito sociológico do Direito Função social do Direito Objetos da Sociologia Jurídica e Judiciária A Sociologia Jurídica e Judiciária no campo das Ciências Sociais Aspectos sociais do fenômeno jurídico segundo a Teoria Tridimensional do Direito de Miguel Reale Litigiosidade social e formas de composição de conflitos Formas alternativas de resolução dos conflitos Monismo, Pluralismo jurídico e o direito além do Estado

UNIDADE II - DINÂMICA SOCIAL DA NORMA E DAS INSTITUIÇÕES DE DIREITO Eficácia das normas jurídicas e seus efeitos sociais Noções de validade e eficácia Repercussões sociais da norma jurídica formalmente válida. Efeitos negativos das normas. O círculo vicioso impunidade-ilicitude Sociedade brasileira e Instituições de Direito O processo de escolha dos legisladores, qualidade do sistema eleitoral e da produção legislativa brasileira.

UNIDADE III - OS INSTRUMENTOS HUMANOS DA REALIZAÇÃO SOCIAL DO DIREITO A função social do Poder Judiciário. As funções auxiliares à Justiça. Efetividade do direito, democratização dos tribunais e acesso à justiça. Sociologia das profissões jurídicas.

UNIDADE IV - MUDANÇA SOCIAL E DIREITO Fatores de transformação sócio-jurídica. Participação popular: opinião pública e o sentimento de justiça Movimentos sociais, cidadania, etnodiversidade, questões de gênero e novos arranjos familiares. Direitos Humanos no Brasil. As transformações nas relações sociais e econômicas do cotidiano. Sociologia Jurídica e desvio social: o caso brasileiro e a economia global do crime.

UNIDADE V - QUESTÕES SÓCIO-JURÍDICAS NO MUNDO GLOBALIZADO Sociedade global e Direito. Sociologia Jurídica e a luta pela mundialização do direito. Fragmentação, hegemonia e participação política na sociedade global Contornos globais dos novos desafios: meio ambiente, relações de trabalho, sócio-diversidade e minorias. Educação ambiental face às novas políticas de preservação e desenvolvimento A exclusão social e os desafios para o Direito.

6. Procedimentos de ensino

Aulas interativas, em ambiente virtual de aprendizagem, nas quais o conhecimento é ex-posto ao aluno de acordo com um desenho didático planejado para adequar o meio de entrega ao conhecimento particular da disciplina. Na sala de aula virtual, a metodologia de entrega de conteúdo contempla, além dos conceitos e temáticas das aulas propriamente ditas, leitura de textos pertinentes ao assunto, hipertextos, links orientados, vídeos, estudos de caso, atividades animadas de aplicação do conhecimento, simuladores virtuais, quiz interativo, simulados, biblioteca virtual etc.

7. Procedimentos de avaliação:

Nesta disciplina, o aluno será avaliado pelo seu desempenho nas avaliações (AV ou AVS), sendo a cada



SECRETARIA SETORIAL DE ALUNOS

uma delas atribuído o grau de 0,0 (zero) a 10,0 (dez). O discente conta ainda com uma atividade sob a forma de simulado, que busca aprofundar seus conhecimentos acerca dos conteúdos apreendidos, realizada online, na qual é atribuído grau de 0,0 (zero) a 2,0 (dois). Esta nota poderá ser somada à nota de AV e/ou AVS, caso o aluno obtenha nestas avaliações nota mínima igual ou maior do que 4,0 (quatro). Os instrumentos para avaliação da aprendizagem constituem-se em diferentes níveis de complexidade e cognição, efetuando-se a partir de questões que compõem o banco da disciplina. O aluno realiza uma prova (AV), com todo o conteúdo estudado e discutido nos diversos materiais que compõem a disciplina. Será considerado aprovado o aluno que obtiver nota igual ou superior a 6,0 (seis). Caso o aluno não alcance o grau 6,0 na AV, ele poderá fazer uma nova avaliação (AVS), que abrangerá todo o conteúdo e cuja nota mínima necessária deverá ser 6,0 (seis). As avaliações serão realizadas de acordo com o calendário acadêmico institucional.

8. Bibliografia Básica:

FARIA, José Eduardo. Sociologia jurídica: direito e conjuntura. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2009. Disponível em: . SILVA, F.G.; RODRIGUEZ, J.R. (Coords.) Manual de sociologia jurídica. 2.ed. São Paulo: Saraiva, 2017. Disponível em: . RODRIGUEZ, José Rodrigo. Manual de sociologia jurídica. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2017. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/books/9788547219109>.

9. Bibliografia Complementar:

SPAGNOL, A.S. Sociologia jurídica. São Paulo: Saraiva, 2013. Disponível em: . CAVALIERI FILHO, Sérgio. Programa de sociologia jurídica. 15. ed. rev., atual. Rio de Janeiro: Atlas, 2019. Disponível em: . CORREIA, José Gladston Viana. Sociologia dos direitos sociais: escassez, justiça e legitimidade. São Paulo: Saraiva, 2014. Disponível em: . OLIVEIRA, L. Manual de sociologia jurídica. Petrópolis: Vozes, 2015. Disponível em: . TORRES, H.T. (Coord.) Direito e poder: nas instituições e nos valores do público e do privado contemporâneos. Barueri: Manole, 2005. Disponível em: .



SECRETARIA SETORIAL DE ALUNOS

Aluno: 202004278703 - ESTEVÃO NGONDA MALUNGO BUNGA

Disciplina: CCJ0158 - TEORIA GERAL DA INVESTIGAÇÃO E PERÍCIA

Matéria:

Carga Horária Total		Carga Horária Semanal
Teórica:	44	2
Prática:	0	0
Campo:	0	0
Atividade:	0	0
Estágio:	0	0
EAD:	0	0

Tipo Curso: 4 - GRADUAÇÃO TECNOLÓGICA

Curso(s): 4081 - INVESTIGAÇÃO FORENSE E PERÍCIA CRIMINAL

Versão Plano de Disciplina: 4

Vigência: 26/09/2022 Até o momento

1.Contextualização:

A disciplina de teoria da investigação criminal e perícia têm por fim formar a base epistemo-lógica dos elementos fundamentais de uma investigação criminal, pontuando alguns princípios relacionados ao direito processual penal que regulamentam a investigação e sua interdisciplinaridade com a criminalística, desenvolvendo, também, os fundamentos da perícia com os fins colimados de uma investigação, seja na seara pública ou privada, seja no âmbito criminal ou civil.

2.Ementa:

Conceito de investigação e sua contextualização histórica. Noções sobre a investigação criminal no Brasil. Investigação criminal no direito comparado. Verdade e investigação. Teoria geral da prova e meios de prova. Perícia: aspectos gerais. Ramos da perícia. Perícias em espécie. Investigação na atividade empresarial. Segmentos de atuação da investigação criminal.

3.Objetivos Gerais:

Apresentar os conceitos da investigação em diversos campos de atuação e a maneira com que seus elementos se inserem no contexto do ordenamento jurídico vigente, alicerçado pela contribuição pericial para a formação de uma linha investigativa.

4.Objetivos Específicos:

Identificar exatamente os fundamentos, conceito e finalidade da investigação e perícia. Desconstruir a ideia do senso comum de que a investigação criminal e perícia sirva para a reconstrução de uma verdade plena e absoluta de um fato passado. Compreender a importância da interdisciplinaridade da investigação e outras áreas das ciências sociais como limites a atuação do Estado no âmbito público, e no âmbito privado, como ferramenta para prevenção de infortúnios e tomada de decisões ou a busca do conhecimento específico, sendo através deste, se profissionalize profissionais em determinadas tipos de TI's.

5.Conteúdos:



SECRETARIA SETORIAL DE ALUNOS

Unidade 1 - Conceito de investigação e sua contextualização histórica 1.1 - Considerações preliminares 1.2 - Histórico da Investigação criminal e pericial 1.3 - O direito como fenômeno social 1.4 - Sistemas persecutórios penais 1.4.1 - O processo penal na Grécia 1.4.2 - O processo penal em Roma O processo penal entre os germânicos 1.4.3 - O processo penal canônico 1.4.4 - O sistema inquisitivo nas legislações laicas 1.4.5 - Sistemas de processo penal 1.4.6 - Sistema processual penal brasileiro

Unidade 2 - Noções sobre a investigação criminal no Brasil 2.1- Considerações preliminares 2.2 - Polícia e poder de polícia 2.3 - Sistemas de atos policiais de processo criminal 2.4 - Sistemas predominantes na evolução legislativa pátria 2.5 - Sistema de investigação criminal quanto ao órgão encarregado 2.5.1 - Investigação criminal policial 2.5.2 - Investigação criminal judicial 2.5.3 - Investigação criminal ministerial 2.6 - Atividade policial: polícia judiciária x polícia administrativa 2.7 - Inquérito policial: breve histórico e conceito

Unidade 3 - Investigação criminal no direito comparado 3.1 - Os modelos de investigação preliminar 3.1.1 - Os juizados de Instrução 3.1.1.1 - O modelo francês 3.1.1.2 - O modelo espanhol 3.1.1.3 - O modelo da Bélgica 3.1.1.4 - O sistema do código nacional Argentino 3.1.1.5 - Os modelos do Uruguai, Bolívia e Chile 3.1.2 - A investigação a cargo do Ministério público 3.1.2.1 - Os modelos da Alemanha e da Áustria 3.1.2.2 - O modelo italiano 3.1.2.3 - O modelo português 3.1.2.4 - O modelo mexicano 3.1.2.5 - Os modelos andinos - Colômbia, Equador e Peru 3.1.2.6 - O modelo do Paraguai 3.1.3 - Investigação Policial 3.1.3.1 - Os modelos da Inglaterra e do país de Gales 3.1.3.2 - O sistema dos Estados Unidos da América do Norte 3.1.3.3 - O paradigma Constitucional de Investigação criminal no Brasil

Unidade 4 - Verdade e investigação 4.1 - O princípio da verdade real no âmbito do Processo Penal 4.2 - O princípio da verdade real na ótica Constitucional 4.3 - A importância da verdade 4.4 - Verdade real e ônus da prova 4.5 - A contribuição da verdade para a evolução histórica da investigação 4.6 - Critérios para a obtenção da verdade

Unidade 5 - Teoria geral da prova e meios de prova 5.1 - Conceito de prova 5.2 - Fases do procedimento probatório 5.2.1 - Proposição 5.2.2 - Admissão 5.2.3 - Produção da prova 5.2.4 - Valoração da prova 5.3 - Meios de prova 5.4 - Objeto da prova 5.5 - Fatos a serem provados 5.6 - Provas diretas e indiretas 5.7 - Meios de prova 5.8 - Limitações de prova testemunhal 5.9 - Prova pericial 5.9.1 - Realização da perícia 5.9.2 - Laudo pericial 5.9.3 - Nova perícia

Unidade 6 - Perícia - aspectos gerais 6.1 - Perícia, perito e a prova pericial 6.2 - Formação da prova e tipos de provas 6.3 - Tipos de peritos 6.4 - Competências do perito criminal e perito legista 6.5 - Legislação relativa aos exames periciais 6.5.1 - Obrigatoriedade dos exames 6.5.2 - Dos exames periciais 6.5.3 - Da divergência entre Peritos 6.5.4 - Da necessidade de exame complementar 6.5.5 - Da suspeição do perito

Unidade 7 - Ramos da perícia 7.1 - A ciência forense 7.1.1 - No Código Civil 7.1.2 - No Código Penal 7.1.3 - Na esfera administrativa 7.2 - Criminalística 7.2.1- Conceito 7.2.2 - Levantamento de Locais de Crimes 7.2.3 - Tipos de Locais de Crime 7.3 - Principais perícias elencadas no Código de Processo Penal 7.4 - Outros dispositivos processuais 7.4.1 - Necropsia 7.4.2 - Exumação 7.4.3 - Identificação de cadáver 7.4.4 - Reprodução Simulada

Unidade 8 - Ramos da perícia 8.1 - Classificação do local de crime 8.1.1 - Locais de crime contra pessoa 8.1.2 - Locais de crime contra o patrimônio 8.1.3 - Local de crime de trânsito 8.1.4 - Local de Crime contra o meio ambiente 8.2- Intervenção corporal 8.2.1 - Sua contribuição para o interesse processual 8.2.2 - Intervenção corporal prevista no ordenamento jurídico Brasileiro 8.2.3 - A prova e a intervenção corporal

Unidade 9 - Investigação na atividade empresarial 9.1 - Investigação privada 9.1.1 - Conceito 9.1.2 - Limites e contribuições 9.2 - Criminal Compliance 9.2.1 - Conceito 9.2.2 - Criminal Compliance e prevenção de riscos empresariais 9.2.3 - Criminal Compliance e políticas de combate à corrupção 9.2.4 - Custos da responsabilização criminal na atividade empresarial 9.3 - Vigilância e segurança privada

Unidade 10 - Segmentos de atuação da investigação criminal 10.1 - Assessoria jurídica em segurança 10.2 - Assessoria jurídica em administração de segurança 10.3 - Assistente técnico de acusação e defesa 10.4 - Assistente técnico de auditoria 10.5 - Assessor de atividade de inteligência policial 10.6 - A contribuição das assessorias na investigação da atividade privada

6.Procedimentos de ensino



SECRETARIA SETORIAL DE ALUNOS

Aulas interativas, em ambiente virtual de aprendizagem, nas quais o conhecimento é ex-posto ao aluno de acordo com um desenho didático planejado para adequar o meio de entrega ao conhecimento particular da disciplina. Na sala de aula virtual, a metodologia de entrega de conteúdo contempla, além dos conceitos e temáticas das aulas propriamente ditas, leitura de textos pertinentes ao assunto, hipertextos, links orientados, vídeos, estudos de caso, atividades animadas de aplicação do conhecimento, simuladores virtuais, quiz interativo, simulados, biblioteca virtual etc.

7.Procedimentos de avaliação:

Nesta disciplina, o aluno será avaliado pelo seu desempenho nas avaliações (AV ou AVS), sendo a cada uma delas atribuído o grau de 0,0 (zero) a 10,0 (dez). O discente conta ainda com uma atividade sob a forma de simulado, que busca aprofundar seus conhecimentos acerca dos conteúdos apreendidos, realizada online, na qual é atribuído grau de 0,0 (zero) a 2,0 (dois). Esta nota poderá ser somada à nota de AV e/ou AVS, caso o aluno obtenha nestas avaliações nota mínima igual ou maior do que 4,0 (quatro). Os instrumentos para avaliação da aprendizagem constituem-se em diferentes níveis de complexidade e cognição, efetuando-se a partir de questões que compõem o banco da disciplina. O aluno realiza uma prova (AV), com todo o conteúdo estudado e discutido nos diversos materiais que compõem a disciplina. Será considerado aprovado o aluno que obtiver nota igual ou superior a 6,0 (seis). Caso o aluno não alcance o grau 6,0 na AV, ele poderá fazer uma nova avaliação (AVS), que abrangerá todo o conteúdo e cuja nota mínima necessária deverá ser 6,0 (seis). As avaliações serão realizadas de acordo com o calendário acadêmico institucional.

8.Bibliografia Básica:

VERÍSSIMO, Carla. Compliance: incentivo à adoção de medidas anticorrupção. São Paulo: Saraiva, 2017. Disponível em: . MENDRONI, Marcelo Batlouni. Curso de investigação criminal. 3.ed. São Paulo: Atlas, 2013. Disponível em: . RANGEL, Paulo. Investigação criminal direta pelo Ministério Público: visão crítica. 5. ed. Rio de Janeiro: Atlas, 2016. Disponível em: .

9.Bibliografia Complementar:

LOPES JUNIOR, Aury. Investigação preliminar no processo penal. 6. ed. São Paulo: Saraiva, 2014. Disponível em: . WENDT, E.; LOPES, F.M.(Orgs.) Investigação criminal: ensaios sobre a arte de investigar crimes. Rio de Janeiro: Brasport, 2014. Disponível em: . JORGE, H.V.N. Investigação criminal tecnológica. v.1: contém modelos de representações e requisições, além de procedimentos para investigação em fontes abertas. Rio de Janeiro: Brasport, 2018. Disponível em: . MOSSIN, Heráclito Antônio. Garantias fundamentais na área criminal. São Paulo: Manole, 2014. Disponível em: . SOARES, Y.C.V.; RODRIGUES, J.B. Manual do relatório de investigação criminal. São Paulo: Labrador, 2021. Disponível em: .



SECRETARIA SETORIAL DE ALUNOS

Aluno: 202004278703 - ESTEVÃO NGONDA MALUNGO BUNGA**Disciplina:** CCJ0169 - TEORIA GERAL DO PROCESSO**Matéria:**

Carga Horária Total		Carga Horária Semanal
Teórica:	44	2
Prática:	0	0
Campo:	0	0
Atividade:	0	0
Estágio:	0	0
EAD:	0	0

Tipo Curso: 4 - GRADUAÇÃO TECNOLÓGICA**Curso(s):** 4081 - INVESTIGAÇÃO FORENSE E PERÍCIA CRIMINAL**Versão Plano de Disciplina:** 3**Vigência:** 26/09/2022 Até o momento

1.Contextualização:

De início, pode ser relevado que esta disciplina se destaca por possibilitar, por meio do processo, o exercício de uma das funções ou atividades (jurisdição) que externam a soberania estatal. Mas também é possível afirmar que a disciplina se destaca por ser de fundamental importância para o estudo aprofundado de caracteres sociológicos ou filosóficos do direito processual. Com efeito, a Teoria Geral do Processo não se reduz a uma disciplina que apenas estuda condições da ação, pressupostos processuais, processo e procedimento ou outras categorias correlatas, mas sim traduz-se em um campo fértil para o desenvolvimento de estudos relacionados a temas abrangentes como, por exemplo, o acesso à justiça e a busca pela efetividade e a preocupação com os mecanismos adequados de solução de conflitos. É, ainda, disciplina base para diversas outras que dela são derivadas, como o Direito Processual Civil, Direito Processual Penal e Direito Processual do Trabalho, em uma visão unitária do processo. Por tais motivos, a teoria geral do processo tem a sua utilidade manifesta nos cursos de graduação. Um bom aproveitamento dos seus estudos é fundamental para alcançar aproveitamento nas disciplinas dos períodos seguintes de processo civil.

2.Ementa:

Teoria Geral do Processo; Relação jurídica processual e Relação Jurídica de Direito Material e suas distinções. Tutela jurisdicional pretendida; Jurisdição; Ação; Processo; Procedimento; Noções básicas de Direito Processual Civil, Penal e do Trabalho. Tutela individual e coletiva. Meios adequados de solução de conflitos.

3.Objetivos Gerais:

- Compreender a importância do processo como instrumento de realização dos Direito. - Entender a diferença do processo cível, penal e trabalhista. - Conhecer a trilogia estrutural do processo civil: jurisdição, ação e processo. - Compreender a diferença entre processo e procedimento, o processo como relação entre os seus sujeitos e o procedimento como relação entre atos. - Identificar as principais modificações trazidas pelo Código de Processo Civil de 2015 e sua influência nos demais ramos do direito processu



SECRETARIA SETORIAL DE ALUNOS

4. Objetivos Específicos:

- Identificar os diversos processos e procedimentos existentes no CPC e em legislação extravagante. - Diferenciar os diversos tipos de tutelas jurisdicionais pretendidas e as razões da adoção. - Distinguir as diversas teorias existentes sobre o direito de ação e a sua repercussão prática. - Diferenciar os diversos tipos de atos processuais praticados pelas partes, pelo juiz, pelo Ministério Público e por Serventuários da Justiça

5. Conteúdos:

- CONCEITO, NATUREZA, EVOLUÇÃO HISTÓRICA DO DIREITO PROCESSUAL E ACESSO À JUSTIÇA. OS RAMOS DO DIREITO PROCESSUAL. - PRINCÍPIOS PROCESSUAIS. NEOCONSTITUCIONALISMO E GARANTISMO PROCESSUAL. AS GARANTIAS FUNDAMENTAIS DO PROCESSO. - NORMAS PROCESSUAIS E SUA APLICAÇÃO. REGRAS E PRINCÍPIOS. HERMENÊUTICA CONSTITUCIONAL. INTERPRETAÇÃO E INTEGRAÇÃO DAS REGRAS. EFICÁCIA NO TEMPO E NO ESPAÇO. - MEIOS ADEQUADOS DE SOLUÇÃO DE CONTROVÉRSIAS: NEGOCIAÇÃO, CONCILIAÇÃO, MEDIAÇÃO E ARBITRAGEM. CONCILIAÇÃO E MEDIAÇÃO JUDICIAIS. DESJUDICIALIZAÇÃO. - A UTILIZAÇÃO DA ESTRUTURA CARTORÁRIA PARA AS QUESTÕES NÃO LITIGIOSAS. A LEI Nº 11441/07. USUCAPIÃO ADMINISTRATIVO E DEMARCAÇÃO E DIVISÃO POR ESCRITURA PÚBLICA NO NOVO CPC. - JURISDIÇÃO. FUNÇÃO JURISDICIONAL. JUIZADOS ESPECIAIS: NOÇÕES GERAIS. FUNÇÕES NÃO JURISDICIONAIS DO PODER JUDICIÁRIO. JURISDIÇÃO VOLUNTÁRIA. - LIMITES DA JURISDIÇÃO BRASILEIRA E COOPERAÇÃO INTERNACIONAL. NOÇÕES GERAIS SOBRE COMPETÊNCIA. - REGRAS GERAIS DE COMPETÊNCIA NO PROCESSO CIVIL, PENAL E DO TRABALHO. I. AÇÃO. CONCEITO E NATUREZA JURÍDICA. ESPÉCIES. ELEMENTOS. CONDIÇÕES PARA O REGULAR EXERCÍCIO DO DIREITO DE AÇÃO. II. CONCURSO E CUMULAÇÃO DE AÇÕES. AÇÃO CIVIL, PENAL E TRABALHISTA. III. PROCESSO. CONCEITO E NATUREZA JURÍDICA. ESPÉCIES. PRESSUPOSTOS PROCESSUAIS. PROCESSO E PROCEDIMENTO ? VISÃO GERAL DOS PROCEDIMENTOS NO CPC. PROCESSO PENAL. IV. PRESSUPOSTOS PROCESSUAIS. PRESSUPOSTOS SUBJETIVOS E OBJETIVOS. CAPACIDADE DE SER PARTE E DE ESTAR EM JUÍZO. CAPACIDADE POSTULATÓRIA. CONSEQUÊNCIAS DA PERDA DA CAPACIDADE. V. QUESTÕES PROCESSUAIS. PRELIMINARES, PREJUDICIAIS E MÉRITO. PECULIARIDADES NO PROCESSO PENAL. INQUÉRITO POLICIAL, AÇÃO PENAL PÚBLICA E PRIVADA E EXCUÇÃO PENAL. VI. SUJEITOS DO PROCESSO. JUIZ. MINISTÉRIO PÚBLICO. ADVOGADO PÚBLICO E PRIVADO. DEFENSOR PÚBLICO. PARTES. CAPACIDADE PROCESSUAL E LEGITIMIDADE DAS PARTES. VII. NOÇÕES DE LITISCONSÓRCIO E DE INTERVENÇÃO DE TERCEIROS. VIII. TUTELAS DE URGÊNCIA NO PROCESSO CIVIL, PENAL E TRABALHISTA. TUTELAS DE SEGURANÇA E EVIDÊNCIA. TUTELA INIBITÓRIA E RESSARCITÓRIA. TUTELA CAUTELAR E ANTECIPATÓRIA.

6. Procedimentos de ensino

Aulas interativas, em ambiente virtual de aprendizagem, nas quais o conhecimento é ex-posto ao aluno de acordo com um desenho didático planejado para adequar o meio de entrega ao conhecimento particular da disciplina. Na sala de aula virtual, a metodologia de entrega de conteúdo contempla, além dos conceitos e temáticas das aulas propriamente ditas, leitura de textos pertinentes ao assunto, hipertextos, links orientados, vídeos, estudos de caso, atividades animadas de aplicação do conhecimento, simuladores virtuais, quiz interativo, simulados, biblioteca virtual etc.

7. Procedimentos de avaliação:

Nesta disciplina, o aluno será avaliado pelo seu desempenho nas avaliações (AV ou AVS), sendo a cada uma delas atribuído o grau de 0,0 (zero) a 10,0 (dez). O discente conta ainda com uma atividade sob a



SECRETARIA SETORIAL DE ALUNOS

forma de simulado, que busca aprofundar seus conhecimentos acerca dos conteúdos apreendidos, realizada online, na qual é atribuído grau de 0,0 (zero) a 2,0 (dois). Esta nota poderá ser somada à nota de AV e/ou AVS, caso o aluno obtenha nestas avaliações nota mínima igual ou maior do que 4,0 (quatro). Os instrumentos para avaliação da aprendizagem constituem-se em diferentes níveis de complexidade e cognição, efetuando-se a partir de questões que compõem o banco da disciplina. O aluno realiza uma prova (AV), com todo o conteúdo estudado e discutido nos diversos materiais que compõem a disciplina. Será considerado aprovado o aluno que obtiver nota igual ou superior a 6,0 (seis). Caso o aluno não alcance o grau 6,0 na AV, ele poderá fazer uma nova avaliação (AVS), que abrangerá todo o conteúdo e cuja nota mínima necessária deverá ser 6,0 (seis). As avaliações serão realizadas de acordo com o calendário acadêmico institucional.

8. Bibliografia Básica:

PINHO, H.D.B. Teoria geral do processo. Rio de Janeiro: SESES, 2016. Disponível em: . ALVIM, J. E. Carreira. Teoria geral do processo. 23. ed. rev.; atual., reformul. Rio de Janeiro: Forense, 2019. Disponível em: . RODRIGUES, H.W.; LAMY, E. Teoria geral do processo. 6.ed. São Paulo: Atlas, 2019. Disponível em: .

9. Bibliografia Complementar:

MANCUSO, R.C. Teoria geral do processo. Rio de Janeiro: Forense, 2018. Disponível em: . TESHEINER, J.M.R.; THAMAY, R.F.K. Teoria geral do processo. 5.ed. São Paulo: Saraiva, 2019. Disponível em: . ROCHA, J.A. Teoria geral do processo. 10.ed. São Paulo: Atlas, 2009. Disponível em: . ALMEIDA, R.M. Teoria geral do processo: civil, penal e trabalhista. 4.ed. São Paulo: Método, 2013. Disponível em: . LOURENÇO, Haroldo. Processo civil sistematizado. 5. ed. rev., atual., ampl. Rio de Janeiro: Método, 2019. Disponível em: .



SECRETARIA SETORIAL DE ALUNOS